

PRESENÇA DO ESTADO NO BRASIL: FEDERAÇÃO, SUAS UNIDADES E MUNICIPALIDADES

ipea 46
anos

2ª Edição
Revista e ampliada

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Organizador

Milko Matijascic

Agradecimentos

André Gambier Campos

Elisa Dias Becker

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Frederico Augusto Barbosa da Silva

Helder Rogério Sant'ana Ferreira

Herton Ellery Araújo

Luciana de Barros Jaccoud

Luciana Mendes Santos Servo

Luseni Cordeiro de Aquino

Maria Elizabeth Diniz Barros

Natália de Oliveira Fontoura

Patrícia Dario El-Moor Hadjab

Patrícia Silveira Rivero

Rute Imanishi Rodrigues

Sérgio Francisco Piola

Colaboradores

Alexandre Guerra

Daniel Portela Prado

Eduardo Magalhães Guedes Ferreira

Erivelton Pires Guedes

Ligier Modesto Braga

Luana Goveia

Marcelo Benedito

Maria Piñon Pereira Dias

Mariana Sena Lara

Ronnie Aldrin Pereira Silva

Vinícius Lucio Ferreira



PRESENÇA DO ESTADO NO BRASIL: FEDERAÇÃO, SUAS UNIDADES E MUNICIPALIDADES

Presença do Estado no Brasil : federação, suas unidades e municipalidades. 2.ed. rev. e ampl. / organizador: Milko Matijascic. – Brasília : Ipea, 2010. 111 p. : mapas, tabs.

Inclui bibliografia.
ISSN 2176-7122

1. Estado. 2. Políticas Públicas. 3. Serviços Públicos. 4. Infraestrutura do Transporte. 5. Indicadores Sociais. 6. Indicadores Econômicos. 7. Municípios. 8. Brasil. I. Matijascic, Milko. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 361.60981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
ESTADO <i>VERSUS</i> MERCADO: FALSAS DISJUNTIVAS E A NATUREZA DOS FENÔMENOS SOB UM OLHAR DA HISTÓRIA.....	9
1 INDICADORES BÁSICOS	14
2 PREVIDÊNCIA SOCIAL	17
3 ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
4 SAÚDE.....	34
5 EDUCAÇÃO	48
6 TRABALHO	67
7 BANCOS PÚBLICOS	73
8 INFRAESTRUTURA – TRANSPORTES	76
8.1 Transporte aéreo	77
8.2 Transporte rodoviário	83
8.3 Transporte ferroviário	91
8.4 Transporte marítimo	94
9 SEGURANÇA PÚBLICA.....	99
10 CULTURA	104

PREFÁCIO

O Estado brasileiro, reconhecidamente, possui amplas competências e precisa lidar com uma vasta gama de temas, muito diferentes entre si e todos de grande relevância para o Brasil. Os progressos realizados nos anos mais recentes, ainda que possam, a justo título, gerar controvérsias, foram importantes, sobretudo no que diz respeito aos indicadores sociais, embora o período mais recente também caracterize-se por uma vigorosa retomada da economia que, em grandes linhas, resultou da ação deliberada do Estado.

O estudo que o Ipea está trazendo a público busca congregiar parte essencial dos dados e indicadores utilizados de forma cotidiana pelos técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea para pensar o desenvolvimento e formular políticas públicas, de forma a incentivar uma maior interação entre as diferentes esferas de governo e mostrar a presença do Estado ao longo de nosso vasto território.

A vastidão do Brasil, aliás, é um permanente desafio para quem se propõe a lidar com políticas públicas e busca, com o sentido da Nação, pensar o global e o local. O esforço do Ipea, neste sentido, procura ultrapassar uma visão reducionista e maniqueísta sobre o papel do Estado na economia para destacar como ocorre a presença do Estado ao longo do território brasileiro, com especial ênfase nas municipalidades, onde, de fato, vivem e convivem os brasileiros e as brasileiras.

Para mostrar a presença do Estado, foram selecionados os seguintes temas: previdência social, assistência social, saúde, educação, trabalho, bancos públicos, infraestrutura, segurança pública e cultura. Para todos estes temas, foram apresentados indicadores básicos, bens públicos, serviços públicos prestados e quantitativos de servidores públicos alocados para cada uma das áreas descritas, sempre colocando em destaque as esferas regionais e locais. Os dados discriminados até a esfera das unidades da Federação (UFs) do Brasil integram o volume impresso. Os demais dados serão fornecidos por meio magnético, como um complemento indispensável da publicação.

Cumprir, ainda, que os dados apresentados focalizam, sobretudo, os cadastros mantidos por ministérios ou por órgãos sujeitos à sua supervisão. Assim, é essencial agradecer os esforços de todos os servidores públicos que elaboram estes cadastros. A empreitada não seria possível sem sua participação e a participação das respectivas coordenações do Ipea para cada uma das áreas indicadas. Alguns dados, principalmente na seção inicial, foram previamente compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e têm por meta situar o leitor neste universo e facilitar a utilização da publicação. Por fim, resta desejar que todos possam aproveitar o material de forma criativa, sobretudo para analisar políticas públicas e para fins didáticos. Este é um esforço preliminar, que se deve traduzir em iniciativas complementares e periódicas, buscando fornecer uma informação cada vez mais completa e, ao mesmo tempo, acessível aos brasileiros.

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

ESTADO *VERSUS* MERCADO: FALSAS DISJUNTIVAS E A NATUREZA DOS FENÔMENOS SOB UM OLHAR DA HISTÓRIA

“O Brasil é uma criação do Estado português. Não se trata de uma sociedade que construiu um Estado e sim de um Estado que constituiu uma sociedade.”

Celso Furtado

A citação de Celso Furtado em uma entrevista importante revela o quanto a questão é importante, delicada e difícil. O Estado e sua ação sobre o território e para atender às populações é um tema da maior complexidade e sua importância, para o Brasil ou para os países que foram colonizados, parece ser ainda maior e mais complexa. Ao observar o que foi erigido pela sociedade brasileira, é difícil deixar de perceber que o Estado teve um papel fundamental e que sua atuação foi decisiva para que todas as iniciativas nos campos econômicos e sociais fossem bem-sucedidas. As empresas brasileiras que mais obtiveram sucesso, o crescimento da riqueza material e a recente melhoria das condições de vida que estão beneficiando a sociedade tiveram por origem iniciativas e, sobretudo, uma ação proativa do Estado.

Ainda assim, é patente o recorrente questionamento feito ao Estado por parte de expressivos segmentos mais privilegiados da sociedade e, a julgar pelo conteúdo de muito do que é veiculado pelo debate público brasileiro, o Estado pode ser considerado um vilão, no sentido de que possui um custo muito elevado e pouco atende à sociedade. Em alguns aspectos, muitas vezes, fica a impressão de ser necessário conter o Estado para que o país possa crescer, mas estas tentativas, nos anos 1980 e 1990, resultaram em uma década perdida e uma década vazia, em que pouco foi construído em razão das limitações às quais o Estado foi submetido pelas circunstâncias históricas.

Esse foi o contexto em que a dicotomia entre Estado e mercado foi mais valorizada, para destacar a superioridade das potencialidades deste último, e agora é possível perceber como este tipo de debate foi nocivo e pouco útil para gerar subsídios para uma ação que tenha por meta o desenvolvimento. O conceito de comunidades epistêmicas, formulado por François Merrien, ajuda a entender melhor o debate e porque é essencial sua compreensão em um momento em que a reconstrução da sociedade diante de novas oportunidades apresenta um novo horizonte que, se for bem aproveitado, pode romper com a sucessão de milagres, mencionada por Sérgio Buarque de Holanda, ou dos ciclos econômicos, que redundavam em estagnação, tão bem descritos por Celso Furtado.

Uma comunidade epistêmica é composta por redes de especialistas que possuem um modelo comum, no que diz respeito à causalidade e ao conjunto de valores políticos. Eles unem-se pela crença inabalável no engajamento para formular políticas públicas que busquem a melhoria e o bem-estar da humanidade.

Para se restringir ao período mais recente, o Consenso de Filadélfia – Bretton Woods, que se impôs entre 1945 e 1973, foi o triunfo da ideia de regulação internacional econômica e social, em um contexto propício à ação dos economistas desenvolvimentistas e keynesianos. Ou seja, as elites no fim da Segunda Guerra Mundial consideravam que o desenvolvimento social era necessário para retomar o desenvolvimento econômico. Neste contexto, o social era considerado um complemento indispensável para o econômico. A Declaração de Filadélfia, de 1944, era incisiva: o homem não é uma mercadoria.

Segundo o ideário reinante, era preciso enfrentar os riscos da existência humana com base na responsabilidade moral e coletiva. Como as sociedades consolidaram-se calcadas no desenvolvimento da relação salarial, era preciso ultrapassar a luta de classes para chegar a um compromisso corporativista.

O Estado deveria perseguir o interesse geral, ou seja, corrigir e suplementar as falhas do mercado, sendo, portanto, um mediador para favorecer o desenvolvimento econômico e social e conciliar os interesses opostos entre o capital e o trabalho. Esta era a essência da concepção *weberiana*.

Esse momento era marcado pelo Consenso de Filadélfia – Bretton Woods, com uma concepção keynesiana da economia. Neste sentido, a economia privada era considerada míope e o equilíbrio não seria um fator natural. Assim, os governos deveriam gerir as políticas com os instrumentos da macroeconomia e o pleno emprego era visto como o fator para amortecer as crises cíclicas. A concepção intervencionista, tão atacada pelos neoliberais de hoje, era hegemônica.

A concepção mudou radicalmente após 1973 e, sobretudo, nos anos 1980. A concepção do tipo neoliberal estava em foco e era centrada no indivíduo. O julgamento sobre o que é justo e não é justo é quase o oposto do que prevaleceu no pós-guerra.

Existem alguns elementos externos essenciais para entender por que a concepção mudou de forma tão radical. Entre estes, é preciso assinalar a derrocada do sistema de Bretton Woods, a estagflação e a perda de confiança em relação à capacidade de intervenção do Estado. Por fim, os problemas sociais, referentes à democracia, e de competitividade sistêmica já assolavam o mundo socialista. Isto colocou em xeque sua exequibilidade econômica e social, inviabilizando este tipo de sociedade como uma alternativa viável à sociedade capitalista vigente.

A maior parte das críticas à comunidade epistêmica prevalecente concentrou-se sobre os efeitos perversos das atividades de regulação e redistribuição exercidas pelo Estado. Então, segundo as linhas do *public choice* (teoria da escolha pública), o novo paradigma nega a intrínseca capacidade das elites do Estado em promover o bem comum. Os valores da concorrência e do individualismo suplantaram os da solidariedade. O princípio da responsabilidade individual veio à tona e o social voltou a ser considerado como um apêndice subsidiário do econômico.

Com a adoção de medidas alinhadas com as novas comunidades epistêmicas, foram enfraquecidas, ou até mesmo destruídas, muitas das instituições criadas após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. As medidas da nova comunidade epistêmica visavam estabelecer limites ao poder do capital e, assim, diminuía os focos de resistência dos assalariados em face de seus empregadores.

O Consenso de Washington simboliza essa reversão. Segundo as novas concepções, o mercado seria o melhor mecanismo para alocar riquezas e a meta seria liberar sua ação para elevar o padrão de vida.

De modo geral, o novo paradigma indicou a redução do papel do Estado como produtor direto de bens e serviços, mas manteve seu papel regulador, que era considerado essencial para garantir o funcionamento eficiente dos mercados. A meta era adotar políticas públicas adequadas para manter o ambiente macroeconômico estável, com condições previsíveis para o cálculo de risco.

Com base no conceito de *Estado Mínimo*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) passaram a recomendar enfaticamente a:

- disciplina fiscal dos governos;
- privatização;
- focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
- desregulamentação do processo econômico e da legislação trabalhista;
- liberalização do comércio exterior; e
- eliminação de restrições ao investimento direto estrangeiro.

No Consenso de Washington, as instituições privadas com fins lucrativos ou não lucrativos são consideradas mais eficientes e menos corruptas do que as instituições públicas, sendo necessário privatizar as empresas e o serviço público. Na área da proteção social, era necessário privilegiar o seguro privado e a concorrência. Além disso, o indivíduo ou o ator deixa de ser considerado uma vítima, e passa a sê-lo como um ser racional, responsável e que calcula o que é vantajoso para si. Então, é preciso permitir que ele faça escolhas racionais e evite o *moral hazard* ou a seleção adversa.

Por fim, a concepção da sociedade não passa a ser vista mais como uma sociedade de classes, e sim como uma sociedade de indivíduos, em que podem existir diversos graus de riqueza, de afluência, ou até mesmo uma polarização entre favorecidos e desfavorecidos. A política pública deveria ajudar os menos favorecidos a adquirir autonomia via focalização das ações, o que também vem sendo chamado de gestão social do risco. Os outros grupos sociais devem prover sua segurança às próprias expensas.

Uma das perguntas atuais é se estamos nos encaminhando para um novo consenso, pois as crises na Ásia e na América Latina revelaram que as teses do Consenso de Washington fracassaram. Existem cinco pontos a serem considerados detidamente:

1. O mercado, ao agir livremente, não gerou equilíbrio econômico.
2. Existiram consequências políticas e sociais em ajustes drásticos.
3. Era essencial reforçar as instituições do Estado antes de liberar os mercados.
4. A política econômica devia estar atrelada às políticas sociais.
5. Era preciso levar em conta as heranças institucionais e normativas.

Diante das crises financeiras, das baixas taxas de crescimento econômico e do aumento da pobreza na América Latina, a ortodoxia econômica reconheceu as limitações da agenda de reformas. O Consenso de Washington havia enfatizado demais a privatização, a desregulamentação e a liberalização comercial, dando pouca atenção às instituições e à complementaridade entre as esferas pública e privada na economia. A liberalização financeira e a abertura comercial aumentaram a *exposição do risco* dos países, sem ampliar sua capacidade para enfrentá-los. Houve muita privatização e fortalecimento do setor privado, mas foi escassa a importância conferida à melhoria do setor público.

No fim dos anos 1990, as palavras de ordem mudaram para *reformas de segunda geração, governabilidade e revigorar a capacidade do Estado*. O foco passou a ser a busca do *Estado eficiente*, com um conjunto amplo de funções agora reconhecidas como não transferíveis, substituindo a ideia do *Estado mínimo*. A meta passou a ser a complementaridade entre Estado e mercado.

A nova agenda de reformas incluía a criação de instituições adequadas à preservação dos direitos de propriedade, o respeito aos contratos e a consolidação de um ambiente regulatório com regras objetivas e estáveis. A meta era minimizar a incerteza do ambiente econômico e político, reduzindo os riscos para os investimentos privados.

O Estado deveria voltar-se à competitividade sistêmica do país por meio de políticas efetivas em: educação, ciência e tecnologia, infraestrutura e políticas de promoção do comércio exterior.

A recente crise financeira internacional, deflagrada pelo desmoronamento do mercado imobiliário americano ancorado no sistema de *subprime*, recoloca em pauta a discussão acerca do papel do Estado sob o capitalismo. Em sua obra principal, intitulada *A dinâmica do capitalismo*, Fernand Braudel já ensinava que o Estado e o capital sempre foram inseparáveis. Ali, o historiador francês destacava que a gênese do capitalismo somente foi possível por meio da ação do Estado, e que o Estado continuou a ter papel fundamental na acumulação capitalista por séculos. Braudel, portanto, não se referia apenas ao processo de acumulação primitiva, de resto, magistralmente descrito por Marx.

Ele estava também referindo-se aos esforços industrializantes de todos os países que seguiram a senda da Primeira e da Segunda Revolução Industrial, bem como aos projetos nacionais de desenvolvimento que marcaram o século XX. Os ensinamentos de Braudel também permitem discutir, em termos históricos e teóricos, o papel que os Estados nacionais detêm até hoje, quando o capitalismo vive uma crise de dimensão que não se via desde a crise de 1929.

Sob o capitalismo desregulamentado ou sob o capitalismo globalizado do fim do século XX e início do século XXI, o Estado seguiu atuando com papel decisivo, ao contrário do que sustenta o senso comum ou do que celebram – ou celebravam – os liberais. Na verdade, sob o acirramento da concorrência, os Estados nacionais passaram a exercer um “novo” papel, a saber, o de apoiar as grandes empresas de seus respectivos países no cenário da concorrência global. As grandes corporações empresariais, cada vez mais devotadas à acumulação do capital também na esfera financeira, exigiam e obtinham – pelo menos, as mais exitosas – não só apoio político de seus respectivos Estados nacionais – quer seja nos fóruns internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros, quer seja nas mudanças na legislação trabalhista, *flexibilizando* os mercados de trabalho, isto é, promovendo mudanças legais no sentido de reduzir os custos do trabalho e facilitando seu uso –, como também apoio financeiro. Dessa forma, os Estados nacionais impulsionavam a escala de produção de suas grandes corporações, favorecendo os processos de centralização e concentração de capitais, e abrindo espaço também em mercados cada vez mais “livres” em âmbito internacional.

O próprio processo de abertura comercial, tão celebrado por alguns, foi resultado da ação dos Estados nacionais mais fortes, que definiram, ao longo dessas décadas da chamada globalização neoliberal, as regras do jogo, conforme mostrou o renomado pensador conservador inglês John Gray em seu livro *Falso amanhecer*. Paul Sweezy, autor de formação diferente à de John Gray, reitera, em seu livro *Teoria do desenvolvimento capitalista*, que “o Estado é o primeiro e mais destacado defensor da propriedade privada”. Sweezy postula que o Estado, sob o capitalismo, não foi mais que um instrumento de poder das classes dominantes de cada momento histórico em favor da acumulação de capital em cada uma de tais épocas.

Os Estados nacionais, na lógica do *jogo de poder* que caracteriza o capitalismo contemporâneo, têm em suas grandes corporações um instrumento decisivo. É por isso que se torna cada vez mais comum observar chefes de Estado empenhando-se pessoalmente para conseguir garantir *negócios* para grandes empresas de seus países. Também nas compras governamentais, os Estados nacionais arbitram, escolhem vencedores e promovem a acumulação de capital de grandes grupos empresariais que, assim, ampliam suas respectivas escalas de produção e credenciam-se, em última instância, para o enfrentamento da concorrência internacional. Mas isto não é nenhuma novidade, conforme apontou Braudel, pois:

Uma economia nacional é um espaço político transformado pelo Estado; em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades podem encaminhar-se em conjunto numa mesma direção (1987, p. 65).

O poder econômico das grandes corporações e de seus executivos, por sua vez, dada a ampliação das possibilidades de acumulação de capital – inclusive na esfera financeira – acabam *invadindo* as esferas da política e da ação *republicana* destes Estados nacionais que os turbinaram. Em outras palavras, segundo Braudel:

O Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado (1987, p. 44)

Apesar das críticas acerbadas e continuadas em relação à ação do Estado e dos resultados pouco animadores apresentados após as décadas perdidas e vazias, o arcabouço jurídico-institucional existente, que se consolidou de forma notável, é importante e constitui uma das referências mais marcantes e que distinguem o Brasil no contexto dos países em desenvolvimento, sendo considerado, inclusive, um modelo sobre como reagir à crise e minimizar seus impactos negativos.

Normalmente, os economistas, até os anos mais recentes, vinham defendendo que, para adaptar-se à globalização, é preciso que haja mais competição e menos Estado. Mas as evidências revelam-se no sentido oposto, pois as sociedades mais competitivas são as do norte da Europa, que dispõem de maior coesão nacional e social. Embora todas as sociedades mais industrializadas, entre estas, a do Brasil, façam da ação social o foco de suas ações institucionais e de suas iniciativas mais importantes e com maior dispêndio orçamentário, as diferenças qualitativas contam. Em outras palavras, a dotação de recursos e o foco da ação são essenciais para explicar porque existem exemplos melhor ou pior sucedidos e, em geral, os países com preocupações sociais mais destacadas são os que apresentam as melhores respostas aos desafios da contemporaneidade. É chegado o momento de entender que o econômico precisa ter metas sociais e que o social é parte essencial do econômico. Do contrário, uma sociedade fica condenada a oscilações sem sentido. Para atingir tais metas, o papel do Estado é essencial. É esta a preocupação, considerando o caso brasileiro, que motivou esta publicação.

1 INDICADORES BÁSICOS

TABELA 1
Indicadores básicos

UF/região	População 2008 ¹	Área territorial (Km ²) ²	Famílias pobres 2006 ³	Produto Interno Bruto (PIB) 2006 (R\$ milhão) ⁴	PIB <i>per capita</i> 2006 (R\$) ⁵	Emprego formal 2008 ⁶
Acre	680.073	152.581	58.310	4.835	7.041	98.724
Amapá	613.164	142.815	41.339	5.260	8.543	98.183
Amazonas	3.341.096	1.570.746	260.127	39.166	11.829	510.219
Pará	7.321.493	1.247.690	640.605	44.376	6.241	845.755
Rondônia	1.493.566	237.576	119.367	13.110	8.391	262.585
Roraima	412.783	224.299	40.137	3.660	9.075	51.418
Tocantins	1.280.509	277.621	123.234	9.607	7.210	213.125
Norte	15.142.684	3.853.327	1.283.119	120.014	7.989	2.080.009
Alagoas	3.127.557	27.768	407.666	15.753	5.164	425.033
Bahia	14.502.575	564.693	1.558.051	96.559	6.922	1.861.452
Ceará	8.450.527	148.826	960.379	46.310	5.636	1.129.999
Maranhão	6.305.539	331.983	833.084	28.621	4.628	540.010
Paraíba	3.742.606	56.440	424.198	19.953	5.507	513.339
Pernambuco	8.734.194	98.312	980.645	55.505	6.528	1.308.771
Piauí	3.111.196	251.529	398.785	12.790	4.213	335.632
Rio Grande do Norte	3.106.430	52.797	319.016	20.557	6.754	515.227
Sergipe	1.999.374	21.910	216.408	15.126	7.560	319.246
Nordeste	53.079.998	1.554.257	6.098.232	311.175	6.029	6.948.709
Espírito Santo	3.453.648	46.078	229.741	52.782	15.236	776.290
Minas Gerais	19.850.072	586.528	1.195.539	214.814	11.028	4.184.183
Rio de Janeiro	15.872.362	43.696	691.775	275.363	17.695	3.712.383
São Paulo	41.011.635	248.209	1.445.140	802.552	19.548	11.713.163
Sudeste	80.187.717	924.511	3.562.195	1.345.510	16.912	20.386.019
Paraná	10.590.169	199.315	552.647	136.681	13.158	2.503.927
Rio Grande do Sul	10.855.214	268.887	542.079	156.883	14.310	2.521.311
Santa Catarina	6.052.587	95.346	167.897	93.173	15.638	1.777.604
Sul	27.497.970	563.548	1.262.623	386.737	14.162	6.802.842
Distrito Federal	2.557.158	5.802	108.119	89.630	37.600	1.001.083
Goiás	5.844.996	340.087	354.855	57.091	9.962	1.135.046
Mato Grosso	2.957.732	903.358	178.818	35.284	12.350	590.538
Mato Grosso do Sul	2.336.058	357.125	147.234	24.355	10.599	497.320
Centro-Oeste	13.695.944	1.606.372	789.026	206.361	15.551	3.223.987
Brasil	189.604.313	8.502.015	12.995.195	2.369.797	12.688	39.441.566

Fontes: ¹ Estimativa populacional/IBGE.

² Matriz de Informação Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE; Matriz de Informação Social: estimativa elaborada para subsidiar o Programa Bolsa Família (PBF)/MDS.

⁴ Contas Regionais: a preço de mercado corrente (em R\$ milhão)/IBGE.

⁵ Contas Regionais/IBGE.

⁶ Relação Anual de Informações Sociais (Rais)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

TABELA 2
Número total de funcionários públicos por esfera de governo – 2008

UF/região	Trabalhadores da esfera federal	Trabalhadores da esfera estadual	Trabalhadores da esfera municipal	Trabalhadores de empresa estatal	Total
Rondônia	9.489	48.712	43.982	105	102.288
Acre	1.237	31.966	13.397	290	46.890
Amazonas	10.924	71.526	79.299	259	162.008
Roraima	2.981	8.234	8.490	138	19.843
Pará	15.283	105.164	188.043	1.346	309.836
Amapá	9.874	22.128	14.827	120	46.949
Tocantins	2.048	55.929	48.448	49	106.474
Norte	51.836	343.659	396.486	2.307	794.288
Maranhão	8.040	63.072	150.444	31	221.587
Piauí	4.183	67.428	66.313	1.185	139.109
Ceará	12.143	104.767	236.740	1.927	355.577
Rio Grande do Norte	12.601	65.901	98.075	254	176.831
Paraíba	4.776	78.842	138.398	832	222.848
Pernambuco	18.035	118.476	216.990	4.288	357.789
Alagoas	2.868	44.002	92.629	1.232	140.731
Sergipe	2.638	46.858	61.534	522	111.552
Bahia	22.848	173.264	371.009	4.964	572.085
Nordeste	88.132	762.610	1.432.132	15.235	2.298.109
Minas Gerais	31.881	306.181	475.429	2.818	816.309
Espírito Santo	4.264	47.727	92.871	1.257	146.119
Rio de Janeiro	109.704	254.271	315.921	6.131	686.027
São Paulo	55.196	733.573	760.142	10.625	1.559.536
Sudeste	201.045	1.341.752	1.644.363	20.831	3.207.991
Paraná	11.888	124.397	252.033	2.037	390.355
Santa Catarina	9.197	81.732	134.374	175	225.478
Rio Grande do Sul	19.455	166.220	227.018	1.618	414.311
Sul	40.540	372.349	613.425	3.830	1.030.144
Mato Grosso do Sul	6.547	53.450	65.131	147	125.275
Mato Grosso	4.451	46.250	72.297	573	123.571
Goiás	6.506	121.224	162.730	7.451	297.911
Distrito Federal	277.418	118.644	–	1.446	397.508
Centro-Oeste	294.922	339.568	300.158	9.617	944.265
Brasil	676.475	3.159.938	4.386.564	51.820	8.274.797

Fonte: Rais/MTE.

TABELA 3
Número total de funcionários públicos por poder – 2008

UF/região	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Autarquia	Fundação	Organização autônoma	Empresa pública	Sociedade mista	Total
Rondônia	93.348	2.207	3.522	685	2.048	373	81	24	102.288
Acre	43.043	175	1.582	1.265	466	69	228	62	46.890
Amazonas	150.484	4.937	3.385	1.886	1.032	25	204	55	162.008
Roraima	15.315	1.818	738	540	727	567	138	–	19.843
Pará	289.662	6.816	5.402	2.237	4.311	62	1.138	208	309.836
Amapá	42.250	2.253	1.242	156	921	7	100	20	46.949
Tocantins	99.534	1.699	1.905	1.806	1.042	439	49	–	106.474
Norte	733.636	19.905	17.776	8.575	10.547	1542	1.938	369	794.288
Maranhão	207.541	3.304	5.231	2.336	3.144	–	31	–	221.587
Piauí	129.735	5.289	1.281	603	1.016	–	278	907	139.109
Ceará	329.384	7.077	8.073	5.004	3.943	169	1.913	14	355.577
Rio Grande do Norte	160.292	1.778	4.158	7.141	3.208	–	254	–	176.831
Paraíba	209.113	3.932	2.190	5.180	1.601	–	786	46	222.848
Pernambuco	325.504	6.435	7.844	7.490	6.226	2	3.715	573	357.789
Alagoas	134.006	3.678	1.444	366	–	5	179	1.053	140.731
Sergipe	100.818	3.222	3.866	2.563	561	–	215	307	111.552
Bahia	519.550	12.743	14.507	11.902	8.062	357	4.535	429	572.085
Nordeste	2.115.943	47.458	48.594	42.585	27.761	533	11.906	3.329	2.298.109
Minas Gerais	744.905	15.403	24.076	14.970	14.115	22	1.494	1.324	816.309
Espírito Santo	132.194	2.934	4.921	3.274	456	1.083	779	478	146.119
Rio de Janeiro	613.141	12.665	22.891	10.159	19.221	1.819	5.911	220	686.027
São Paulo	1.423.510	16.232	66.540	35.345	7.172	112	4.596	6.029	1.559.536
Sudeste	2.913.750	47.234	118.428	63.748	40.964	3.036	12.780	8.051	3.207.991
Paraná	361.337	3.864	10.681	11.319	1.084	33	253	1.784	390.355
Santa Catarina	204.947	3.401	9.185	3.317	3.929	524	50	125	225.478
Rio Grande do Sul	385.353	5.113	15.339	5.663	1.217	8	1.508	110	414.311
Sul	951.637	12.378	35.205	20.299	6.230	565	1.811	2.019	1.030.144
Mato Grosso do Sul	112.741	2.094	4.872	3.914	970	537	147	–	125.275
Mato Grosso	112.957	4.091	3.109	1.392	700	749	572	1	123.571
Goiás	264.878	3.118	6.428	9.469	5.074	1.493	324	7.127	297.911
Distrito Federal	319.072	27.129	17.779	20.365	5.786	5.931	1.446	–	397.508
Centro-Oeste	809.648	36.432	32.188	35.140	12.530	8.710	2.489	7.128	944.265
Brasil	7.524.614	163.407	252.191	170.347	98.032	14.386	30.924	20.896	8.274.797

Fonte: Rais/MTE.

2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

As políticas que, no Brasil, atualmente, são agrupadas em torno da previdência social foram desenvolvidas para que os riscos que recaem sobre certos trabalhadores sejam compensados, por meio de remuneração, às perdas temporárias ou permanentes da capacidade de trabalho. Este quesito do direito social se impôs ao reconhecer que a perda da capacidade de trabalho pode ser aferida por meio do cálculo de probabilidades e, como isto pode afetar qualquer trabalhador, é justo que todos os trabalhadores, em conjunto com os empregadores e o Estado, ou seja, a sociedade, financiem a previdência. Neste sentido, o direito social preenche uma lacuna do direito liberal, que é pautado pela responsabilização, enquanto o direito social afere o risco, assumindo-o como um problema de todos e, nesta condição, a sociedade precisa proteger famílias e indivíduos.

Os riscos de perda de rendimento atribuídos ao trabalho são os acidentes, de trajeto ou no local de trabalho; invalidez ou doenças, temporárias ou permanentes; morte prematura do provedor; idade avançada; e o desemprego que, no caso brasileiro, será tratado no capítulo referente ao trabalho.

No Brasil, é possível observar a existência de formas incipientes de proteção social desde os tempos da colonização, mas o que hoje é conhecido como previdência passou a ter uma codificação legal sistemática nos anos 1920. Nos anos 1930, o Estado passou a estender a cobertura previdenciária para as populações urbanas com atividades reconhecidas pela lei. Em 1967, a proteção conferida às categorias socioprofissionais passa a ocorrer de forma centralizada, excluídos os servidores públicos. Nos anos 1970, os empregados domésticos, trabalhadores autônomos e trabalhadores rurais passaram a contar com o acesso aos direitos previdenciários. Finalmente, por meio da Constituição Federal de 1988, proteção previdenciária, saúde e assistência social começam a integrar a seguridade social, que passa a ser dotada de orçamento próprio com fontes de custeio exclusivas.

Outro aspecto da CF/88 em vigor foi determinar a universalidade de direitos, rompendo com as diferenças entre trabalhadores urbanos e rurais e ampliando os direitos com a especificação mais cuidadosa das diferenças por gênero. Por fim, o piso de benefícios passa a equivaler ao salário mínimo e, nesta condição, assumiu as características de um piso de remuneração social, não atrelado apenas ao trabalho.

O sistema existente é abrangente, possuindo elevados níveis de cobertura e, como nas sociedades modernas, de um modo geral, aparece como o item mais destacado em termos de dotação orçamentária do governo em geral. O sistema possui, também, um atendimento bastante difundido, por meio da ação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e sua ação envolve um grande número de empregados e recursos físicos para fazer-se presente, em termos de atendimento, em todos os municípios do Brasil, de forma similar, neste quesito, com maciça presença dos Correios.

TABELA 4
Agências da previdência social e PREVCidades – maio de 2009

UF/região	Agências da previdência social	PREVCidades	Agências da previdência social fixas
Acre	6	3	5
Amapá	5	–	4
Amazonas	19	–	16
Pará	32	–	27
Rondônia	16	2	13
Roraima	4	1	3
Tocantins	12	6	10
Norte	94	12	78
Alagoas	20	1	18
Bahia	96	5	87
Ceará	46	10	43
Maranhão	29	1	25
Paraíba	32	3	30
Pernambuco	50	17	45
Piauí	22	1	20
Rio Grande do Norte	24	3	22
Sergipe	11	2	10
Nordeste	330	43	300
Espírito Santo	20	1	19
Minas Gerais	153	9	143
Rio de Janeiro	97	3	90
São Paulo	182	46	177
Sudeste	452	59	429
Paraná	59	29	53
Rio Grande do Sul	102	11	93
Santa Catarina	55	11	50
Sul	216	51	196
Distrito Federal	14	–	12
Goiás	38	17	35
Mato Grosso	31	7	29
Mato Grosso do Sul	34	4	32
Centro-Oeste	117	28	108
Brasil	1.209	193	1.111

Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS).

TABELA 5
Arrecadação ao ano e quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social – dezembro de 2008
 (Em R\$)

UF/região	Valor arrecadado no ano	Quantidade de benefícios emitidos no mês de dezembro		
		Total	Urbano	Rural
Distrito Federal	7.257.459.050	211.550	196.101	15.449
Goiás	2.951.753.459	594.102	393.038	201.064
Mato Grosso	1.516.816.741	267.991	158.784	109.207
Mato Grosso do Sul	1.124.278.850	261.024	175.348	85.676
Centro-Oeste	12.850.308.100	1.334.667	923.271	411.396
Alagoas	758.047.031	386.970	239.844	147.126
Bahia	4.783.107.964	1.871.852	910.692	961.160
Ceará	2.610.532.609	1.135.953	488.632	647.321
Maranhão	963.116.249	781.301	255.726	525.575
Paraíba	946.751.888	578.916	254.354	324.562
Pernambuco	2.986.337.111	1.229.028	704.764	524.264
Piauí	573.168.687	431.842	142.572	289.270
Rio Grande do Norte	1.167.207.222	447.114	212.458	234.656
Sergipe	838.438.423	243.074	131.449	111.625
Nordeste	15.626.707.184	7.106.050	3.340.491	3.765.559
Acre	261.508.258	63.591	33.861	29.730
Amapá	200.506.989	35.369	23.257	12.113
Amazonas	1.673.256.524	220.228	138.076	82.152
Pará	1.971.704.816	614.030	308.051	305.979
Rondônia	581.794.972	158.453	62.305	96.148
Roraima	190.618.569	27.712	13.198	14.514
Tocantins	475.289.220	134.591	51.291	83.300
Norte	5.354.679.348	1.253.974	630.039	623.936
Espírito Santo	2.433.947.574	473.840	317.018	156.822
Minas Gerais	13.157.779.957	2.991.213	2.090.974	900.239
Rio de Janeiro	19.606.449.145	2.417.919	2.342.219	75.700
São Paulo	69.880.766.919	5.908.657	5.402.478	506.179
Sudeste	105.078.943.595	11.791.629	10.152.689	1.638.940
Paraná	8.699.604.530	1.518.462	941.956	576.506
Rio Grande do Sul	10.076.280.993	2.072.578	1.480.006	592.572
Santa Catarina	6.241.048.177	1.018.264	725.324	292.940
Sul	25.016.933.700	4.609.304	3.147.286	1.462.018
Ignorado	13.895.732.314	–	–	–
Brasil	177.823.304.241	26.095.624	18.193.776	7.901.849

Fonte: MPS.

TABELA 6
Valores dos benefícios emitidos pela Previdência Social – dezembro de 2008
 (Em R\$)

UF/região	Valores dos benefícios emitidos no mês de dezembro		
	Total	Urbano	Rural
Distrito Federal	159.623.138	153.570.938	6.052.200
Goiás	294.715.672	216.611.167	78.104.504
Mato Grosso	125.418.659	83.605.305	41.813.354
Mato Grosso do Sul	130.282.769	97.262.288	33.020.482
Centro-Oeste	710.040.238	551.049.698	158.990.540
Alagoas	175.872.449	121.152.381	54.720.068
Bahia	904.070.014	541.004.393	363.065.621
Ceará	505.602.321	263.475.859	242.126.462
Maranhão	319.288.629	126.524.684	192.763.944
Paraíba	250.626.626	128.113.267	122.513.360
Pernambuco	595.193.376	398.634.224	196.559.152
Piauí	180.473.008	71.530.602	108.942.405
Rio Grande do Norte	199.523.028	112.440.529	87.082.498
Sergipe	116.494.192	74.501.327	41.992.865
Nordeste	3.247.143.642	1.837.377.266	1.409.766.376
Acre	30.483.002	19.469.792	11.013.211
Amapá	16.064.723	11.572.977	4.491.746
Amazonas	108.715.536	78.415.627	30.299.909
Pará	282.521.866	172.240.849	110.281.017
Rondônia	68.120.531	31.708.564	36.411.968
Roraima	12.159.412	6.779.762	5.379.650
Tocantins	56.356.067	25.205.493	31.150.574
Norte	574.421.137	345.393.063	229.028.074
Espírito Santo	265.523.417	204.642.869	60.880.548
Minas Gerais	1.637.564.276	1.285.074.165	352.490.112
Rio de Janeiro	1.698.757.147	1.668.807.638	29.949.509
São Paulo	4.360.744.105	4.154.781.966	205.962.139
Sudeste	7.962.588.945	7.313.306.638	649.282.307
Paraná	845.360.025	618.682.481	226.677.543
Rio Grande do Sul	1.243.403.721	1.008.515.803	234.887.918
Santa Catarina	622.581.789	507.188.515	115.393.275
Sul	2.711.345.535	2.134.386.799	576.958.736
Brasil	15.205.539.497	12.181.513.464	3.024.026.033

Fonte: MPS.

TABELA 7
Valores dos benefícios emitidos pela Previdência Social – 2008
 (Em R\$)

UF/região	Valores dos benefícios emitidos no ano		
	Total	Urbano	Rural
Distrito Federal	1.978.731.701	1.901.644.692	77.087.009
Goiás	3.657.867.050	2.680.659.003	977.208.047
Mato Grosso	1.554.300.913	1.031.147.036	523.153.877
Mato Grosso do Sul	1.610.304.724	1.193.832.742	416.471.982
Centro-Oeste	8.801.204.388	6.807.283.473	1.993.920.915
Alagoas	2.165.295.368	1.478.793.846	686.501.522
Bahia	11.311.586.084	6.719.445.828	4.592.140.255
Ceará	6.317.692.878	3.248.126.497	3.069.566.381
Maranhão	3.938.728.706	1.522.102.261	2.416.626.445
Paraíba	3.161.186.813	1.596.893.643	1.564.293.170
Pernambuco	7.409.336.325	4.923.781.325	2.485.555.000
Piauí	2.252.681.763	880.471.745	1.372.210.018
Rio Grande do Norte	2.515.295.474	1.405.780.423	1.109.515.051
Sergipe	1.450.877.656	923.611.497	527.266.159
Nordeste	40.522.681.067	22.699.007.064	17.823.674.003
Acre	367.366.412	229.346.322	138.020.090
Amapá	195.072.423	138.539.626	56.532.797
Amazonas	1.337.838.707	958.207.964	379.630.743
Pará	3.514.929.793	2.124.727.025	1.390.202.768
Rondônia	841.917.578	383.786.986	458.130.593
Roraima	149.786.691	82.267.951	67.518.740
Tocantins	695.338.039	300.302.934	395.035.105
Norte	7.102.249.641	4.217.178.806	2.885.070.836
Espírito Santo	3.334.660.981	2.561.007.533	773.653.448
Minas Gerais	20.622.049.130	16.150.262.244	4.471.786.887
Rio de Janeiro	21.560.039.505	21.175.841.962	384.197.543
São Paulo	55.073.792.634	52.464.819.640	2.608.972.995
Sudeste	100.590.542.251	92.351.931.379	8.238.610.872
Paraná	10.563.760.965	7.678.506.946	2.885.254.019
Rio Grande do Sul	15.603.910.987	12.621.479.638	2.982.431.349
Santa Catarina	7.790.291.920	6.322.983.295	1.467.308.624
Sul	33.957.963.872	26.622.969.880	7.334.993.993
Brasil	190.974.641.219	152.698.370.601	38.276.270.618

Fonte: MPS.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência às populações, em situação de pobreza e risco social, é uma prática antiga que conta séculos de história. Suas dimensões em várias situações chegaram a ter profundo alcance. A variedade das formas de intervenção era grande e, sem dúvida, foram determinadas pelas condições culturais existentes, sobretudo as religiosas. Apesar da diversidade, um traço comum seria tratar o assunto como caridade. As ações raramente eram coordenadas e a tendência era não haver garantia de continuidade nas ações ao longo do tempo ou alguma preocupação quanto à efetividade dos resultados. Não raro, as iniciativas adotavam ações patrocinadas por grupos de pessoas para obter legitimidade para fins econômicos ou políticos. Esta situação, com certeza, se adapta bem ao que aconteceu no Brasil até recentemente.

O Sistema Único de Assistência Social (Suas), segundo o MDS, possui um modelo de gestão descentralizado e participativo e é regulado e organizado por todo o território nacional. A lógica de ação dá-se em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. O Suas define e organiza a execução da política pública de assistência social, ao regulamentar: padrões de serviços; qualidade no atendimento; geração de indicadores de avaliação e resultado; provimento da nomenclatura dos serviços; e conferência da autorização para os participantes da rede prestadora de serviços.

O Suas foi criado pela IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, e inscreveu-se no esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteou a universalização dos direitos à seguridade pública na forma de uma política pública de assistência social em nível nacional.

O modelo de gestão supõe um pacto federativo, com a definição de competências e responsabilidades dos entes das três esferas de governo. Estão sendo implementadas, por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema: a Proteção Social Básica (PSB), responsável por políticas de integração do indivíduo ou da família ao convívio social e a Proteção Social Especial (PSE), atribuída aos que, por razões diversas, precisam ser afastados do convívio familiar ou social via atendimento de média e alta complexidade.

A operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) viabiliza um sistema descentralizado e participativo e promove sua regulação em todo o território nacional.

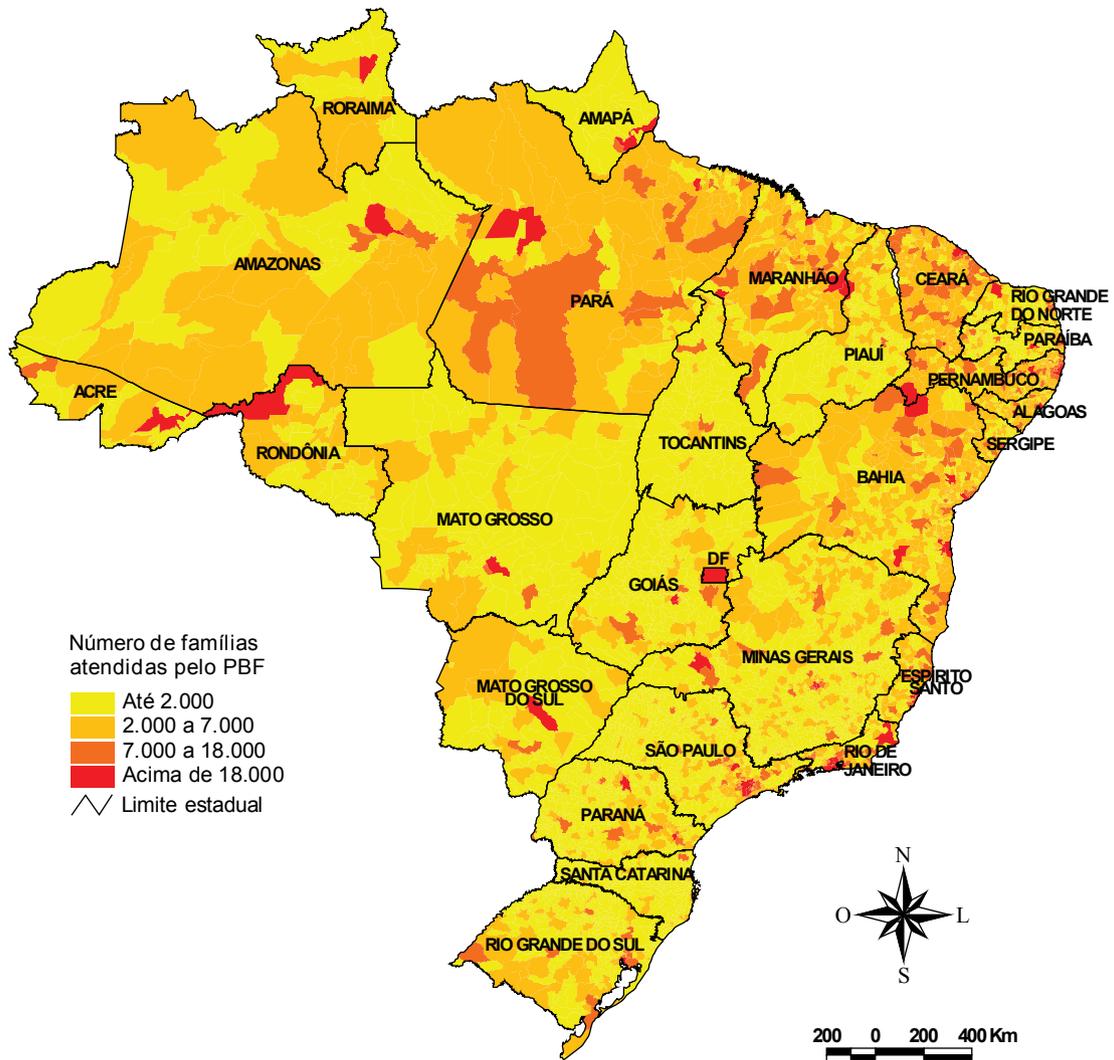
Além do Suas, o MDS conta com programas de segurança alimentar e nutricional (SAN) para garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, definidos por pacto mundial do qual o Brasil é signatário.

TABELA 8
Centros de Referência da Assistência Social (Cras) – 2008

UF/região	Cras cadastrados	Cras cadastrados com cofinanciamento federal	Cras cadastrados com cofinanciamento de piso básico fixo (PAIF)
Acre	26	24	22
Amapá	11	10	10
Amazonas	72	68	67
Pará	163	155	142
Rondônia	41	36	36
Roraima	13	13	13
Tocantins	84	73	59
Norte	410	379	349
Alagoas	106	95	90
Bahia	387	359	348
Ceará	249	224	204
Maranhão	228	217	210
Paraíba	224	211	201
Pernambuco	228	215	198
Piauí	203	187	178
Rio Grande do Norte	151	147	142
Sergipe	95	82	72
Nordeste	1.871	1.737	1.643
Espírito Santo	93	68	63
Minas Gerais	657	484	402
Rio de Janeiro	327	215	176
São Paulo	673	486	356
Sudeste	1.750	1.253	997
Paraná	322	231	177
Rio Grande do Sul	260	198	133
Santa Catarina	103	82	56
Sul	685	511	366
Distrito Federal	19	18	9
Goiás	147	122	107
Mato Grosso	155	130	89
Mato Grosso do Sul	105	94	75
Centro-Oeste	426	364	280
Brasil	5.142	4.244	3.635

Fonte: MDS.

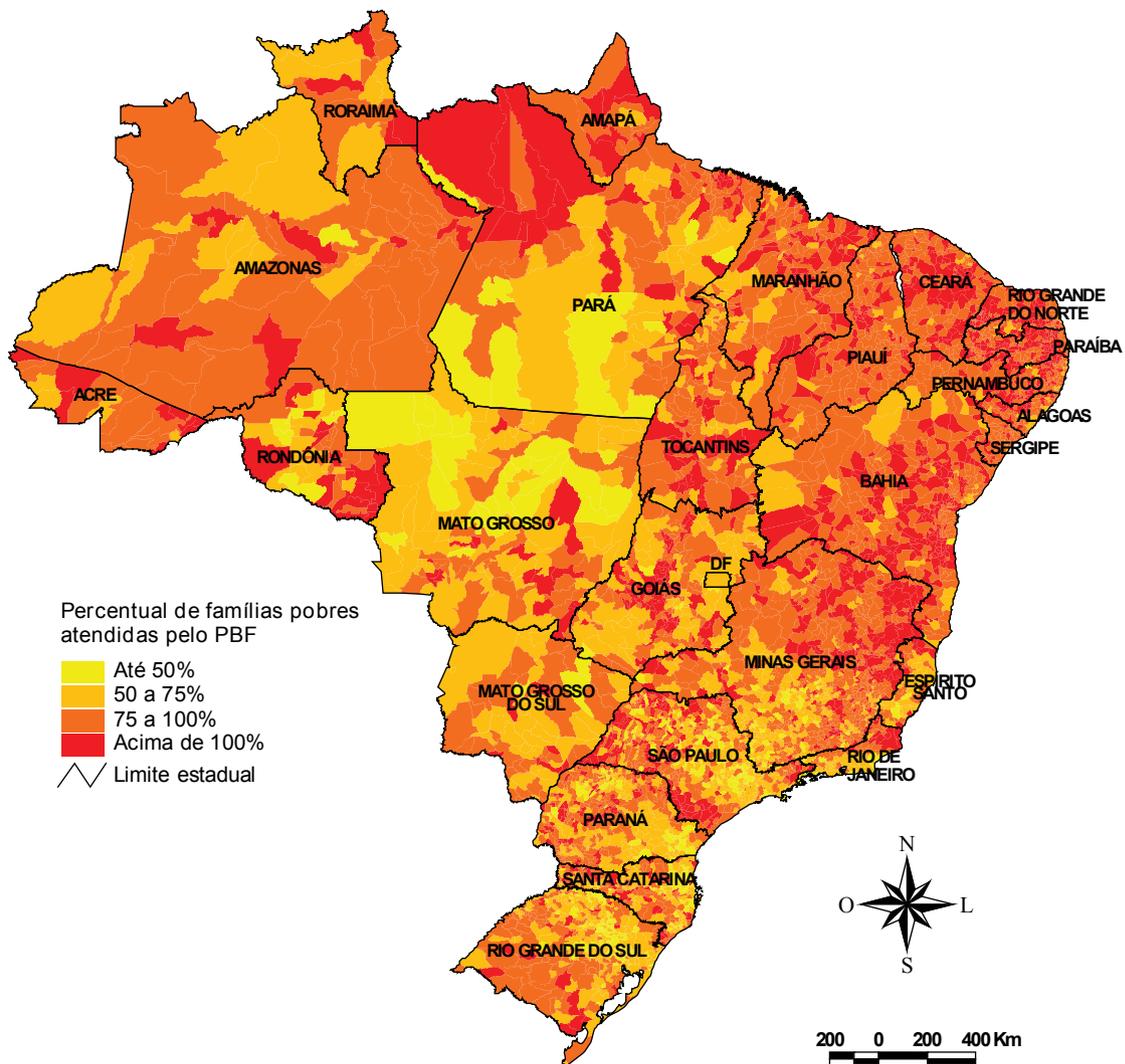
MAPA 1
Distribuição das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família por município – 2008



Fonte: MDS.

MAPA 2

Proporção de famílias pobres atendidas pelo Programa Bolsa Família por município – 2008



Fonte: MDS.

TABELA 9
PBF – famílias beneficiadas e valores – 2008

UF/região	PBF – famílias	PBF – valor total (R\$)
Alagoas	347.585	351.696.815,00
Bahia	1.372.763	1.423.078.114,00
Ceará	870.153	891.827.792,00
Maranhão	729.610	802.131.232,00
Paraíba	410.707	420.649.317,00
Pernambuco	881.591	904.677.146,00
Piauí	360.622	378.091.695,00
Rio Grande do Norte	292.522	288.424.121,00
Sergipe	179.875	192.078.898,00
Nordeste	5.445.428	5.652.655.130,00
Acre	55.037	60.563.878,00
Amapá	39.191	43.733.436,00
Amazonas	222.542	242.908.837,00
Pará	528.997	591.852.085,00
Rondônia	92.914	95.337.594,00
Roraima	33.622	37.135.525,00
Tocantins	103.582	103.330.013,00
Norte	1.075.885	1.174.861.368,00
Espírito Santo	171.419	161.518.145,00
Minas Gerais	992.739	937.274.637,00
Rio de Janeiro	498.378	469.944.175,00
São Paulo	974.803	910.879.065,00
Sudeste	2.637.339	2.479.616.022,00
Distrito Federal	76.414	65.316.680,00
Goiás	245.268	222.049.352,00
Mato Grosso	121.703	114.421.367,00
Mato Grosso do Sul	102.433	97.638.440,00
Centro-Oeste	545.818	499.425.839,00
Paraná	367.247	332.727.194,00
Rio Grande do Sul	367.631	357.820.394,00
Santa Catarina	118.648	109.394.246,00
Sul	853.526	799.941.834,00
Brasil	10.557.996	10.606.500.193,00

Fonte: MDS.

TABELA 10
Ação socioeducacional com jovens em situação de vulnerabilidade social – 2008

UF/região	Agente Jovem – ação socioeducacional com jovens em situação de vulnerabilidade social	
	Jovens atendidos	R\$
Alagoas	375	132.457,37
Bahia	1.200	476.663,20
Ceará	800	218.623,41
Maranhão	975	252.081,50
Paraíba	900	163.623,81
Pernambuco	2.325	487.204,79
Piauí	675	240.164,92
Rio Grande do Norte	1.125	132.457,37
Sergipe	350	98.999,28
Nordeste	8.725	2.202.275,65
Acre	350	73.332,80
Amapá	350	73.332,80
Amazonas	1.250	162.707,15
Pará	1.250	182.415,34
Rondônia	150	73.791,13
Roraima	75	142.999,62
Tocantins	650	79.291,09
Norte	4.075	787.869,93
Espírito Santo	1.450	164.540,47
Minas Gerais	7.375	1.662.362,91
Rio de Janeiro	400	1.019.325,92
São Paulo	11.475	1.689.404,38
Sudeste	20.700	4.535.633,68
Distrito Federal	–	76.082,78
Goiás	2.200	329.539,27
Mato Grosso	1.175	122.374,11
Mato Grosso do Sul	535	188.648,62
Centro-Oeste	3.910	716.644,78
Paraná	1.675	229.165,00
Rio Grande do Sul	850	259.414,78
Santa Catarina	625	138.873,99
Sul	3.150	627.453,77
Brasil	40.560	8.869.877,81

Fonte: MDS.

TABELA 11
Concessão de bolsa para jovens em situação de vulnerabilidade social – 2008

UF/região	Agente Jovem – concessão de bolsa para jovens em situação de vulnerabilidade social	
	Jovens atendidos	R\$
Alagoas	400	530.400,00
Bahia	1.575	1.378.455,00
Ceará	900	676.065,00
Maranhão	1.050	832.520,00
Paraíba	925	840.710,00
Pernambuco	2.575	2.105.350,00
Piauí	825	839.670,00
Rio Grande do Norte	1.175	681.980,00
Sergipe	375	424.645,00
Nordeste	9.800	8.309.795,00
Acre	350	216.710,00
Amapá	350	265.590,00
Amazonas	1.250	878.995,00
Pará	1.250	796.315,00
Rondônia	175	169.780,00
Roraima	75	327.340,00
Tocantins	650	412.295,00
Norte	4.100	3.067.025,00
Espírito Santo	1.450	805.935,00
Minas Gerais	7.525	5.413.850,00
Rio de Janeiro	1.020	3.445.520,00
São Paulo	11.850	7.869.160,00
Sudeste	21.845	17.534.465,00
Distrito Federal	–	265.980,00
Goiás	2.400	1.338.740,00
Mato Grosso	1.175	350.415,00
Mato Grosso do Sul	1.330	492.830,00
Centro-Oeste	4.905	2.447.965,00
Paraná	1.925	720.720,00
Rio Grande do Sul	850	1.245.530,00
Santa Catarina	625	482.820,00
Sul	3.400	2.449.070,00
Brasil	44.050	33.808.320,00

Fonte: MDS.

TABELA 12
ProJovem Adolescente e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa – 2008

UF/região	ProJovem Adolescente	Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa
	R\$	R\$
Alagoas	4.141.856,25	142.380,00
Bahia	16.341.300,00	335.684,00
Ceará	13.517.250,00	329.072,00
Maranhão	13.533.581,25	279.100,00
Paraíba	8.193.262,50	103.400,00
Pernambuco	10.992.187,50	281.208,00
Piauí	5.038.818,75	156.284,00
Rio Grande do Norte	5.671.968,75	92.720,00
Sergipe	2.043.918,75	71.360,00
Nordeste	79.474.143,75	1.791.208,00
Acre	712.293,75	30.680,00
Amapá	399.487,50	24.612,00
Amazonas	3.501.168,75	49.292,00
Pará	8.092.762,50	350.868,00
Rondônia	886.912,50	72.040,00
Roraima	276.375,00	10.340,00
Tocantins	770.081,25	20.680,00
Norte	14.639.081,25	558.512,00
Espírito Santo	1.139.418,75	76.040,00
Minas Gerais	10.377.881,25	833.596,00
Rio de Janeiro	11.875.331,25	1.179.904,00
São Paulo	5.122.987,50	1.461.616,00
Sudeste	28.515.618,75	3.551.156,00
Distrito Federal	1.130.625,00	–
Goiás	2.726.062,50	451.220,00
Mato Grosso	1.726.087,50	93.060,00
Mato Grosso do Sul	1.685.887,50	155.100,00
Centro-Oeste	7.268.662,50	699.380,00
Paraná	3.525.037,50	800.508,00
Rio Grande do Sul	1.708.500,00	379.996,00
Santa Catarina	385.668,75	179.712,00
Sul	5.619.206,25	1.360.216,00
Brasil	135.516.712,50	7.960.472,00

Fonte: MDS.

TABELA 13
Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência – 2008

UF/região	BPC – pessoas com deficiência	
	Atendidos	Valor (R\$)
Alagoas	47.363	213.186.569,73
Bahia	145.342	687.982.372,87
Ceará	87.940	414.195.985,96
Maranhão	68.617	323.554.801,33
Paraíba	43.689	207.661.051,25
Pernambuco	118.283	558.310.901,41
Piauí	26.717	125.151.386,99
Rio Grande do Norte	33.094	159.014.405,52
Sergipe	22.617	106.159.158,58
Nordeste	593.662	2.795.216.633,64
Acre	10.420	48.486.461,83
Amapá	6.897	32.392.347,65
Amazonas	36.094	173.009.608,51
Pará	70.027	337.640.480,24
Rondônia	17.135	80.093.672,93
Roraima	4.559	21.229.059,92
Tocantins	14.763	70.273.900,80
Norte	159.895	763.125.531,88
Espírito Santo	23.271	109.977.714,50
Minas Gerais	163.552	779.918.320,68
Rio de Janeiro	66.907	305.559.732,73
São Paulo	209.213	975.802.365,34
Sudeste	462.943	2.171.258.133,25
Distrito Federal	17.518	82.470.527,89
Goiás	50.431	237.927.481,35
Mato Grosso	31.679	152.821.588,24
Mato Grosso do Sul	21.654	101.455.747,80
Centro-Oeste	121.282	574.675.345,28
Paraná	76.578	359.398.474,26
Rio Grande do Sul	69.319	321.446.340,58
Santa Catarina	27.003	125.609.860,77
Sul	172.900	806.454.675,60
Brasil	1.510.682	7.110.730.319,66

Fonte: MDS.

TABELA 14
BPC para idosos – 2008

UF/região	BPC – idosos	
	Atendidos	Valor (R\$)
Alagoas	30.149	144.080.514,64
Bahia	138.446	651.343.832,00
Ceará	58.796	274.934.691,66
Maranhão	73.960	345.841.675,28
Paraíba	24.620	116.611.653,13
Pernambuco	88.593	417.955.624,66
Piauí	12.728	57.394.276,35
Rio Grande do Norte	13.830	63.912.017,90
Sergipe	11.814	55.216.815,82
Nordeste	452.936	2.127.291.101,44
Acre	4.319	20.037.463,96
Amapá	8.003	37.767.798,46
Amazonas	26.923	124.743.148,06
Pará	62.947	293.012.344,53
Rondônia	12.931	61.429.533,71
Roraima	2.294	10.853.052,14
Tocantins	13.785	65.635.848,05
Norte	131.202	613.479.188,91
Espírito Santo	20.219	95.300.609,18
Minas Gerais	132.437	631.405.050,48
Rio de Janeiro	125.540	572.057.870,87
São Paulo	275.641	1.288.394.851,40
Sudeste	553.837	2.587.158.381,93
Distrito Federal	16.644	77.534.023,61
Goiás	57.344	270.044.012,91
Mato Grosso	35.605	169.324.788,95
Mato Grosso do Sul	34.566	164.474.730,62
Centro-Oeste	144.159	681.377.556,09
Paraná	67.867	320.697.545,30
Rio Grande do Sul	57.755	270.142.189,59
Santa Catarina	16.034	74.912.408,24
Sul	141.656	665.752.143,10
Brasil	1.423.790	6.675.058.371,50

Fonte: MDS.

TABELA 15
Total de BPC – 2008

UF/região	BPC – total	
	Atendidos	Valor (R\$)
Alagoas	77.512	357.267.084,37
Bahia	283.788	1.339.326.204,87
Ceará	146.736	689.130.677,62
Maranhão	142.577	669.396.476,61
Paraíba	68.309	324.272.704,38
Pernambuco	206.876	976.266.526,07
Piauí	39.445	182.545.663,34
Rio Grande do Norte	46.924	222.926.423,42
Sergipe	34.431	161.375.974,40
Nordeste	1.046.598	4.922.507.735,08
Acre	14.739	68.523.925,79
Amapá	14.900	70.160.146,11
Amazonas	63.017	297.752.756,57
Pará	132.974	630.652.824,77
Rondônia	30.066	141.523.206,64
Roraima	6.853	32.082.112,06
Tocantins	28.548	135.909.748,85
Norte	291.097	1.376.604.720,79
Espírito Santo	43.490	205.278.323,68
Minas Gerais	295.989	1.411.323.371,16
Rio de Janeiro	192.447	877.617.603,60
São Paulo	484.854	2.264.197.216,74
Sudeste	1.016.780	4.758.416.515,18
Distrito Federal	34.162	160.004.551,50
Goiás	107.775	507.971.494,26
Mato Grosso	67.284	322.146.377,19
Mato Grosso do Sul	56.220	265.930.478,42
Centro-Oeste	265.441	1.256.052.901,37
Paraná	144.445	680.096.019,56
Rio Grande do Sul	127.074	591.588.530,17
Santa Catarina	43.037	200.522.269,01
Sul	314.556	1.472.206.819,00
Brasil	2.934.472	13.785.788.691,16

Fonte: MDS.

TABELA 16
Serviços de PSB e PSE – 2008

UF/região	Serviços de PSE a indivíduos e famílias (R\$)	Serviços específicos de PSB – crianças	Serviços específicos de PSB – famílias	Serviços específicos de PSB – idosos	Total (R\$)
Alagoas	18.600,00	12.748	925	1.251	1.956.190,59
Bahia	186.000,00	76.799	–	4.795	14.421.197,92
Ceará	235.200,00	34.190	101.950	14.523	17.567.912,20
Maranhão	93.000,00	62.654	29.922	9.244	11.745.085,88
Paraíba	–	19.858	1.334	5.608	2.284.583,06
Pernambuco	192.000,00	46.345	10.034	15.371	6.097.494,80
Piauí	–	10.363	56.442	12.406	7.957.170,49
Rio Grande do Norte	61.800,00	64.647	13.354	25.269	5.363.258,22
Sergipe	37.200,00	17.208	8.024	5.164	2.000.801,27
Nordeste	–	823.800	344.812	221.985	93.631,00
Acre	–	3.447	468	384	472.155,57
Amapá	–	2.154	235	932	386.661,74
Amazonas	18.600,00	13.255	–	6.325	1.748.969,15
Pará	93.000,00	126.493	8.468	14.748	8.626.303,04
Rondônia	–	20.722	–	3.577	3.297.198,69
Roraima	–	4.418	205	500	817.079,14
Tocantins	–	7.501	605	2.377	1.142.750,87
Norte	–	111.600	177.990	9.981	28.843,00
Espírito Santo	43.200,00	18.800	1.457	2.542	3.476.807,22
Minas Gerais	679.800,00	131.836	839	4.860	24.609.648,51
Rio de Janeiro	321.600,00	11.009	34.251	2.858	5.804.928,41
São Paulo	958.200,00	69.907	52.421	16.699	11.732.505,40
Sudeste	–	2.002.800	231.552	88.968	26.959,00
Distrito Federal	–	9.266	–	480	1.338.151,00
Goiás	–	26.873	381	11.296	2.911.275,42
Mato Grosso	–	1.915	45.172	12.192	6.131.165,73
Mato Grosso do Sul	–	27.851	1.072	7.984	4.964.641,57
Centro-Oeste	–	–	65.905	46.625	31.952,00
Paraná	123.600,00	59.968	60.766	31.766	13.916.842,71
Rio Grande do Sul	204.000,00	41.068	24.641	22.922	6.197.209,26
Santa Catarina	–	99.985	4.618	75.420	17.709.812,51
Sul	–	327.600	201.021	90.025	130.108,00
Brasil	3.265.800,00	1.021.280	457.584	311.493	184.677.800,37

Fonte: MDS.

4 SAÚDE

Antes do advento do Sistema Único de Saúde (SUS), a atuação do Ministério da Saúde (MS) resumia-se às atividades de promoção de saúde e prevenção de doenças – por exemplo, vacinação –, realizadas em caráter universal, e à assistência médico-hospitalar para poucas doenças; servia aos indigentes, ou seja, a quem não tinha acesso ao atendimento pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), criado para prestar atendimento médico aos que contribuíam com a previdência.

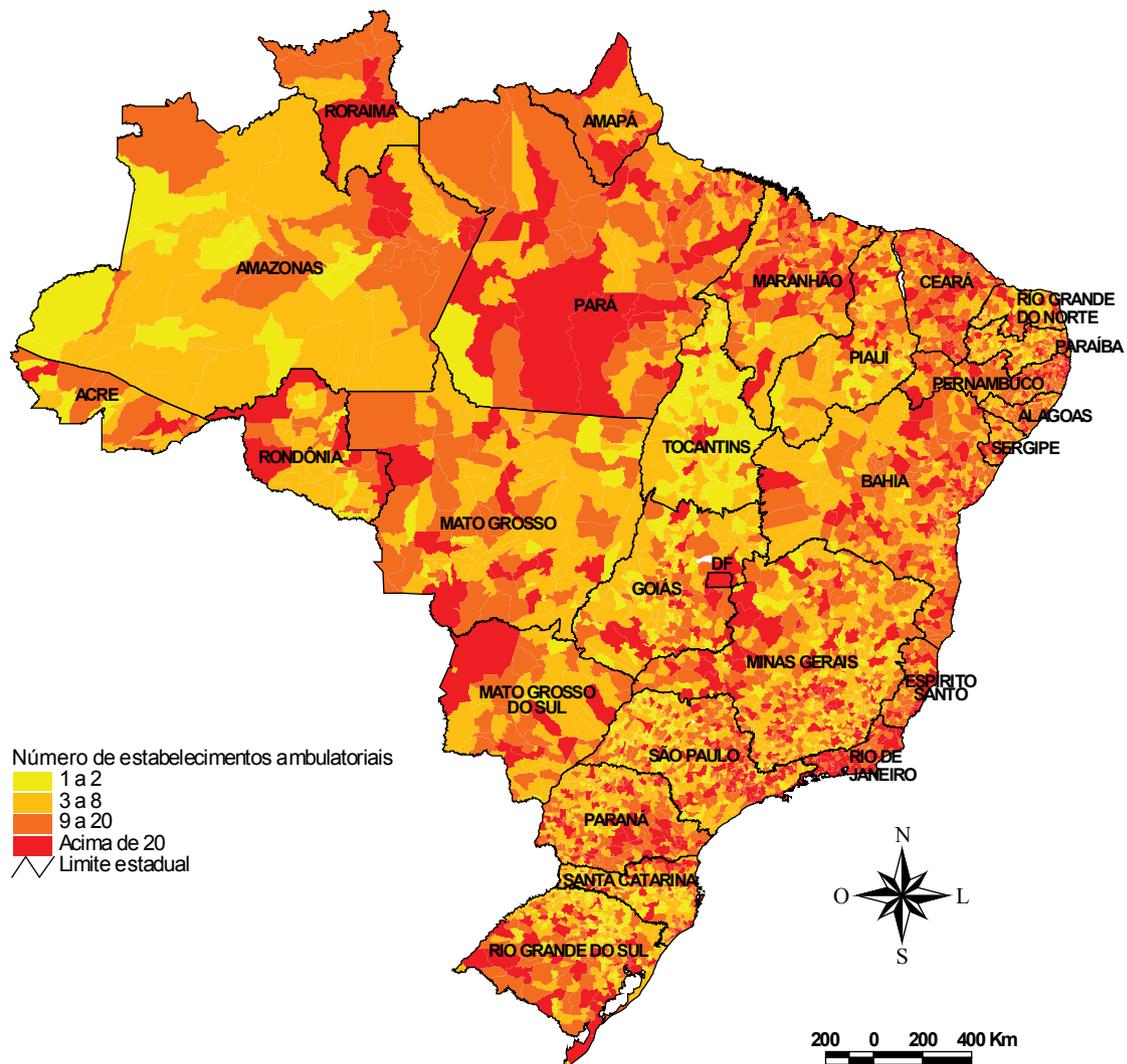
O SUS, segundo o MS, é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Este abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado, pela CF/88, para ser o sistema de saúde de todos os brasileiros. Além de oferecer consultas, exames e internações, o sistema também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e vigilância sanitária (fiscalização de alimentos e registro de medicamentos) atingindo, assim, a vida de cada um dos brasileiros.

O Sistema Único de Saúde teve seus princípios estabelecidos na Lei Orgânica de Saúde (LOS), em 1990, com base no Art. 198 da CF/88, ou seja:

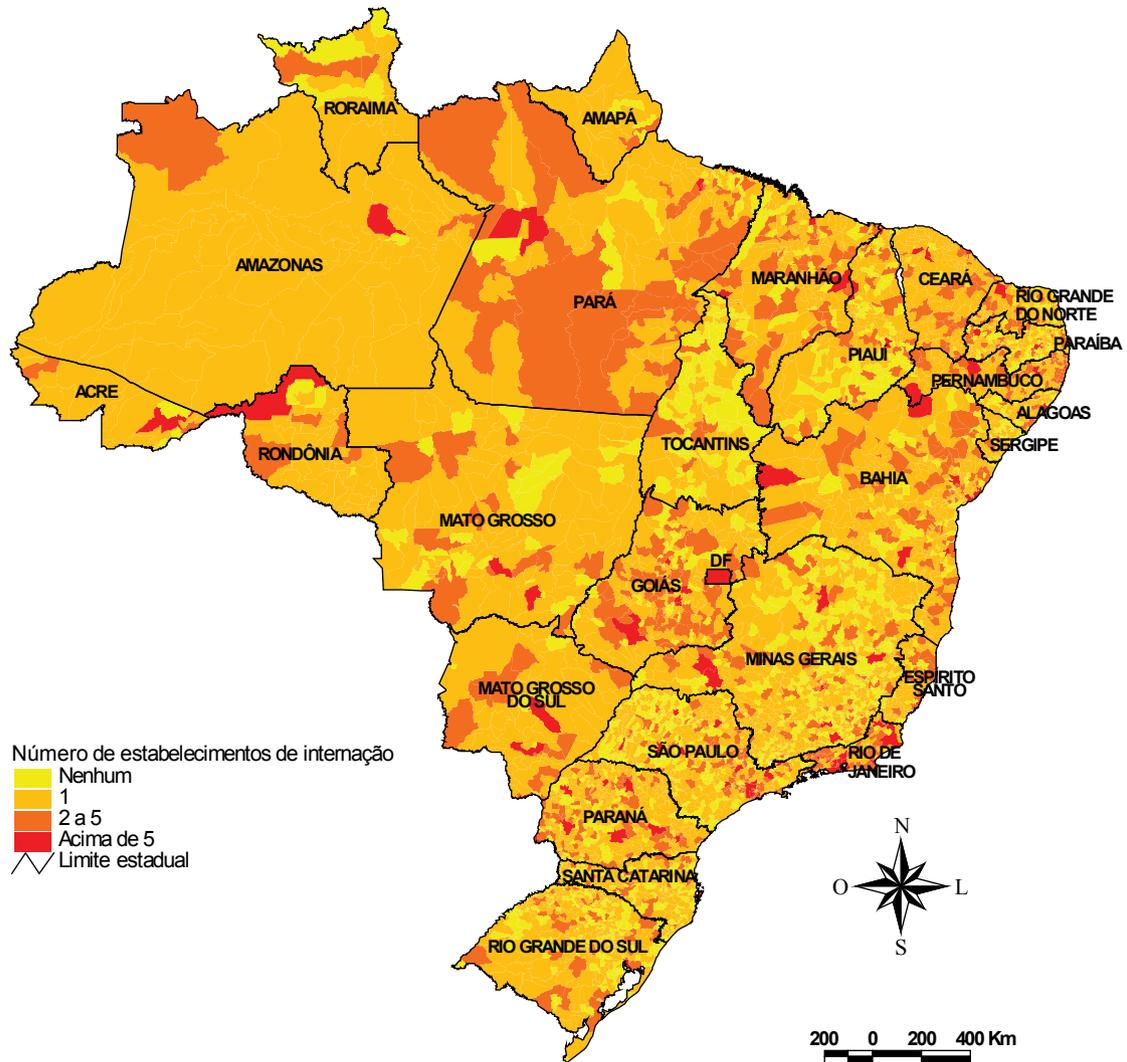
- Universalidade, pois o Estado deve prover atenção à saúde.
- Integralidade, ou seja, as necessidades de saúde das pessoas – ou de grupos – devem ser levadas em consideração, ainda que não sejam iguais às da maioria.
- Equidade, porque todos devem ter igualdade de oportunidade em usar o sistema de saúde.
- Participação da comunidade, via controle social em que os usuários participam da gestão.
- Descentralização político-administrativa, por meio das esferas nacional, estadual e municipal, cada uma com comando único e atribuições próprias, com transferências que passaram a ser de *fundo a fundo*.
- Hierarquização e regionalização, pois os serviços de saúde são divididos em níveis de complexidade: o nível primário deve ser oferecido diretamente à população, enquanto os outros devem ser utilizados apenas quando necessário. Os serviços de maior complexidade são menos numerosos e, por isso, sua área de abrangência é mais ampla, atingindo as áreas de vários serviços de menor complexidade.

MAPA 3
Estabelecimentos de atendimento ambulatorial por município – abril de 2009



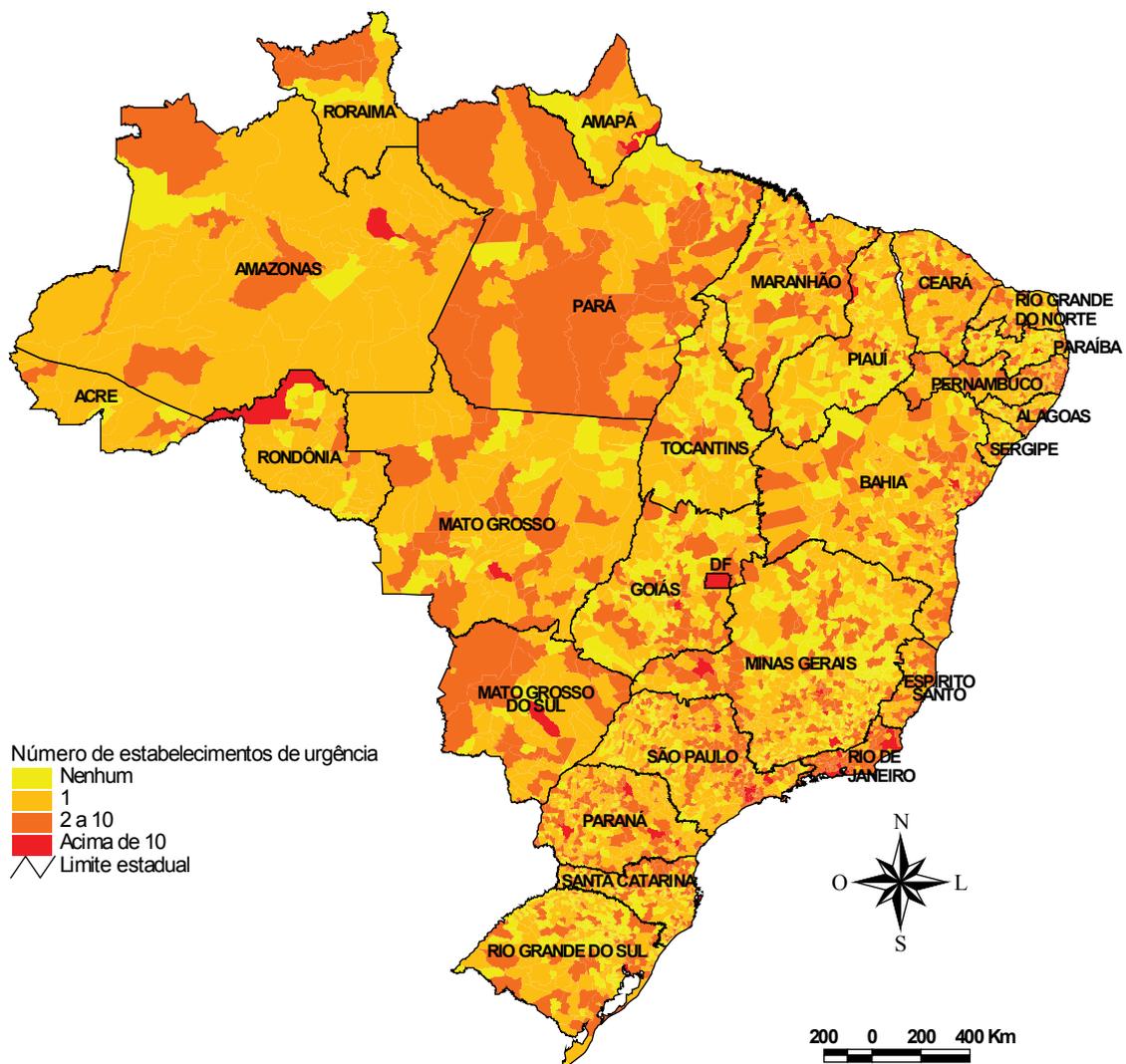
Fonte: Dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde no Brasil (CNE)/MS.

MAPA 4
Estabelecimentos de internação hospitalar por município – abril de 2009



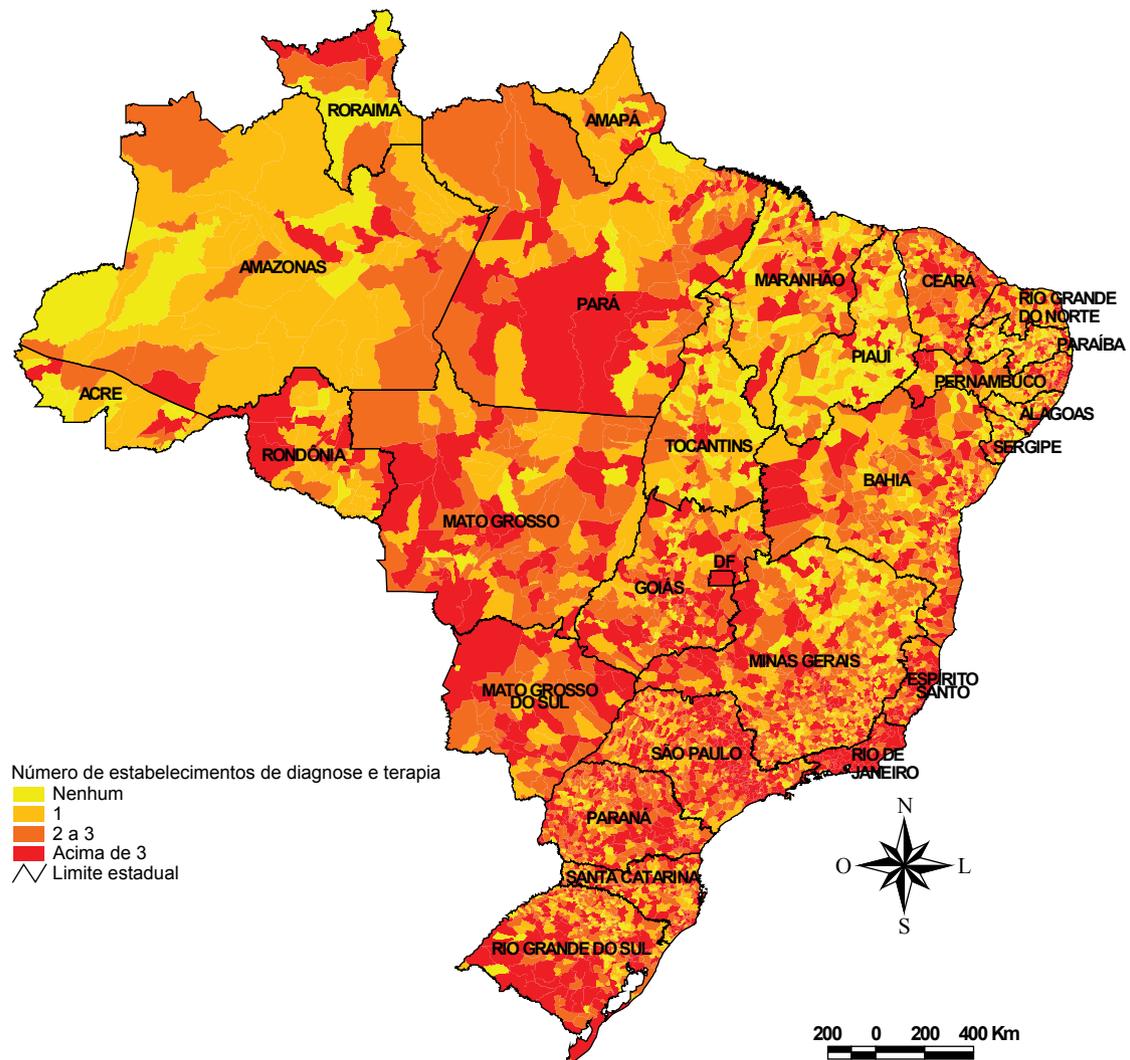
Fonte: Dados do CNES/MS.

MAPA 5
Estabelecimentos de atendimento de urgência por município – abril de 2009



Fonte: Dados do CNES/MS.

MAPA 6
Estabelecimentos hospitalares de diagnose e terapia por município – abril de 2009



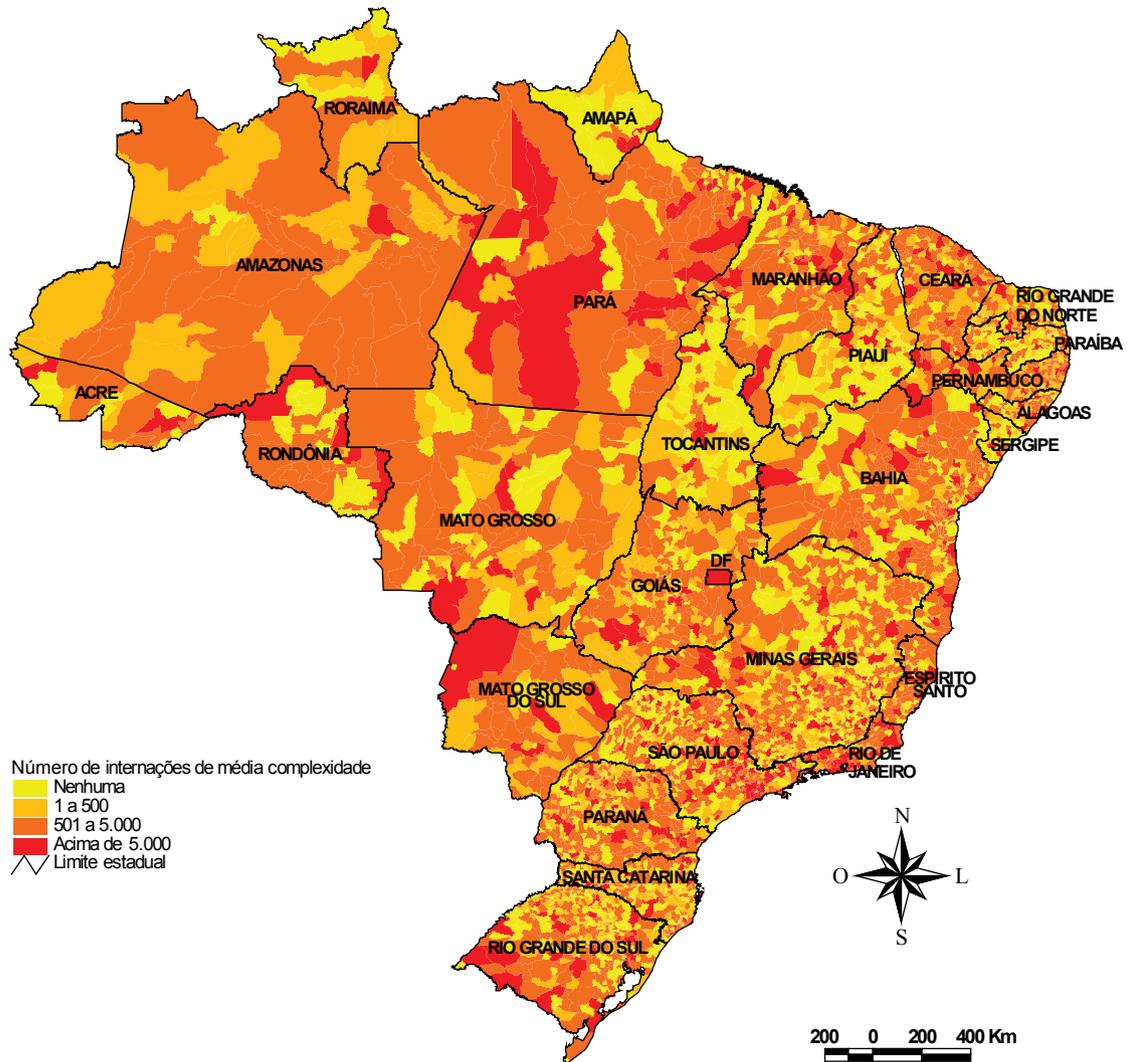
Fonte: Dados do CNES/MS.

TABELA 17
Número de estabelecimentos do SUS segundo tipo de atendimento prestado – Brasil, regiões e UFs, 2009

UF/região	Ambulatório	Internação	Urgência	Diagnose e terapia	Vigilância epidemiológica e sanitária	Farmácia ou cooperativa
Acre	316	28	24	30	24	2
Amapá	254	17	31	49	7	1
Amazonas	836	97	99	263	40	21
Pará	2.175	231	287	526	228	11
Rondônia	544	63	69	195	51	4
Roraima	318	15	22	64	2	1
Tocantins	498	54	87	245	128	5
Norte	4.941	505	619	1.372	480	45
Alagoas	1.150	100	120	289	110	1
Bahia	5.664	551	642	1.713	688	13
Ceará	2.822	282	248	592	139	15
Maranhão	2.625	276	278	526	158	8
Paraíba	2.136	216	172	431	81	6
Pernambuco	3.064	307	303	683	167	9
Piauí	1.790	206	197	401	596	5
Rio Grande do Norte	1.499	199	191	458	90	8
Sergipe	908	60	62	281	29	7
Nordeste	21.658	2.197	2.213	5.374	2.058	72
Espírito Santo	1.261	92	135	437	78	4
Minas Gerais	8.394	593	778	2.368	453	75
Rio de Janeiro	3.444	344	427	1.372	147	11
São Paulo	7.503	690	1.077	4.164	702	46
Sudeste	20.602	1.719	2.417	8.341	1.380	136
Paraná	4.610	478	656	1.794	244	27
Rio Grande do Sul	4.248	349	373	1.610	180	19
Santa Catarina	2.850	205	329	1.057	149	10
Sul	11.708	1.032	1.358	4.461	573	56
Distrito Federal	215	34	27	43	38	1
Goiás	1.961	379	237	970	130	5
Mato Grosso	1.379	137	175	505	132	3
Mato Grosso do Sul	803	98	116	291	84	1
Centro-Oeste	4.358	648	555	1.809	384	10
Brasil	63.267	6.101	7.162	21.357	4.875	319

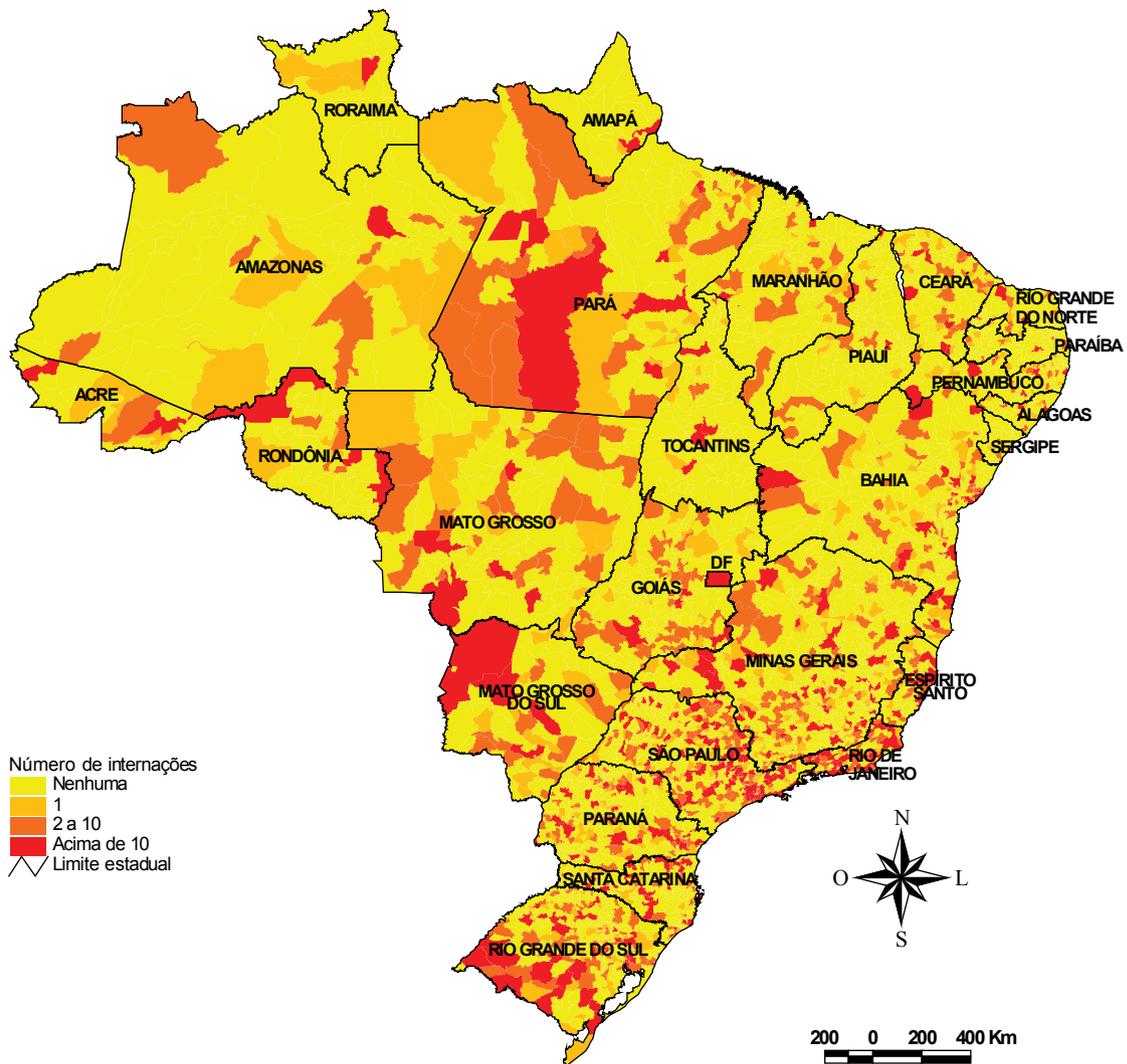
Fonte: CNES/MS.

MAPA 7
Internações hospitalares de média complexidade – 2008



Fonte: Dados do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA)/SUS/MS.

MAPA 8
Internações hospitalares de alta complexidade – 2008



Fonte: Dados do SIA/SUS/MS.

TABELA 18
Atendimento ambulatorial do SUS – número de procedimentos aprovados segundo complexidade – Brasil, regiões e UFs, 2008

UF/região	Atenção básica	Média complexidade	Alta complexidade	Não se aplica	Total
Norte	110.026.630	64.131.348	9.806.828	1.423.834	185.388.640
Rondônia	6.939.278	6.963.015	1.759.804	129.950	15.792.047
Acre	6.152.406	3.132.595	675.589	104.228	10.064.818
Amazonas	21.133.733	19.375.672	1.865.451	80.940	42.455.796
Roraima	3.623.583	2.588.847	493.310	28.529	6.734.269
Pará	55.745.044	24.088.854	3.121.861	836.666	83.792.425
Amapá	3.821.921	2.327.329	347.350	31.043	6.527.643
Tocantins	12.610.665	5.655.036	1.543.463	212.478	20.021.642
Nordeste	408.487.971	189.664.619	85.249.044	7.319.330	690.720.964
Maranhão	61.528.953	19.978.506	6.444.540	298.440	88.250.439
Piauí	14.221.736	8.819.683	4.602.369	794.514	28.438.302
Ceará	66.899.469	28.011.003	22.152.544	130.241	117.193.257
Rio Grande do Norte	21.177.798	11.190.674	10.070.738	1.664.510	44.103.720
Paraíba	26.511.905	11.622.782	8.755.092	73.330	46.963.109
Pernambuco	64.566.654	35.336.538	10.181.962	1.450.176	111.535.330
Alagoas	25.931.670	12.869.344	4.441.063	856.226	44.098.303
Sergipe	24.509.033	8.181.274	4.696.341	53.196	37.439.844
Bahia	103.140.753	53.654.815	13.904.395	1.998.697	172.698.660
Sudeste	597.322.544	417.417.253	344.941.691	11.655.680	1.371.337.168
Minas Gerais	174.162.317	87.106.582	56.233.154	4.259.528	321.761.581
Espírito Santo	30.099.471	14.027.075	12.685.660	318.804	57.131.010
Rio de Janeiro	85.992.533	69.547.085	22.606.102	1.770.052	179.915.772
São Paulo	307.068.223	246.736.511	253.416.775	5.307.296	812.528.805
Sul	176.624.515	103.955.927	88.995.507	2.779.542	372.355.491
Paraná	91.172.525	35.618.887	30.673.657	1.442.549	158.907.618
Santa Catarina	43.582.628	24.720.617	28.825.476	782.488	97.911.209
Rio Grande do Sul	41.869.362	43.616.423	29.496.374	554.505	115.536.664
Centro-Oeste	87.996.857	56.453.199	25.353.794	1.345.592	171.149.442
Mato Grosso do Sul	20.232.880	9.030.143	5.033.799	323.806	34.620.628
Mato Grosso	24.578.983	9.564.331	6.383.050	277.180	40.803.544
Goiás	26.307.597	19.023.728	4.198.708	142.445	49.672.478
Distrito Federal	16.877.397	18.834.997	9.738.237	602.161	46.052.792
Brasil	1.380.458.517	831.622.346	554.346.864	24.523.978	2.790.951.705

Fonte: SIA/SUS/MS.

TABELA 19
Atendimento hospitalar – número de internações hospitalares do SUS segundo complexidade – Brasil, regiões e UFs, 2008

UF/região	Média complexidade	Alta complexidade	Não se aplica	Total
Norte	941.757	13.665	–	955.422
Rondônia	85.306	593	–	85.899
Acre	45.680	407	–	46.087
Amazonas	157.905	3.862	–	161.767
Roraima	23.957	201	–	24.158
Pará	502.390	5.329	–	507.719
Amapá	31.101	463	–	31.564
Tocantins	95.418	2.810	–	98.228
Nordeste	2.923.335	86.567	3	3.009.905
Maranhão	320.339	5.995	–	326.334
Piauí	220.007	6.155	–	226.162
Ceará	459.621	18.507	–	478.128
Rio Grande do Norte	153.619	6.992	1	160.612
Paraíba	215.825	6.848	–	222.673
Pernambuco	466.901	21.778	–	488.679
Alagoas	175.167	2.862	–	178.029
Sergipe	98.073	1.516	–	99.589
Bahia	813.783	15.914	2	829.699
Sudeste	3.862.805	224.590	4	4.087.399
Minas Gerais	1.074.722	48.015	–	1.122.737
Espírito Santo	169.201	8.624	–	177.825
Rio de Janeiro	605.730	23.845	1	629.576
São Paulo	2.013.152	144.106	3	2.157.261
Sul	1.691.398	119.765	4	1.811.167
Paraná	683.586	45.701	1	729.288
Santa Catarina	348.718	20.522	2	369.242
Rio Grande do Sul	659.094	53.542	1	712.637
Centro-Oeste	843.245	30.510	1	873.756
Mato Grosso do Sul	144.860	6.061	–	150.921
Mato Grosso	169.942	2.812	–	172.754
Goiás	349.589	12.480	–	362.069
Distrito Federal	178.854	9.157	1	188.012
Brasil	10.262.540	475.097	12	10.737.649

Fonte: SIA/SUS/MS.

TABELA 20
Atenção básica/saúde da família – número de consultas – Brasil, regiões e UFs, 2008

UF/região	Número de consultas
Norte	9.694.088
Rondônia	757.141
Acre	432.455
Amazonas	2.096.775
Roraima	267.254
Pará	3.507.551
Amapá	313.934
Tocantins	2.318.978
Nordeste	42.767.890
Maranhão	5.924.790
Piauí	2.902.962
Ceará	6.354.282
Rio Grande do Norte	4.760.334
Paraíba	4.290.416
Pernambuco	5.391.890
Alagoas	2.602.451
Sergipe	1.693.214
Bahia	8.847.551
Sudeste	36.800.674
Minas Gerais	13.449.466
Espírito Santo	2.256.076
Rio de Janeiro	6.430.510
São Paulo	14.664.622
Sul	21.948.333
Paraná	9.313.145
Santa Catarina	6.865.049
Rio Grande do Sul	5.770.139
Centro-Oeste	8.991.954
Mato Grosso do Sul	1.858.258
Mato Grosso	2.863.146
Goiás	4.153.487
Distrito Federal	117.063
Brasil	120.202.939

Fonte: SIA/SUS/MS.

TABELA 21
Imunizações – doses aplicadas – Brasil, regiões e UFs, 2008

UF/região	Doses aplicadas
Norte	20.653.421
Rondônia	1.991.350
Acre	1.103.628
Amazonas	4.682.759
Roraima	702.723
Pará	9.330.654
Amapá	859.493
Tocantins	1.982.814
Nordeste	57.639.437
Maranhão	9.281.635
Piauí	3.313.217
Ceará	8.391.314
Rio Grande do Norte	3.319.495
Paraíba	3.715.048
Pernambuco	8.802.418
Alagoas	3.064.149
Sergipe	2.059.502
Bahia	15.692.659
Sudeste	86.086.630
Minas Gerais	23.386.080
Espírito Santo	3.580.599
Rio de Janeiro	16.319.285
São Paulo	42.800.666
Sul	26.863.839
Paraná	11.418.190
Santa Catarina	5.821.960
Rio Grande do Sul	9.623.689
Centro-Oeste	21.412.378
Mato Grosso do Sul	3.608.151
Mato Grosso	4.497.126
Goiás	9.086.202
Distrito Federal	4.220.899
Brasil	212.655.705

Fonte: SIA/SUS/MS.

TABELA 22
Quantidade de funcionários do SUS por esfera administrativa – Brasil, regiões e UFs, abril de 2009

UF/região	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Norte	3.175	40.015	86.605	15.208	145.003
Rondônia	54	2.084	10.441	774	13.353
Acre	12	3.835	2.922	865	7.634
Amazonas	1.991	16.210	18.197	4.054	40.452
Roraima	175	2.637	3.090	166	6.068
Pará	911	8.493	37.531	7.239	54.174
Amapá	32	2.604	4.000	610	7.246
Tocantins	0	4.152	10.424	1.500	16.076
Nordeste	12.172	72.750	316.979	89.674	491.575
Maranhão	1.239	3.766	44.414	4.800	54.219
Piauí	143	5.261	20.379	4.719	30.502
Ceará	1.983	6.085	46.493	11.800	66.361
Rio Grande do Norte	1.826	7.632	20.516	5.188	35.162
Paraíba	1.084	5.634	25.921	5.390	38.029
Pernambuco	1.335	18.209	49.557	11.831	80.932
Alagoas	679	5.924	18.551	5.913	31.067
Sergipe	488	4.371	13.094	6.576	24.529
Bahia	3.395	15.868	78.054	33.457	130.774
Sudeste	39.097	140.959	472.182	246.583	898.821
Minas Gerais	12.259	14.818	127.526	76.683	231.286
Espírito Santo	937	5.461	23.965	8.531	38.894
Rio de Janeiro	21.804	19.968	91.679	29.839	163.290
São Paulo	4.097	100.712	229.012	131.530	465.351
Sul	15.064	13.380	143.286	118.899	290.629
Paraná	3.559	6.247	55.930	42.854	108.590
Santa Catarina	1.164	6.039	38.915	22.628	68.746
Rio Grande do Sul	10.341	1.094	48.441	53.417	113.293
Centro-Oeste	6.126	31.663	72.211	30.687	140.687
Mato Grosso do Sul	1.193	1.288	16.098	6.582	25.161
Mato Grosso	755	3.022	21.736	5.950	31.463
Goiás	1.750	5.326	34.050	15.479	56.605
Distrito Federal	2.428	22.027	327	2.676	27.458
Brasil	75.634	298.767	1.091.263	501.051	1.966.715

Fonte: CNES/MS.

TABELA 23
Quantidade de funcionários do SUS segundo profissões selecionadas – Brasil, regiões e UFs, abril de 2009

UF/região	Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem	Técnicos de enfermagem	Total de funcionários do SUS
Norte	7.535	9.042	17.065	15.398	82.083
Rondônia	833	783	2.020	956	7.797
Acre	390	619	1.102	602	4.484
Amazonas	1.768	2.335	4.931	3.960	22.018
Roraima	350	352	1.194	324	3.679
Pará	3.056	3.476	5.479	5.647	29.710
Amapá	418	453	832	1.355	4.879
Tocantins	720	1.024	1.507	2.554	9.516
Nordeste	36.284	34.651	64.203	29.827	303.056
Maranhão	1.755	3.680	4.929	3.777	25.332
Piauí	1.821	2.202	3.830	1.726	17.874
Ceará	4.887	5.297	9.193	1.667	41.686
Rio Grande do Norte	2.929	2.244	5.543	1.685	22.584
Paraíba	2.763	2.984	3.466	2.899	24.752
Pernambuco	6.325	5.725	13.394	5.623	53.632
Alagoas	2.468	1.676	4.738	881	19.337
Sergipe	2.349	1.404	3.284	1.035	15.438
Bahia	10.987	9.439	15.826	10.534	82.421
Sudeste	101.946	56.124	154.207	60.881	657.843
Minas Gerais	25.702	12.459	27.598	19.421	161.703
Espírito Santo	4.046	2.100	3.273	4.080	26.086
Rio de Janeiro	17.421	11.719	27.502	11.607	118.699
São Paulo	54.777	29.846	95.834	25.773	351.355
Sul	32.046	18.233	39.398	26.480	219.728
Paraná	11.749	6.396	17.929	4.554	78.457
Santa Catarina	6.726	3.857	6.546	6.992	46.946
Rio Grande do Sul	13.571	7.980	14.923	14.934	94.325
Centro-Oeste	12.685	8.507	16.534	14.578	93.954
Mato Grosso do Sul	2.047	1.271	2.827	1.567	16.941
Mato Grosso	2.149	1.804	2.826	3.692	19.029
Goiás	5.684	3.150	4.565	7.334	38.259
Distrito Federal	2.805	2.282	6.316	1.985	19.725
Brasil	190.496	126.557	291.407	147.164	1.356.664

Fonte: CNES/MS.

5 EDUCAÇÃO

O Brasil, nos últimos anos, tem experimentado importantes avanços na ampliação do acesso à educação. Aumento este que se tem verificado em todos os níveis educacionais do país. Entre estes, nota-se a universalização no acesso ao ensino fundamental. Entretanto, há ainda grande problema acerca da baixa escolaridade média da população e da desigualdade de acesso que atinge principalmente o nível médio e superior de ensino.

O sistema educacional brasileiro está passando por algumas mudanças pontuais, inclusive no financiamento e na gestão da educação básica. Assim, deu-se início ao estabelecimento da Emenda Constitucional nº 53/2006, que instituiu o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Ademais, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual visa à articulação da União com os estados no intuito de fortalecerem compromissos relativos à melhoria da qualidade da educação básica.

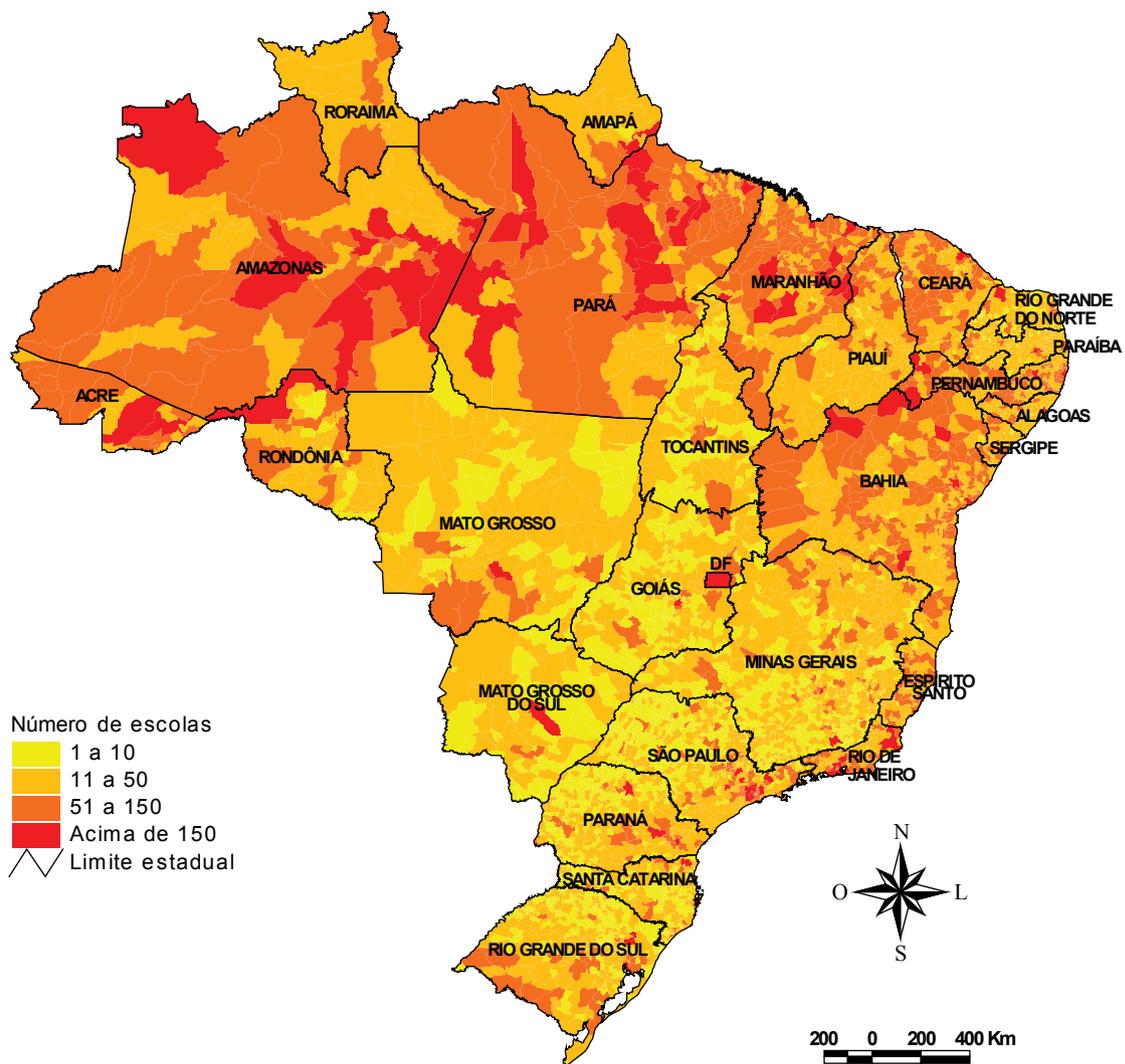
Também está ocorrendo aumento nos gastos públicos com educação, seguindo a linha de ação no sentido da oferta e da regulação deste setor pela esfera pública. Tal fato une-se à reafirmação pelo MEC acerca da orientação da política educacional no que se refere ao reconhecimento do caráter sistêmico da educação, em contraposição à anterior dicotomia do tratamento entre ensino básico e superior.

Essas duas reorientações supracitadas pelas quais está passando o sistema educacional brasileiro são as mais manifestas ações do MEC na atual conjuntura. Assim, estão sendo implementadas medidas tendo em vista o fortalecimento de cada nível de ensino, bem como suas correlações, visando à melhoria na qualidade do ensino em geral.

Nesse sentido, há tanto políticas do MEC, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, como o PDE, quanto políticas com o intuito de ampliar o acesso e aprimorar a qualidade da educação superior. Além do atendimento às demandas dos níveis anteriores de educação, o ensino superior é o responsável central pela formação do quadro profissional e pelo desenvolvimento científico-tecnológico do país.

Logo, considerando a educação como um bem público, sua oferta e regulação passam a ter menor influência do mercado. Desse modo, o Estado assume maiores responsabilidades no desempenho de tais funções. Nesses últimos anos, o MEC tem reafirmado esta tendência ao implementar ações de política com abrangência sobre todos os níveis de ensino, tendo como objetivo aumentar a oferta de vagas, melhorar as condições de permanência e o desempenho dos estudantes, bem como monitorar a qualidade do ensino.

MAPA 9
Total de escolas públicas¹ por município – 2007



Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/MEC.
Nota: ¹ Das esferas federal, estadual e municipal.

TABELA 24
Número total de escolas em atividade, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	1	703	1.031
Amapá	5	677	4.612
Amazonas	–	446	311
Pará	9	1.239	10.925
Rondônia	2	452	1.200
Roraima	3	408	315
Tocantins	2	705	1.374
Norte	22	4.630	19.768
Alagoas	4	458	2.760
Bahia	18	2.138	18.221
Ceará	7	908	8.730
Maranhão	7	1.567	12.004
Paraíba	8	1.314	4.848
Pernambuco	10	1.312	7.494
Piauí	5	1.064	6.142
Rio Grande do Norte	11	975	2.883
Sergipe	4	488	1.818
Nordeste	74	10.224	64.900
Espírito Santo	10	703	2.737
Minas Gerais	31	4.850	10.024
Rio de Janeiro	36	1.863	4.980
São Paulo	11	6.529	11.636
Sudeste	88	13.945	29.377
Paraná	12	2.528	5.143
Rio Grande do Sul	19	3.349	5.428
Santa Catarina	13	1.752	4.272
Sul	44	7.629	14.843
Distrito Federal	3	646	–
Goiás	9	1.393	2.382
Mato Grosso	1	531	801
Mato Grosso do Sul	3	835	1.773
Centro-Oeste	16	3.405	4.956
Brasil	244	39.833	133.844

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 25
Número de pré-escolas e creches em atividade, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	1	89	193
Amapá	–	5	2.616
Amazonas	–	115	200
Pará	2	–	5.138
Rondônia	–	24	246
Roraima	–	47	256
Tocantins	–	15	604
Norte	3	295	9.253
Alagoas	–	32	1.675
Bahia	–	23	12.351
Ceará	1	32	6.517
Maranhão	–	22	7.729
Paraíba	2	493	3.927
Pernambuco	–	107	5.255
Piauí	1	23	3.581
Rio Grande do Norte	2	14	1.864
Sergipe	–	68	1.372
Nordeste	6	814	44.271
Espírito Santo	1	–	1.151
Minas Gerais	2	78	4.751
Rio de Janeiro	2	155	3.526
São Paulo	1	37	7.513
Sudeste	6	270	16.941
Paraná	1	14	3.231
Rio Grande do Sul	1	1.352	2.874
Santa Catarina	1	491	2.860
Sul	3	1.857	8.965
Distrito Federal	1	319	–
Goiás	1	4	1.351
Mato Grosso	–	4	650
Mato Grosso do Sul	–	9	889
Centro-Oeste	2	336	2.890
Brasil	20	3.572	82.320

Fonte: INEP/MEC.

MAPA 10
Escolas públicas¹ do ensino fundamental por município – 2007

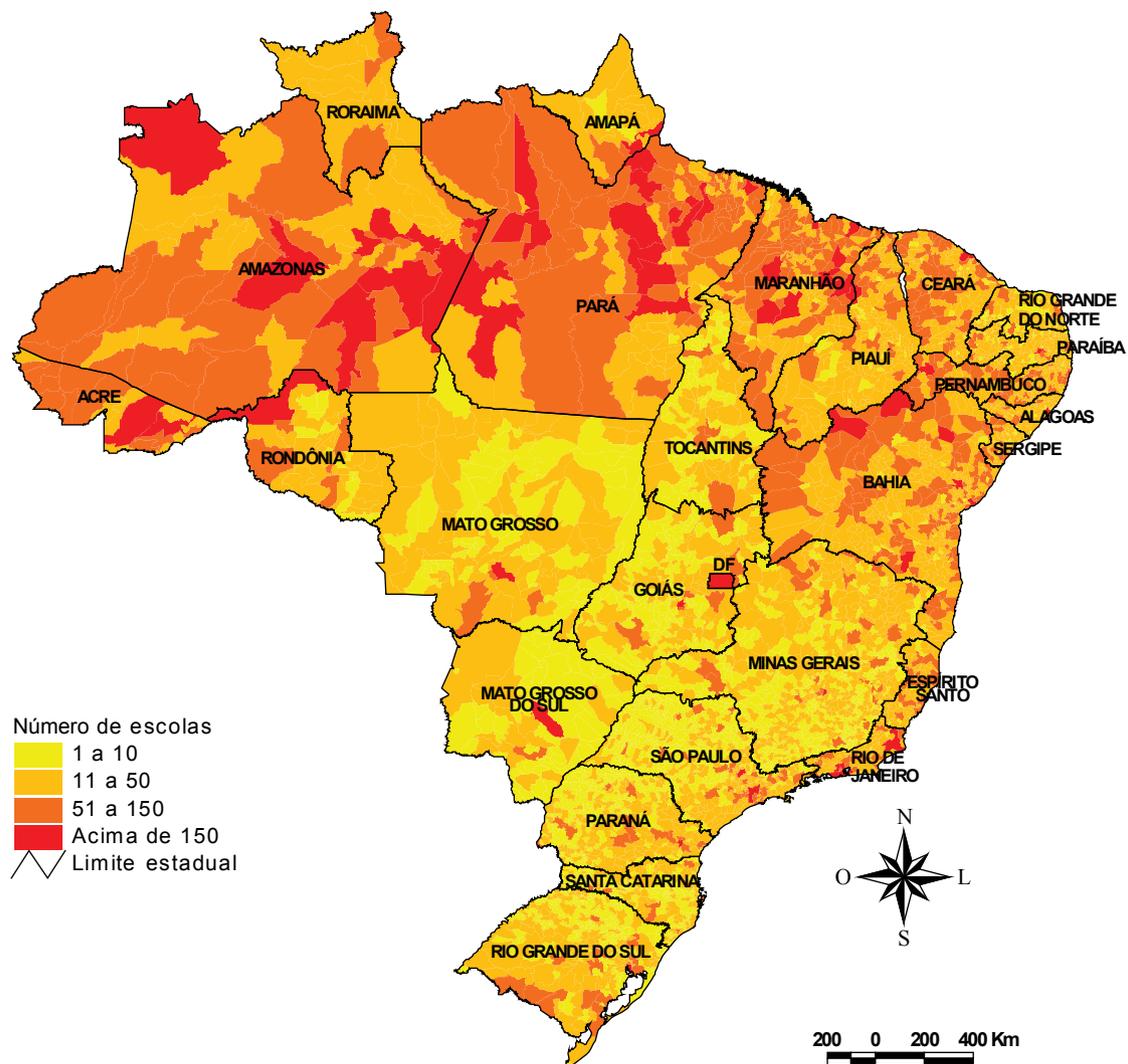


TABELA 26
Número de escolas de ensino fundamental em atividade, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	1	634	910
Amapá	–	497	4.381
Amazonas	–	396	247
Pará	2	817	9.896
Rondônia	–	357	1.090
Roraima	1	371	245
Tocantins	–	483	1.198
Norte	4	3.555	17.967
Alagoas	–	325	2.439
Bahia	1	1.284	16.640
Ceará	1	470	6.987
Maranhão	2	858	10.667
Paraíba	–	944	4.354
Pernambuco	2	1.028	6.987
Piauí	1	562	5.455
Rio Grande do Norte	–	680	2.206
Sergipe	1	349	1.564
Nordeste	8	6.500	57.299
Espírito Santo	–	491	2.042
Minas Gerais	4	3.581	7.672
Rio de Janeiro	14	1.193	3.830
São Paulo	1	5.160	5.516
Sudeste	19	10.425	19.060
Paraná	1	1.865	3.586
Rio Grande do Sul	3	2.648	4.155
Santa Catarina	1	1.098	2.425
Sul	5	5.611	10.166
Distrito Federal	1	514	–
Goiás	1	1.027	1.858
Mato Grosso	1	344	511
Mato Grosso do Sul	–	597	1.430
Centro-Oeste	3	2.482	3.799
Brasil	39	28.573	108.291

Fonte: INEP/MEC.

MAPA 11
Escolas públicas¹ do ensino médio por município – 2007

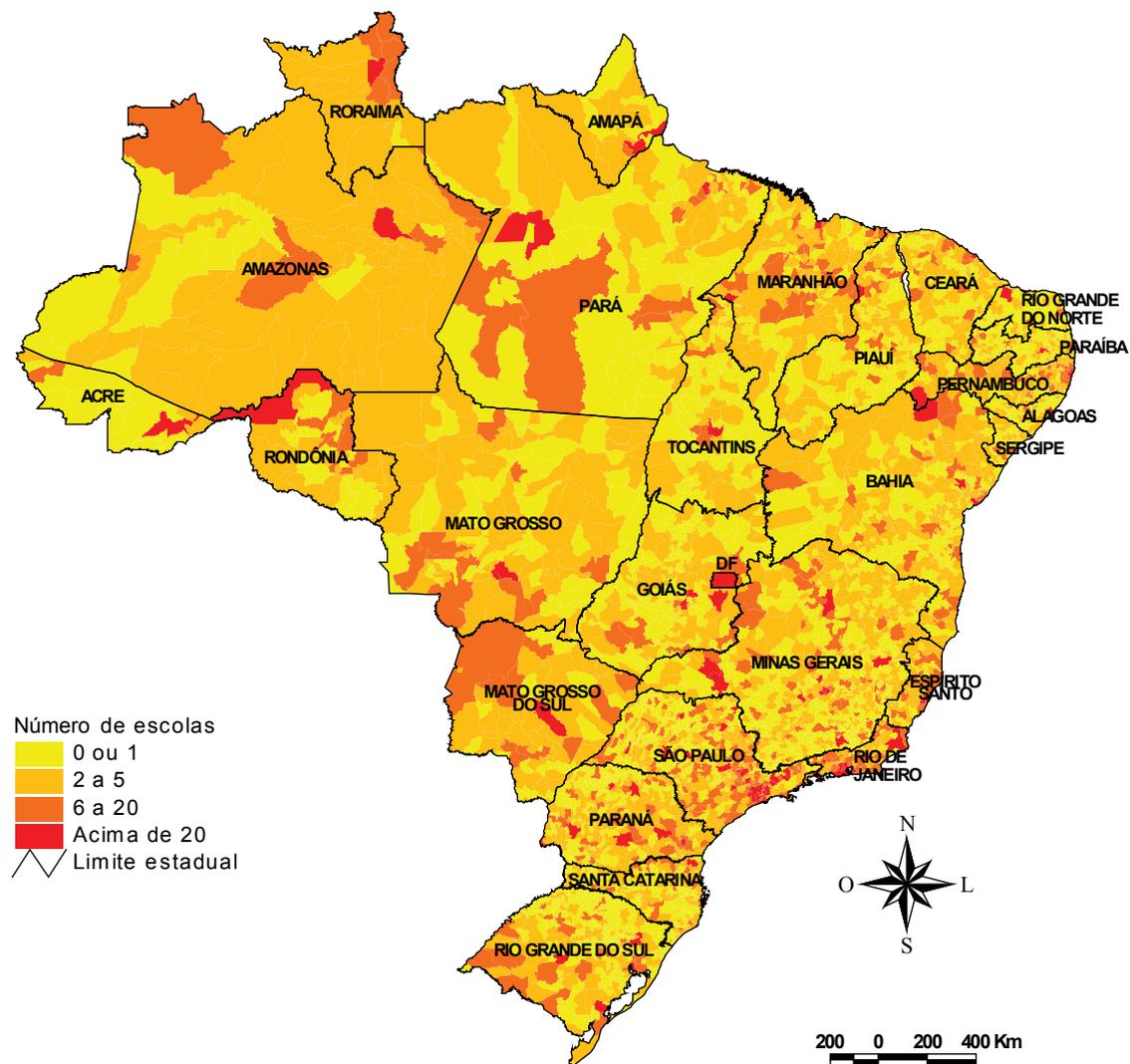


TABELA 27
Número de escolas de ensino médio em atividade, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	1	60	–
Amapá	–	73	–
Amazonas	5	323	12
Pará	9	459	3
Rondônia	2	155	24
Roraima	3	96	1
Tocantins	2	248	4
Norte	22	1.414	44
Alagoas	4	171	17
Bahia	15	961	173
Ceará	6	526	6
Maranhão	6	680	74
Paraíba	7	333	53
Pernambuco	10	730	99
Piauí	4	439	36
Rio Grande do Norte	8	286	21
Sergipe	4	142	14
Nordeste	64	4.268	493
Espírito Santo	9	277	2
Minas Gerais	29	1.875	103
Rio de Janeiro	26	1.058	45
São Paulo	7	3.669	102
Sudeste	71	6.879	252
Paraná	11	1.240	–
Rio Grande do Sul	16	999	27
Santa Catarina	11	645	16
Sul	38	2.884	43
Distrito Federal	1	86	–
Goiás	8	579	12
Mato Grosso	3	405	7
Mato Grosso do Sul	1	297	3
Centro-Oeste	13	1.367	22
Brasil	208	16.812	854

Fonte: INEP/MEC.

MAPA 12
Universidades públicas¹ por município – 2007



TABELA 28
Número de faculdades, universidades e centros universitários, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	–	1	–
Amapá	1	2	–
Amazonas	–	1	–
Pará	1	3	–
Rondônia	–	2	–
Roraima	1	2	–
Tocantins	1	2	1
Norte	4	13	1
Alagoas	2	3	–
Bahia	4	3	–
Ceará	3	3	–
Maranhão	1	2	–
Paraíba	1	3	–
Pernambuco	2	5	18
Piauí	1	2	–
Rio Grande do Norte	2	3	–
Sergipe	–	2	–
Nordeste	16	26	18
Espírito Santo	1	3	1
Minas Gerais	4	24	4
Rio de Janeiro	12	10	2
São Paulo	22	5	24
Sudeste	39	42	31
Paraná	17	2	3
Rio Grande do Sul	1	10	–
Santa Catarina	1	3	3
Sul	19	15	6
Distrito Federal	1	1	–
Goiás	1	4	4
Mato Grosso	1	2	–
Mato Grosso do Sul	1	3	1
Centro-Oeste	4	10	5
Brasil	82	106	61

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 29
Total de matrículas por dependência administrativa, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	509	152.799	83.762
Amazonas	3.668	501.008	597.841
Amapá	–	151.166	52.535
Pará	7.618	790.342	1.557.011
Rondônia	577	257.419	184.745
Roraima	2.273	94.304	31.936
Tocantins	2.342	247.764	164.344
Norte	16.987	2.194.802	2.672.174
Alagoas	2.592	275.750	637.628
Bahia	8.972	1.357.188	2.674.240
Ceará	6.702	650.208	1.698.009
Maranhão	4.569	547.612	1.562.112
Paraíba	5.147	451.037	595.860
Pernambuco	10.851	923.191	1.319.407
Piauí	5.310	337.599	620.871
Rio Grande do Norte	5.086	359.598	468.588
Sergipe	4.605	234.911	316.419
Nordeste	53.834	5.137.094	9.893.134
Distrito Federal	3.111	531.348	–
Goiás	5.979	669.908	599.199
Mato Grosso do Sul	1.034	306.735	317.461
Mato Grosso	3.349	439.372	355.330
Centro-Oeste	13.473	1.947.363	1.271.990
Espírito Santo	7.802	312.257	494.882
Minas Gerais	28.215	2.554.114	1.945.416
Rio de Janeiro	35.611	1.348.771	1.860.445
São Paulo	2.027	4.435.827	2.723.698
Sudeste	73.655	8.650.969	7.024.441
Paraná	3.234	1.353.670	1.053.193
Rio Grande do Sul	14.343	1.323.853	940.163
Santa Catarina	7.250	741.582	656.727
Sul	24.827	3.419.105	2.650.083
Brasil	182.776	21.349.333	23.511.822

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 30
Total de matrículas por grau de instrução, regiões e UFs – 2007

UF/região	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação profissional	EJA ¹
Acre	28.997	154.128	30.625	952	33.930
Amazonas	118.964	776.424	149.479	10.452	106.607
Amapá	24.132	138.653	35.771	1.528	23.613
Pará	276.179	1.563.114	368.320	6.231	272.921
Rondônia	44.116	302.921	58.634	1.939	73.286
Roraima	17.403	83.635	16.835	1.063	17.230
Tocantins	38.731	297.921	71.206	3.132	32.899
Norte	548.522	3.316.796	730.870	25.297	560.486
Alagoas	93.771	668.355	130.453	2.431	102.676
Bahia	501.586	2.645.309	655.590	14.263	520.350
Ceará	363.672	1.661.122	406.266	11.604	272.572
Maranhão	336.440	1.422.322	316.471	4.204	212.804
Paraíba	124.085	714.187	155.331	7.599	148.696
Pernambuco	293.232	1.563.557	437.827	15.775	274.320
Piauí	129.397	632.799	182.168	10.631	110.005
Rio Grande do Norte	135.368	568.363	158.225	5.533	108.918
Sergipe	80.520	381.696	87.062	3.317	71.136
Nordeste	2.058.071	10.257.710	2.529.393	75.357	1.821.477
Distrito Federal	81.637	413.691	102.621	6.632	62.835
Goiás	136.036	971.598	272.570	13.638	93.340
Mato Grosso do Sul	86.274	440.284	94.880	5.870	77.381
Mato Grosso	92.470	530.168	146.835	2.719	92.641
Centro-Oeste	396.417	2.355.741	616.906	28.859	326.197
Espírito Santo	142.676	564.101	140.830	20.661	68.856
Minas Gerais	546.650	3.295.060	846.772	82.878	371.566
Rio de Janeiro	439.315	2.360.397	643.014	68.769	410.150
São Paulo	1.145.523	4.949.379	1.575.074	213.459	688.650
Sudeste	2.274.164	11.168.937	3.205.690	385.767	1.539.222
Paraná	303.994	1.709.136	469.287	42.108	212.693
Rio Grande do Sul	248.285	1.649.079	440.991	79.158	189.988
Santa Catarina	236.317	949.624	238.477	31.302	138.033
Sul	788.596	4.307.839	1.148.755	152.568	540.714
Brasil	6.065.770	31.407.023	8.231.614	667.848	4.788.096

Fonte: INEP/MEC.

Nota: ¹ Educação de Jovens e Adultos.

TABELA 31
Número de alunos matriculados no ensino superior, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Categoria administrativa	1º semestre	2º semestre
Acre	Federal	9.159	8.516
Amazonas	Estadual	23.813	23.868
	Federal	16.596	17.353
Amapá	Federal	7.610	7.589
Pará	Estadual	11.081	10.830
	Federal	34.823	33.395
Rondônia	Federal	7.965	6.664
Roraima	Estadual	3.028	4.866
	Federal	3.668	3.702
Tocantins	Estadual	5.681	5.681
	Federal	7.368	7.747
	Municipal	5.198	5.405
Norte	Estadual	43.603	45.245
	Federal	87.189	84.966
	Municipal	5.198	5.405
Alagoas	Estadual	4.914	4.808
	Federal	13.394	14.669
Bahia	Estadual	47.031	45.193
	Federal	23.660	23.006
Ceará	Estadual	26.314	27.090
	Federal	26.199	26.765
Maranhão	Estadual	20.272	18.827
	Federal	12.485	12.900
Paraíba	Estadual	14.524	14.724
	Federal	28.239	28.004
Pernambuco	Estadual	19.113	18.760
	Federal	30.965	31.612
	Municipal	19.587	19.958
Piauí	Estadual	17.819	17.787
	Federal	16.047	15.821
Rio Grande do Norte	Estadual	11.042	11.021
	Federal	22.795	22.034
Sergipe	Federal	14.099	14.153
	Estadual	161.029	158.210
Nordeste	Federal	187.883	188.964
	Municipal	19.587	19.958
Distrito Federal	Estadual	562	488
	Federal	18.494	18.419

(Continua)

(Continuação)

UF/região	Categoria administrativa	1º semestre	2º semestre
Goiás	Estadual	25.607	23.410
	Federal	17.309	17.056
	Municipal	9.484	9.081
Mato Grosso do Sul	Estadual	6.772	6.670
	Federal	15.355	15.416
Mato Grosso	Estadual	11.254	11.828
	Federal	13.368	12.678
	Municipal	576	644
Centro-Oeste	Estadual	44.195	42.396
	Federal	64.526	63.569
	Municipal	10.060	9.725
Espírito Santo	Estadual	235	221
	Federal	14.912	14.996
	Municipal	920	902
Minas Gerais	Estadual	14.002	14.129
	Federal	77.977	76.496
	Municipal	1.737	1.808
Rio de Janeiro	Estadual	22.624	21.747
	Federal	67.190	66.962
	Municipal	369	334
São Paulo	Estadual	115.412	111.395
	Federal	12.166	11.774
	Municipal	59.295	56.957
Sudeste	Estadual	152.273	147.492
	Federal	172.245	170.228
	Municipal	62.321	60.001
Paraná	Estadual	71.871	67.699
	Federal	33.209	33.748
	Municipal	3.201	2.747
Rio Grande do Sul	Estadual	792	707
	Federal	51.295	50.020
Santa Catarina	Estadual	8.874	8.855
	Federal	18.666	18.637
	Municipal	42.245	41.204
Sul	Estadual	81.537	77.261
	Federal	103.170	102.405
	Municipal	45.446	43.951
Brasil	Estadual	482.637	470.604
	Federal	615.013	610.132
	Municipal	142.612	139.040

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 32
Total de funcionários nas escolas, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	73	13.995	8.529
Amazonas	704	27.164	40.139
Amapá	–	13.811	5.065
Pará	1.261	38.654	103.479
Rondônia	139	19.434	15.040
Roraima	348	9.820	4.291
Tocantins	297	20.541	18.353
Norte	2.822	143.419	194.896
Alagoas	675	17.431	46.814
Bahia	1.684	74.586	224.713
Ceará	788	35.982	141.355
Maranhão	897	41.118	121.534
Paraíba	1.029	36.203	61.144
Pernambuco	2.127	42.674	106.878
Piauí	484	30.452	54.772
Rio Grande do Norte	948	28.182	46.966
Sergipe	510	19.401	28.232
Nordeste	9.142	326.029	832.408
Distrito Federal	606	40.662	–
Goiás	1.294	51.640	60.681
Mato Grosso do Sul	335	24.453	28.805
Mato Grosso	560	30.684	33.005
Centro-Oeste	2.795	147.439	122.491
Espírito Santo	1.285	22.675	52.375
Minas Gerais	4.029	195.735	197.990
Rio de Janeiro	5.628	113.845	173.198
São Paulo	1.100	339.200	322.832
Sudeste	12.042	671.455	746.395
Paraná	3.186	97.585	106.887
Rio Grande do Sul	2.552	100.532	100.833
Santa Catarina	1.488	45.293	69.053
Sul	7.226	243.410	276.773
Brasil	34.027	1.531.752	2.172.963

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 33
Total de funcionários nas escolas de educação infantil, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	73	2.485	4.035
Amazonas	–	61	22.537
Amapá	–	1.762	3.509
Pará	440	–	57.488
Rondônia	–	332	6.460
Roraima	–	1.590	2.778
Tocantins	–	693	11.104
Norte	513	6.923	107.911
Alagoas	–	1.022	27.339
Bahia	–	1.188	135.613
Ceará	14	589	94.730
Maranhão	–	1.190	69.411
Paraíba	171	12.006	44.356
Pernambuco	–	1.641	77.895
Piauí	6	753	30.825
Rio Grande do Norte	92	771	27.495
Sergipe	–	1.638	18.862
Nordeste	283	20.798	526.526
Distrito Federal	20	16.249	–
Goiás	30	141	34.592
Mato Grosso do Sul	–	130	23.893
Mato Grosso	–	579	23.335
Centro-Oeste	50	17.099	81.820
Espírito Santo	41	–	24.611
Minas Gerais	230	3.663	108.174
Rio de Janeiro	131	9.782	110.141
São Paulo	107	466	173.386
Sudeste	509	13.911	416.312
Paraná	43	807	78.234
Rio Grande do Sul	79	57.322	62.818
Santa Catarina	63	19.158	47.433
Sul	185	77.287	188.485
Brasil	1.540	136.018	1.321.054

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 34
Total de funcionários nas escolas de ensino fundamental, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	73	11.425	6.162
Amazonas	–	24.668	35.377
Amapá	–	12.081	4.538
Pará	440	29.282	93.608
Rondônia	–	17.932	13.113
Roraima	79	8.709	3.615
Tocantins	–	17.562	16.078
Norte	592	121.659	172.491
Alagoas	–	16.668	42.689
Bahia	200	56.054	203.248
Ceará	381	24.281	127.128
Maranhão	135	31.922	108.655
Paraíba	–	32.586	54.330
Pernambuco	391	40.129	97.851
Piauí	39	22.972	49.170
Rio Grande do Norte	–	24.338	39.621
Sergipe	47	17.797	24.583
Nordeste	1.193	266.747	747.275
Distrito Federal	586	31.889	–
Goiás	111	48.046	50.085
Mato Grosso do Sul	335	23.664	22.296
Mato Grosso	–	28.151	26.053
Centro-Oeste	1.032	131.750	98.434
Espírito Santo	–	18.417	38.013
Minas Gerais	453	183.543	162.168
Rio de Janeiro	2.165	90.076	147.625
São Paulo	107	312.851	199.645
Sudeste	2.725	604.887	547.451
Paraná	302	85.987	79.877
Rio Grande do Sul	739	93.239	80.110
Santa Catarina	127	37.754	44.992
Sul	1.168	216.980	204.979
Brasil	6.710	1.342.023	1.770.630

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 35
Total de funcionários nas escolas de ensino médio, por regiões e UFs – 2007

UF/região	Dependência administrativa		
	Federal	Estadual	Municipal
Acre	73	4.212	–
Amazonas	704	18.052	321
Amapá	–	5.340	–
Pará	1.261	24.533	331
Rondônia	139	11.160	488
Roraima	348	3.827	27
Tocantins	297	11.507	118
Norte	2.822	78.631	1.285
Alagoas	675	11.195	1.565
Bahia	1.684	51.571	9.036
Ceará	774	30.349	406
Maranhão	871	28.966	2.671
Paraíba	983	19.266	2.730
Pernambuco	2.127	34.846	7.293
Piauí	478	18.920	1.118
Rio Grande do Norte	843	14.789	1.445
Sergipe	510	9.636	821
Nordeste	8.945	219.538	27.085
Distrito Federal	586	9.326	–
Goiás	1.264	31.914	355
Mato Grosso do Sul	335	21.006	84
Mato Grosso	560	20.467	221
Centro-Oeste	2.745	82.713	660
Espírito Santo	1.244	16.387	58
Minas Gerais	3.812	129.312	6.436
Rio de Janeiro	4.599	91.885	4.537
São Paulo	993	259.601	7.242
Sudeste	10.648	497.185	18.273
Paraná	3.143	71.300	–
Rio Grande do Sul	2.473	59.432	1.778
Santa Catarina	1.371	29.281	673
Sul	6.987	160.013	2.451
Brasil	32.147	1.038.080	49.754

Fonte: INEP/MEC.

TABELA 36
Número total de docentes do ensino superior (em exercício e afastados) – 1º semestre de 2007

UF/região	Número de docentes por categoria administrativa		
	Municipal	Estadual	Federal
Acre	–	–	463
Amazonas	–	1.003	1.308
Amapá	–	–	194
Pará	–	831	2.187
Rondônia	–	–	433
Roraima	–	255	474
Tocantins	251	149	662
Norte	251	5.721	2.238
Alagoas	–	422	1.413
Bahia	–	3.963	2.717
Ceará	–	1.697	2.386
Maranhão	–	1.489	1.038
Paraíba	–	1.146	2.846
Pernambuco	930	986	2.902
Piauí	–	1.472	1.488
Rio Grande do Norte	–	771	2.352
Sergipe	–	–	770
Nordeste	930	11.946	17.912
Distrito Federal	–	149	1.743
Goiás	605	2.238	2.097
Mato Grosso do Sul	–	595	1.195
Mato Grosso	44	892	1.684
Centro-Oeste	649	3.874	6.719
Espírito Santo	83	77	1.460
Minas Gerais	141	1.840	8.052
Rio de Janeiro	44	3.514	8.255
São Paulo	3.103	12.270	2.095
Sudeste	3.371	17.701	19.862
Paraná	194	6.843	3.305
Rio Grande do Sul	–	223	5.787
Santa Catarina	2.791	952	2.132
Sul	2.985	8.018	11.224
Brasil	8.186	43.777	61.438

Fonte: INEP/MEC.

6 TRABALHO

O emprego público no Brasil pode ser classificado, segundo a origem das instituições empregadoras, como: *i*) emprego na administração direta; *ii*) emprego na administração indireta (autarquias, fundações e demais órgãos autônomos do setor público); e, ainda, *iii*) emprego em empresas estatais, às quais podem ser tanto empresas públicas como também sociedades de economia mista – sob o controle direto ou indireto do Estado.

O emprego público também pode ser classificado segundo as esferas de governo – federal, estadual ou municipal –, a divisão administrativa do Brasil e as esferas de poder – Judiciário, Legislativo e Executivo. No Brasil, existem as três formas de classificação, segundo a instituição empregadora – administração direta, administração indireta e empresas estatais em todas as esferas de governo e em todas as esferas de poder. A exceção fica apenas no caso do Poder Judiciário no âmbito municipal, que não existe.

Nos compêndios internacionais, o conceito de emprego público é normalmente divulgado segundo seu sentido mais amplo, ou seja, somando-se os empregados da administração direta aos empregados da administração indireta e, também, aos empregados de empresas estatais.

No Brasil, segundo dados da PNAD, havia cerca de 10 milhões de empregados no setor público em 2007, considerados no seu sentido mais amplo, ou seja, incluindo administração direta, administração indireta e todas as formas de empresas estatais. Este total de pessoas empregadas no setor público representava cerca de 5,4% do total de habitantes do país e cerca de 11% do total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho brasileiro, tomados em seu conjunto.

Segundo as grandes regiões geográficas do Brasil, o total de ocupados no setor público concentra-se em torno de 41% na região Sudeste e cerca de 26,5% na região Nordeste, seguindo-se de cerca de 9,1%, 8,6% e 14,6%, respectivamente, nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul. Em termos de ocupados no setor público em relação à população, não há grande variação por região, sendo um pouco maior na região Centro-Oeste – em que se encontra a capital federal –, na qual o total de empregados do setor público representa cerca de 6,8% da população, e um pouco menor nas regiões Nordeste (5,15%) e Sudeste (5,17%).

Segundo as esferas de governo, não tem havido muitas mudanças nos últimos anos, de tal forma que o Poder Executivo reúne cerca de 79% do total de empregados do setor público do país, sendo que o Legislativo reúne apenas 1,7% deste total e o Judiciário, cerca de 2,7%. Na administração indireta, estão cerca de 8% dos empregados do setor público de todo o país e as empresas estatais, em 2007, reuniam 8,4% do total de empregos públicos.

Segundo as esferas de governo, porém, as últimas décadas assistiram a uma mudança importante, destacando-se um contínuo aumento do peso do emprego da esfera municipal no conjunto das ocupações do setor público brasileiro. Em 1950, os municípios contribuíam com apenas cerca de 12% do total de ocupados do setor público, e atualmente sua participação relativa já é de cerca de 50%; no âmbito estadual, a participação relativa oscilou menos nas últimas décadas, partindo de cerca de 35% nos anos 1950, atingindo seu auge nas décadas de 1970 e 1980, e caindo depois um pouco até os valores atuais, cerca de 35%. No âmbito federal é que se deu a mudança que é contraponto da expansão do peso relativo do emprego público municipal. Nos anos 1950, cerca de 55% do total de empregados do setor público concentrava-se no âmbito federal e, atualmente, esta participação é de cerca de 15%.

No Brasil, como também ocorreu nos países desenvolvidos, o emprego público geralmente cresce à medida que se efetua o desenvolvimento econômico, pois este cria a necessidade de aumento dos serviços públicos, notadamente, nas áreas de infraestrutura e de educação e saúde. Também a urbanização e a democratização geram demanda por serviços públicos que, por sua vez, tendem a promover o aumento do emprego público.

Por fim, é interessante destacar que, no Brasil, o aumento do número de municípios, notadamente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, também foi um fator que contribuiu para a ampliação do emprego no âmbito municipal e para o aumento do emprego público no Brasil.

TABELA 37

Quantidade de postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine) – 2008

UF/região	Postos do Sine
Acre	2
Amapá	4
Amazonas	13
Pará	34
Rondônia	9
Roraima	1
Tocantins	9
Norte	72
Alagoas	13
Bahia	82
Ceará	38
Maranhão	11
Paraíba	18
Pernambuco	29
Piauí	16
Rio Grande do Norte	21
Sergipe	12
Nordeste	240
Espírito Santo	15
Minas Gerais	105
Rio de Janeiro	59
São Paulo	235
Sudeste	414
Paraná	195
Rio Grande do Sul	134
Santa Catarina	104
Sul	433
Distrito Federal	18
Goiás	35
Mato Grosso	20
Mato Grosso do Sul	34
Centro-Oeste	107
Brasil	1.266

Fonte: MTE.

TABELA 38
Quantidade de beneficiários do seguro desemprego, segundo UFs do posto de atendimento – junho de 2008 a maio de 2009

UF/região	Trabalho formal	Pescador artesanal	Emprego doméstico
Acre	13.659	3.551	5
Amazonas	88.905	34.216	9
Amapá	17.426	15.524	2
Pará	147.006	104.334	47
Rondônia	54.434	3.223	74
Roraima	8.906	4.425	2
Tocantins	40.150	3.015	52
Norte	370.486	168.288	191
Alagoas	70.329	10.628	17
Bahia	362.734	55.505	243
Ceará	201.723	9.120	140
Maranhão	104.517	46.649	29
Paraíba	71.097	9.589	49
Pernambuco	212.093	2.320	127
Piauí	70.810	27.348	22
Rio Grande do Norte	90.290	13.215	74
Sergipe	52.265	22.578	27
Nordeste	1.235.858	196.952	728
Distrito Federal	116.505	6	132
Goiás	235.346	449	400
Mato Grosso do Sul	105.901	3.945	242
Mato Grosso	123.040	6.334	193
Centro-Oeste	580.792	10.734	967
Espírito Santo	163.320	9.079	243
Minas Gerais	867.229	10.974	1.964
Rio de Janeiro	547.391	6.580	408
São Paulo	2.015.357	9.292	3.048
Sudeste	3.593.297	35.925	5.663
Paraná	472.465	7.027	1.533
Rio Grande do Sul	452.948	11.172	1.352
Santa Catarina	307.644	16.748	1.101
Sul	1.233.057	34.947	3.986
Brasil	7.013.490	446.846	11.535

Fonte: MTE.

TABELA 39
Número de inscritos, vagas, encaminhados e colocados no Sine/Intermediação de Mão de Obra (IMO) – 2008

UF/região	Inscritos	Vagas	Encaminhados	Colocados
Acre	10.237	5.100	10.599	3.086
Amazonas	82.104	24.979	45.181	10.105
Amapá	26.901	11.364	24.046	4.919
Pará	107.511	34.726	54.818	25.656
Rondônia	29.386	14.862	27.733	10.305
Roraima	6.576	2.418	8.532	1.678
Tocantins	45.540	24.395	68.160	15.084
Norte	308.255	117.844	239.069	70.833
Alagoas	31.232	19.924	23.574	17.841
Bahia	342.709	119.051	283.626	65.631
Ceará	164.958	110.486	233.423	79.520
Maranhão	45.450	11.689	24.044	7.038
Paraíba	38.589	11.403	19.167	7.577
Pernambuco	201.474	55.957	133.020	26.783
Piauí	31.528	12.753	22.635	8.993
Rio Grande do Norte	64.320	15.939	42.545	6.656
Sergipe	15.899	4.780	14.954	3.779
Nordeste	936.159	361.982	796.988	223.818
Distrito Federal	88.692	20.091	55.097	11.449
Goiás	187.841	110.643	257.624	31.524
Mato Grosso do Sul	93.215	50.680	105.359	22.579
Mato Grosso	88.647	47.414	116.799	28.481
Centro-Oeste	458.395	228.828	534.879	94.033
Espírito Santo	85.931	41.912	67.322	14.919
Minas Gerais	513.191	169.404	449.575	98.481
Rio de Janeiro	994.622	152.834	297.696	58.373
São Paulo	1.536.208	878.418	2.316.727	242.985
Sudeste	3.129.952	1.242.568	3.131.320	414.758
Paraná	651.847	341.693	704.941	163.808
Rio Grande do Sul	334.904	160.441	208.231	74.300
Santa Catarina	168.296	73.272	166.100	26.590
Sul	1.155.047	575.406	1.079.272	264.698
Brasil	5.987.808	2.526.628	5.781.528	1.068.140

Fonte: MTE.

TABELA 40
Inscritos e concluintes da qualificação profissional – 2008

UF/região	Inscritos nos cursos do Plano Nacional Qualificação (PNQ)	Concluintes dos cursos do PNQ	Porcentagem de concluintes
Acre	1.055	998	94,6
Amapá	884	816	92,3
Amazonas	3.675	3.419	93
Pará	5.153	5.056	98,1
Rondônia	1.919	1.705	88,8
Roraima	711	644	90,6
Tocantins	1.518	1.461	96,2
Norte	14.915	14.099	94,5
Alagoas	2.194	1.806	82,3
Bahia	10.818	10.072	93,1
Ceará	5.286	5.093	96,3
Maranhão	3.520	3.431	97,5
Paraíba	2.665	2.233	83,8
Pernambuco	7.830	6.664	85,1
Piauí	2.943	2.894	98,3
Rio Grande do Norte	3.431	3.077	89,7
Sergipe	1.131	1.131	100
Nordeste	39.818	36.401	91,4
Espírito Santo	1.767	1.495	84,6
Minas Gerais	15.988	14.481	90,6
Rio de Janeiro	11.614	10.357	89,2
São Paulo	2.564	1.691	66
Sudeste	31.933	28.024	87,8
Paraná	7.398	6.625	89,6
Rio Grande do Sul	8.136	6.566	80,7
Santa Catarina	3.639	3.449	94,8
Sul	19.173	16.640	86,8
Distrito Federal	1.607	1.147	71,4
Goiás	5.328	4.898	91,9
Mato Grosso	2.408	2.103	87,3
Mato Grosso do Sul	3.020	2.801	92,7
Centro-Oeste	12.363	10.949	88,6
Brasil	118.202	106.113	89,8

Fonte: MTE.

TABELA 41
Volume do microcrédito concedido e número de clientes atendidos – 2008

UF/região	Valor concedido	Contratos realizados
Acre	–	–
Amazonas	56.604,30	22
Amapá	–	–
Pará	3.267.700,09	1.241
Rondônia	287.680,24	83
Roraima	–	–
Tocantins	400.261,53	100
Norte	4.012.246,16	1.446
Alagoas	77.271.484,56	68.247
Bahia	150.569.230,31	130.572
Ceará	304.445.448,83	293.034
Maranhão	242.986.719,10	129.593
Paraíba	121.215.947,62	110.166
Pernambuco	263.051.999,06	147.558
Piauí	162.031.639,49	125.913
Rio Grande do Norte	77.742.989,48	65.380
Sergipe	72.299.768,61	56.010
Nordeste	1.471.615.227,06	1.126.473,00
Distrito Federal	4.247.017,37	2.535
Goiás	12.202.276,72	10.064
Mato Grosso do Sul	1.808.884,50	551
Mato Grosso	1.595.223,37	959
Centro-Oeste	19.853.401,96	14.109,00
Espírito Santo	3.729.444,06	2.559
Minas Gerais	68.893.465,18	43.841
Rio de Janeiro	15.859.869,76	8.330
São Paulo	60.057.523,91	17.860
Sudeste	148.540.302,91	72.590,00
Paraná	24.518.902,85	6.109
Rio Grande do Sul	23.421.636,26	8.742
Santa Catarina	115.110.000,71	44.827
Sul	163.050.539,82	59.678,00
Brasil	1.807.071.717,91	1.274.296,00

Fonte: MTE.

7 BANCOS PÚBLICOS

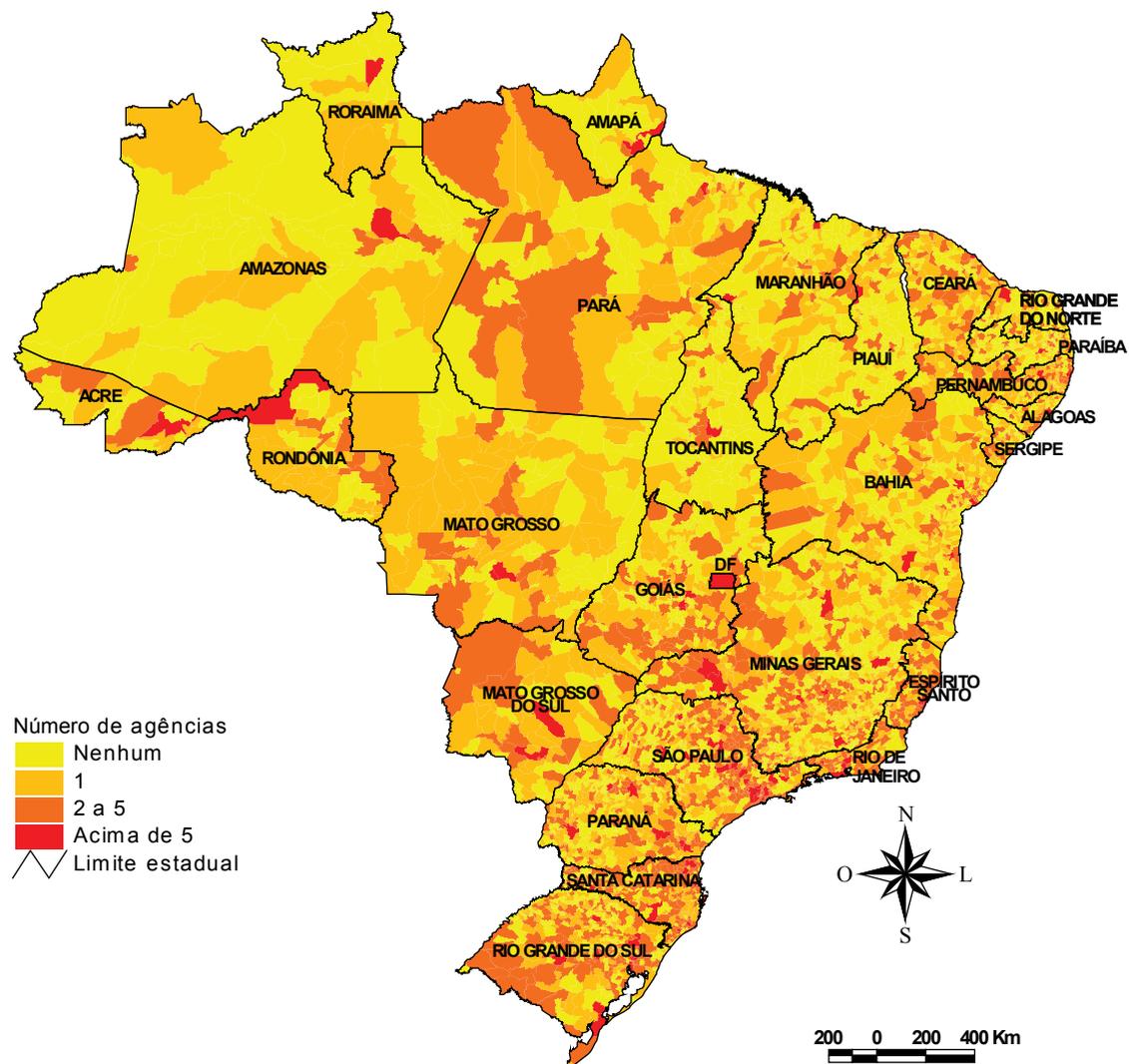
Os bancos públicos federais – Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – possuem, combinados, mais de 6.600 agências espalhadas em todo o território nacional, sendo a maioria na região Sudeste. Estes bancos tiveram importante papel em garantir o acesso ao crédito durante a crise financeira internacional.

O BB foi o primeiro banco a operar no país e, 200 anos depois, é uma das maiores instituições financeiras do Brasil. Instituição financeira nacional de capital misto, com participação da União em cerca de 70% de suas ações, possui cerca de 5 mil agências e mais de 40 mil caixas eletrônicos. Com posição de destaque no Sistema Financeiro Nacional, no final de 2008, adquiriu os bancos Nossa Caixa e do Estado de São Paulo, tornando-se um dos maiores bancos do país e da América Latina. O Banco do Brasil tem presença marcante no agronegócio nacional, como principal instituição de financiamento das exportações agrícolas, e no financiamento de pequenas e médias empresas. Após a aquisição de 50% do Banco Votorantim, em janeiro de 2009, os dois bancos passaram a ser as principais instituições de financiamento de veículos, contando, juntas, com aproximadamente 18% do mercado (BB, 2009).

A CEF, maior banco público da América Latina, é o principal agente das políticas públicas do governo federal. Empresa de capital 100% público, possui grande penetração no mercado, atendendo não somente seus clientes bancários, mas também todos os trabalhadores formais do Brasil – por meio do pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS) e seguro-desemprego –, beneficiários de programas sociais – como o Bolsa Família – e apostadores das loterias. O banco também é a instituição centralizadora das operações referentes a financiamento de habitação popular, saneamento público básico de estados e municípios, entre outras (CEF, 2009).

O BNB, criado em 1952, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do governo federal. Atuando na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no norte do Espírito Santo, é a maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional. O banco operacionaliza programas federais na região, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A instituição é responsável também pela operacionalização do CrediAmigo, programa de microcrédito por intermédio do qual o banco já emprestou mais de R\$ 3,5 bilhões a microempreendedores. O Banco Nacional do Nordeste opera o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE), criado para estruturar o turismo da região (BNB, 2009).

MAPA 13
 Presença de agências bancárias de bancos públicos por município – 2009



Fonte: Dados do Banco Central do Brasil (Bacen).

TABELA 42
Quantidade de agências da CEF, do BB e do BNB – 2009

UF/região	Quantidade
Acre	22
Amapá	17
Amazonas	55
Pará	130
Rondônia	51
Roraima	10
Tocantins	49
Norte	334
Alagoas	95
Bahia	422
Ceará	221
Maranhão	134
Paraíba	127
Pernambuco	251
Piauí	99
Rio Grande do Norte	110
Sergipe	77
Nordeste	1.536
Espírito Santo	144
Minas Gerais	712
Rio de Janeiro	460
São Paulo	1.375
Sudeste	2.691
Paraná	444
Rio Grande do Sul	542
Santa Catarina	544
Sul	1.530
Distrito Federal	143
Goiás	209
Mato Grosso	121
Mato Grosso do Sul	99
Centro-Oeste	572
Brasil	6.663

Fonte: Bacen.

8 INFRAESTRUTURA – TRANSPORTES

Entre 1860 e 1891, as atividades de transportes estavam inseridas em uma pasta ampla, denominada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A Proclamação da República promoveu reforma administrativa no país, que culminou, entre outras coisas, com a criação, em outubro de 1891, da pasta ministerial de Indústria, Viação e Obras Públicas, que se manteve, com este nome, até 1906.

Entre 1906 e 1967, a pasta passou a denominar-se Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo tido diversas atribuições e feito inúmeras realizações, na esteira do processo de industrialização do Brasil.

Com as reformas políticas, administrativas e institucionais adotadas pelo Regime Militar, as atividades de transportes passaram a ter, a partir de 1967 – e até 1990 –, um ministério específico, denominado simplesmente Ministério dos Transportes, incluindo as atividades de transportes ferroviário, rodoviário – não apenas de construção da estrutura física, mas também de seu gerenciamento e sua regulação –, aquaviário, bem como as atividades de marinha mercante e ainda de portos e vias navegáveis. Participava também da coordenação dos transportes aeroviários, ao lado do Ministério da Aeronáutica.

Em março de 1990, as atividades de transportes foram agregadas às de minas e energia e às de comunicações, todas fundidas no Ministério da Infraestrutura, o que incluía atividades de mineração e outras formas de prospecção, bem como a exploração de toda sorte de recursos energéticos, incluindo a de fontes de energia hidráulica, mineração e metalurgia, e também a da indústria do petróleo, da energia elétrica e ainda da nuclear. Em maio de 1992, o Ministério da Infraestrutura foi extinto e, em seu lugar, foi criado o Ministério dos Transportes e das Comunicações, que passou a ter, entre suas atribuições, a de fiscalizar a utilização de serviços de rádio e os serviços postais, bem como de cuidar das concessões de rádio e TV e demais serviços de telecomunicações.

A partir de novembro de 1992, foi criado o atual Ministério dos Transportes, com atribuições relacionadas à política nacional de transportes. Este ministério tem, basicamente, três grandes atribuições: *i*) formular e executar a política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário; *ii*) controlar e administrar as atividades relacionadas à marinha mercante, aos portos e às vias navegáveis; e *iii*) participar da coordenação dos transportes aeroviários. O transporte aéreo permaneceu como responsabilidade do Ministério da Aeronáutica – e a partir de 1999, do Comando da Aeronáutica, vinculado ao Ministério da Defesa.

Os dados a seguir mostram uma ideia da dimensão das atividades relacionadas aos sistemas de transportes:

1. O número de movimentos de aeronaves na Rede Infraero, em 2009, foi de 2.290.950, dos quais 93% provenientes do tráfego doméstico.
2. O número de passageiros embarcados e desembarcados por via aérea, em 2009, foi acima de 128 milhões, dos quais 90% provenientes do tráfego doméstico.
3. A carga aérea transportada, em 2009, foi de 1.296.266 t, sendo 58% oriundas do tráfego doméstico.
4. Em termos de estrutura do transporte rodoviário, o Brasil possuía, em 2008, aproximadamente 22.735 km de rodovias pavimentadas municipais, 98.377 km de rodovias estaduais, 17.016 km de rodovias estaduais coincidentes – definidas como as rodovias estaduais que coincidem com rodovias federais planejadas – e 58.152 km de rodovias federais.

5. Em termos de quantidades intermodais de cargas, existem no Brasil, segundo dados de 2006, 310 terminais.
6. Também havia, em 2006, um total de 119 postos de pesagem para transportes de cargas e de passageiros.
7. A extensão da rede ferroviária brasileira, segundo dados de 2006, era de 28.276 km.

8.1 Transporte aéreo

MAPA 14

Número de pousos e decolagens na Rede Infraero – 2009

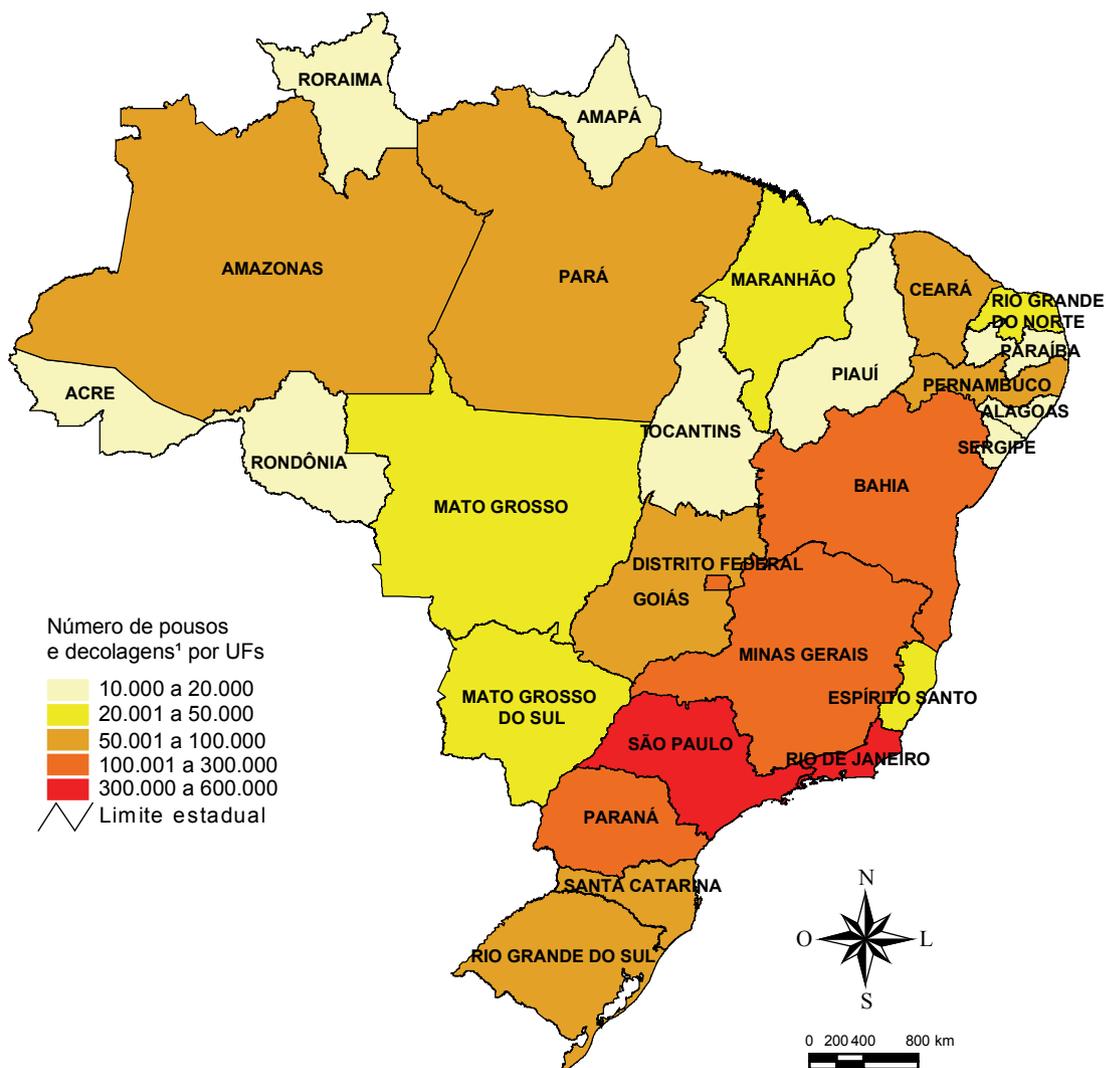
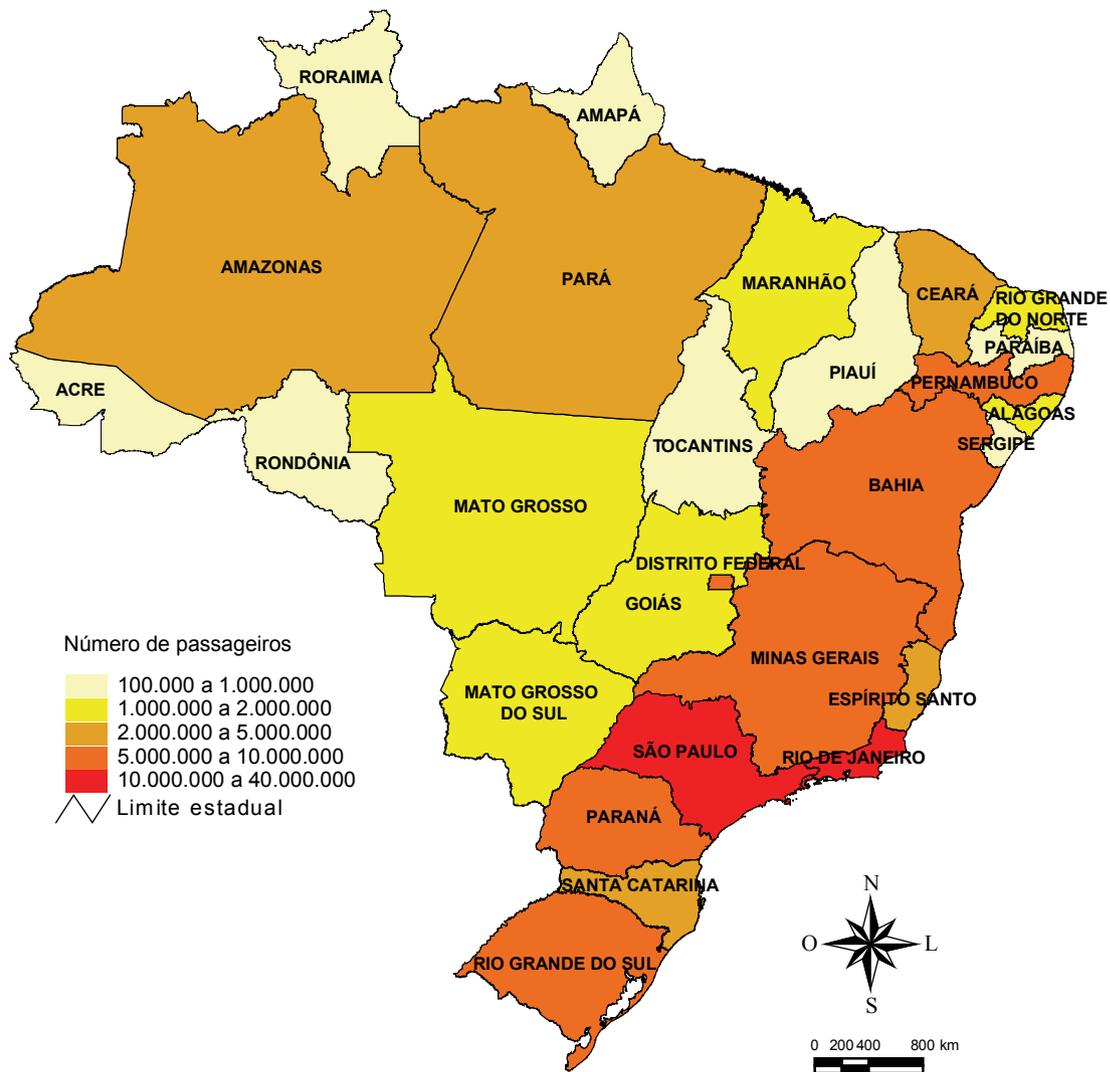


TABELA 43
Número de pousos e decolagens na Rede Infraero – 2009

UF/região	Doméstico	Internacional	Total
Rondônia	14.052	46	14.098
Acre	18.484	94	18.578
Amazonas	47.798	6.130	53.928
Roraima	10.212	921	11.133
Pará	90.711	1.222	91.933
Amapá	11.403	656	12.059
Tocantins	11.459	144	11.603
Norte	204.119	9.213	213.332
Maranhão	28.154	63	28.217
Piauí	12.653	39	12.692
Ceará	55.299	1.903	57.202
Rio Grande do Norte	21.978	1.037	23.015
Paraíba	11.033	44	11.077
Pernambuco	68.327	3.532	71.859
Alagoas	14.817	221	15.038
Sergipe	14.901	14	14.915
Bahia	110.658	4.139	114.797
Nordeste	337.820	10.992	348.812
Minas Gerais	181.836	5.636	187.472
Espírito Santo	49.515	292	49.807
Rio de Janeiro	315.052	26.770	341.822
São Paulo	493.928	82.699	576.627
Sudeste	1.040.331	115.397	1.155.728
Paraná	131.858	4.462	136.320
Santa Catarina	57.490	2.829	60.319
Rio Grande do Sul	74.121	9.919	84.040
Sul	263.469	17.210	280.679
Mato Grosso do Sul	30.732	1.689	32.421
Mato Grosso	44.805	240	45.045
Goiás	52.337	247	52.584
Distrito Federal	159.016	3.333	162.349
Centro-Oeste	286.890	5.509	292.399
Brasil	2.132.629	158.321	2.290.950

Obs.: Exceto militar.

MAPA 15
Número de embarque e desembarque de passageiros em aeroportos Infraero – 2009



Fonte: Infraero.

TABELA 44
Número de passageiros embarcados e desembarcados na Rede Infraero – 2009

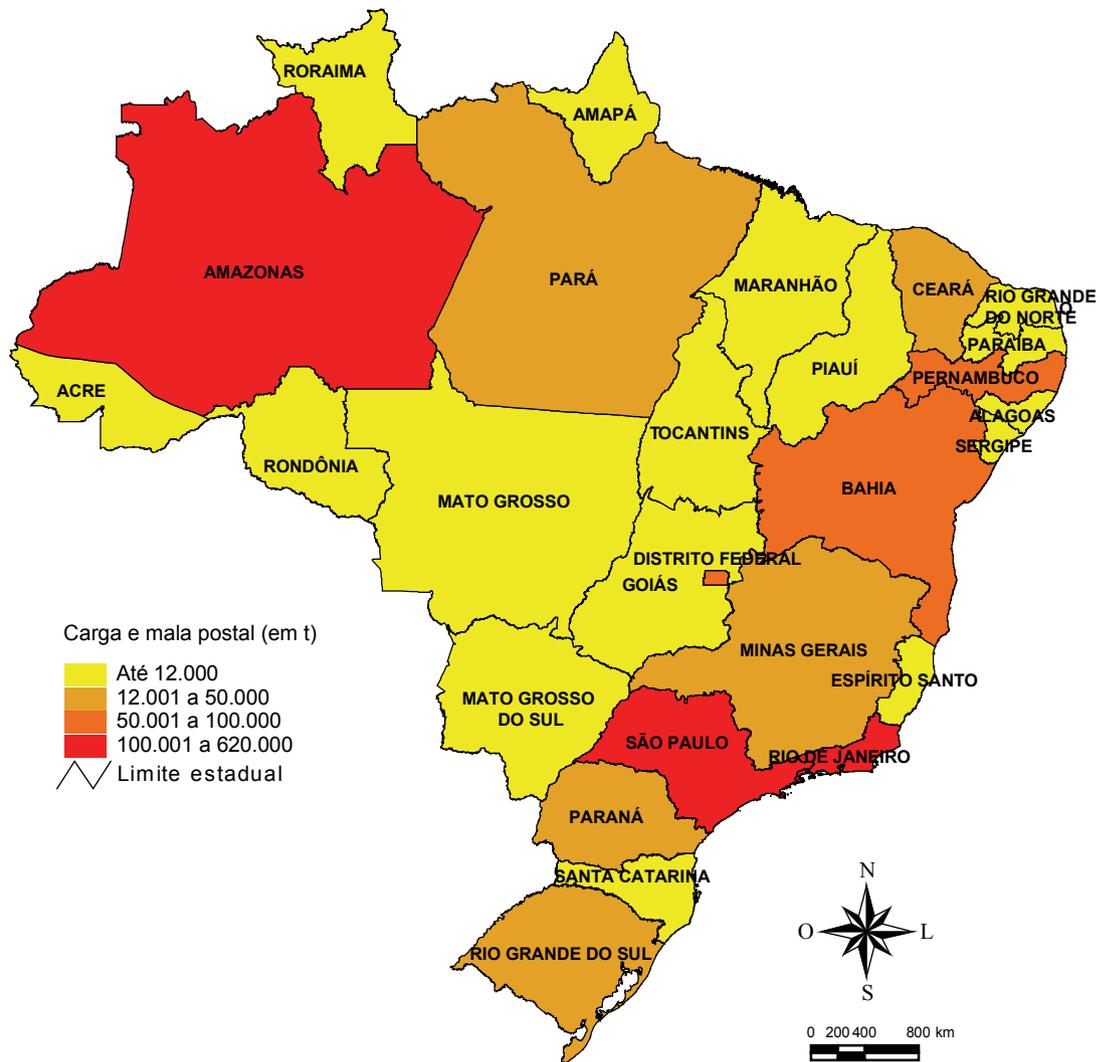
UF/região	Doméstico	Internacional	Total
Rondônia	561.180	151	561.331
Acre	419.056	836	419.892
Amazonas	2.205.917	150.373	2.356.290
Roraima	187.080	3.389	190.469
Pará	2.910.550	35.674	2.946.224
Amapá	468.382	1.454	469.836
Tocantins	298.479	5	298.484
Norte	7.050.644	191.882	7.242.526
Maranhão	1.179.826	111	1.179.937
Piauí	559.844	0	559.844
Ceará	4.235.527	223.899	4.459.426
Rio Grande do Norte	1.766.387	127.726	1.894.113
Paraíba	680.228	27	680.255
Pernambuco	5.249.501	208.335	5.457.836
Alagoas	1.102.804	14.446	1.117.250
Sergipe	727.679	0	727.679
Bahia	7.103.863	314.072	7.417.935
Nordeste	22.605.659	888.616	23.494.275
Minas Gerais	6.714.568	247.637	6.962.205
Espírito Santo	2.342.283	0	2.342.283
Rio de Janeiro	14.810.593	2.613.624	17.424.217
São Paulo	30.685.870	8.462.120	39.147.990
Sudeste	54.553.314	11.323.381	65.876.695
Paraná	6.171.554	93.333	6.264.887
Santa Catarina	2.808.028	112.620	2.920.648
Rio Grande do Sul	5.266.633	351.888	5.618.521
Sul	14.246.215	557.841	14.804.056
Mato Grosso do Sul	1.047.934	12.177	1.060.111
Mato Grosso	1.670.744	960	1.671.704
Goiás	1.771.284	1.140	1.772.424
Distrito Federal	12.056.606	157.219	12.213.825
Centro-Oeste	16546568	171496	16718064
Brasil	115.002.400	13.133.216	128.135.616

Obs.: Origem + Destino + Conexão de Origem + Conexão de Destino – exceto militar.

MAPA 16

Carga e mala postal embarcada e desembarcada na Rede Infraero – 2009

(Em t)



Fonte: Infraero.

TABELA 45
Carga e mala postal embarcada e desembarcada na Rede Infraero – 2009
 (Em t)

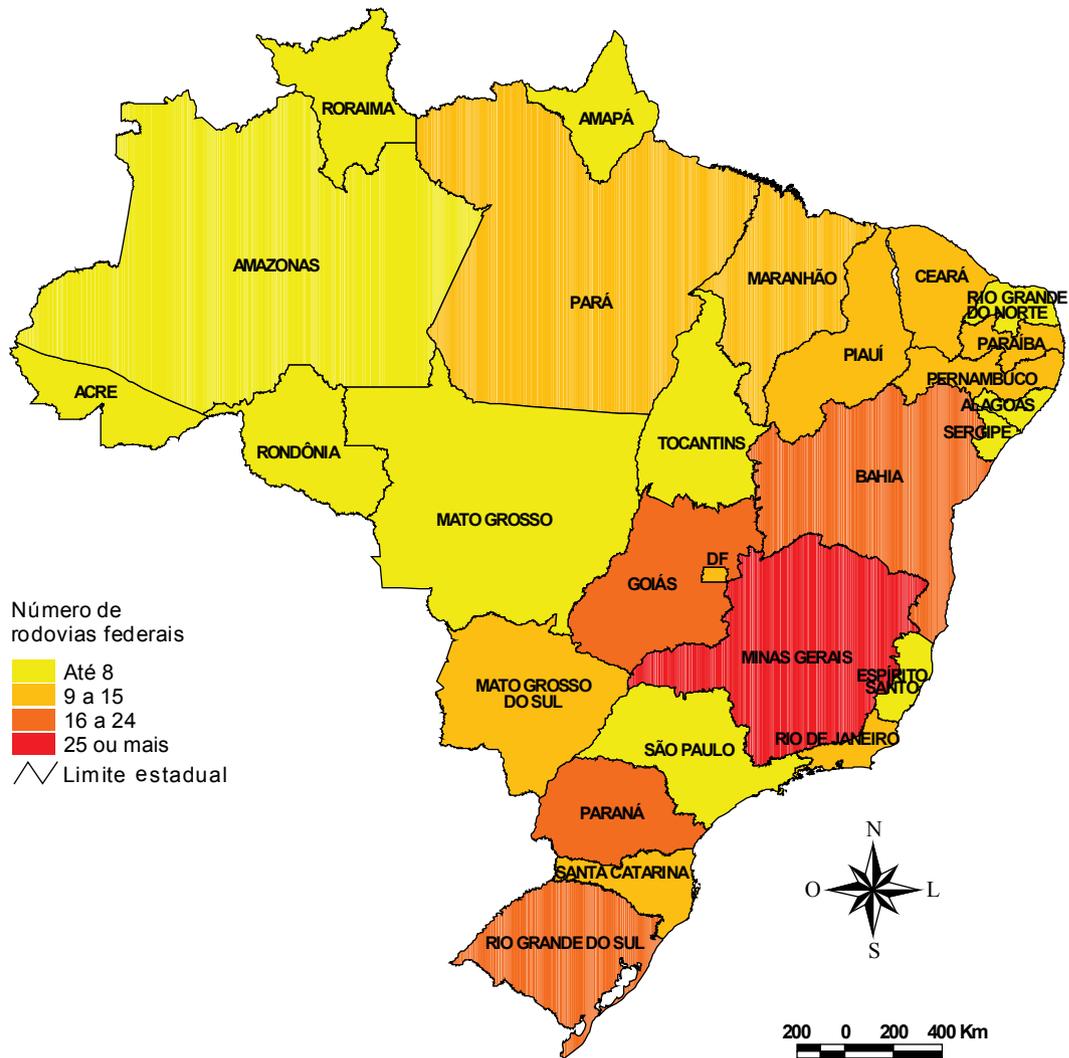
UF/região	Doméstico	Internacional	Total
Rondônia	5.120	0	5.120
Acre	2.243	70	2.313
Amazonas	102.046	44.036	146.083
Roraima	1.303	0	1.303
Pará	33.299	76	33.374
Amapá	3.847	0	3.847
Tocantins	2.775	0	2.775
Norte	150.632	44.182	194.814
Maranhão	10.670	9	10.679
Piauí	7.633	2	7.635
Ceará	42.723	1.503	44.226
Rio Grande do Norte	7.516	1.319	8.835
Paraíba	2.577	0	2.577
Pernambuco	46.082	6.440	52.522
Alagoas	3.347	48	3.395
Sergipe	2.421	0	2.421
Bahia	44.406	7.997	52.403
Nordeste	167.376	17.318	184.693
Minas Gerais	16.868	4.023	20.891
Espírito Santo	7.511	2.615	10.126
Rio de Janeiro	57.874	59.526	117.400
São Paulo	211.323	405.227	616.550
Sudeste	293.576	471.391	764.967
Paraná	19.054	14.599	33.652
Santa Catarina	11.509	7	11.515
Rio Grande do Sul	28.555	2.307	30.862
Sul	59.117	16.913	76.030
Mato Grosso do Sul	5.660	286	5.947
Mato Grosso	9.529	0	9.529
Goiás	6.381	0	6.381
Distrito Federal	53.088	817	53.905
Centro-Oeste	74.658	1.103	75.762
Brasil	745.360	550.906	1.296.266

Obs.: Origem + Destino + Trânsito.

8.2 Transporte rodoviário

MAPA 17

Número de rodovias federais por UF – 2006



Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

MAPA 18
Extensão das rodovias pavimentadas por área total das UFs¹ – 2006

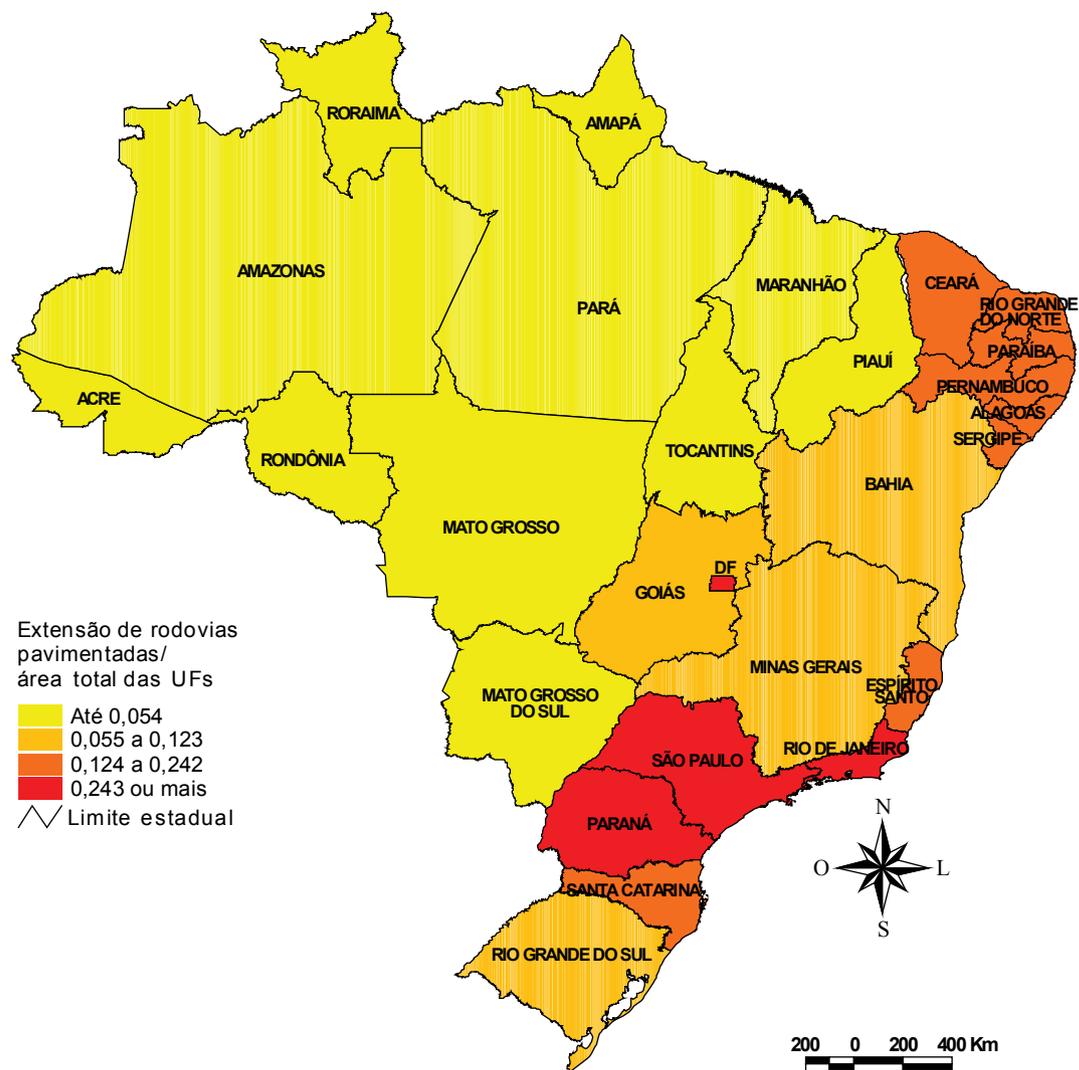


TABELA 46
Extensão, em quilômetros, das rodovias federais, estaduais transitórias (estaduais coincidentes), estaduais e municipais pavimentadas, por regiões e UFs – 2006

UF/região	Federal	Estadual transitória ¹	Estadual	Municipal
Acre	458	44	268	147
Amapá	248	–	52	23
Amazonas	265	27	619	729
Pará	1.626	–	2.438	113
Rondônia	1.353	–	262	8
Roraima	941	–	147	29
Tocantins	1.184	285	3.663	–
Norte	6.074	356	7.450	1.048
Alagoas	740	21	1.492	49
Bahia	4.304	2.323	7.374	228
Ceará	2.153	701	5.052	373
Maranhão	3.255	309	3.398	–
Paraíba	1.261	229	2.213	50
Pernambuco	2.484	83	3.467	259
Piauí	2.238	485	1.787	53
Rio Grande do Norte	1.397	104	2.984	117
Sergipe	315	5	1.700	36
Nordeste	18.146	4.259	29.467	1.165
Espírito Santo	985	97	2.094	145
Minas Gerais	10.025	2.402	9.313	1.166
Rio de Janeiro	1.584	482	2.688	1.332
São Paulo	1.124	4.207	16.095	9.804
Sudeste	13.719	7.189	30.190	12.447
Paraná	3.170	1.362	10.288	6.353
Rio Grande do Sul	5.297	1.270	5.068	699
Santa Catarina	2.130	714	3.279	915
Sul	10.596	3.346	18.636	7.967
Distrito Federal	240	110	520	7
Goiás	3.064	1.511	6.960	60
Mato Grosso	3.355	95	2.220	42
Mato Grosso do Sul	2.958	150	2.933	–
Centro-Oeste	9.617	1.866	12.634	109
Brasil	58.152	17.016	98.377	22.735

Fonte: Ministério dos Transportes.

Nota: ¹ A Resolução nº 8, de 2 de maio de 2006, do Conselho de Administração do DNIT, extingue a denominação rodovias estaduais transitórias, passando às rodovias estaduais existentes, coincidentes com rodovias federais planejadas, a serem denominadas rodovias estaduais coincidentes.

MAPA 19
Extensão de rodovias não pavimentadas por área total das UFs¹ – 2006

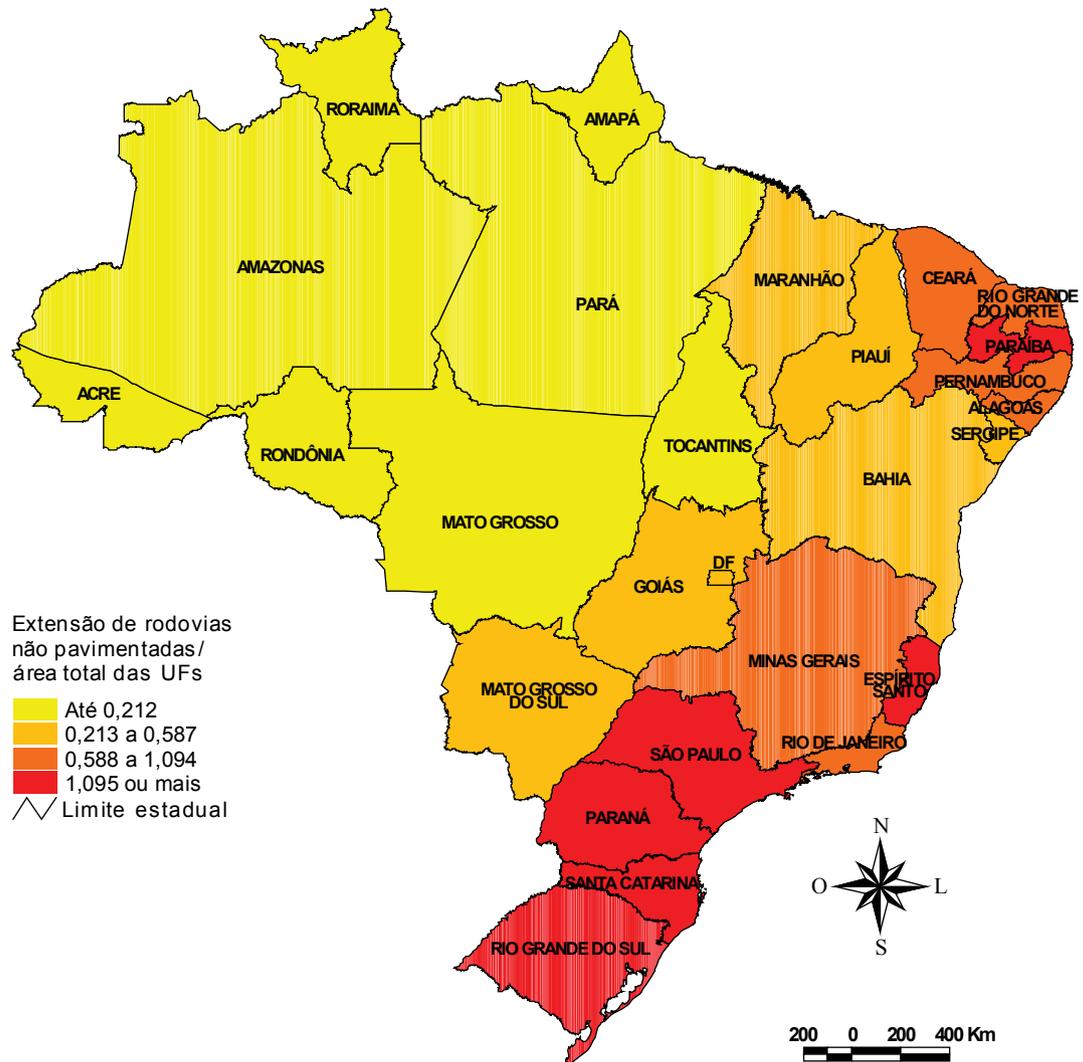


TABELA 47
Extensão, em quilômetros, das rodovias federais, estaduais transitórias (estaduais coincidentes), estaduais e municipais não pavimentadas, por regiões e UFs – 2006

UF/região	Federal	Estadual transitória ¹	Estadual	Municipal
Acre	717	–	375	5.449
Amapá	754	–	565	648
Amazonas	2.211	–	599	1.828
Pará	3.087	206	4.335	23.563
Rondônia	462	–	4.119	9.278
Roraima	640	–	1.159	4.254
Tocantins	716	72,8	6.731	15.799
Norte	8.586	279	17.882	60.818
Alagoas	87	–	825	9.847
Bahia	867	654,7	5.746	99.378
Ceará	349	–	4.923	38.180
Maranhão	100	169	3.834	44.376
Paraíba	32	113	2.768	28.867
Pernambuco	106	–	2.311	33.675
Piauí	310	524	8.079	44.108
Rio Grande do Norte	153	64,4	1.191	21.559
Sergipe	–	–	2.012	1.264
Nordeste	2.004	1.525,1	31.689	321.254
Espírito Santo	139	84,8	2.583	24.305
Minas Gerais	1.401	855,1	8.486	238.412
Rio de Janeiro	21	132,8	1.619	14.722
São Paulo	–	799,3	914	165.941
Sudeste	1.561	1.872	13.602	443.380
Paraná	281	338,8	2.133	96.373
Rio Grande do Sul	412	805,9	3.410	136.556
Santa Catarina	112	278,3	2.412	52.977
Sul	805	1.423	7.955	285.906
Distrito Federal	–	8	571	288
Goiás	338	643,6	10.701	64.631
Mato Grosso	386	356	9.081	38.629
Mato Grosso do Sul	1.178	1.039,4	18.462	60.000
Centro-Oeste	1.901	2.047	38.815	163.548
Brasil	14.857	7.146	109.942	1.274.906

Fonte: Ministério dos Transportes.

Nota: ¹ A Resolução nº 8, de 2 de maio de 2006, do Conselho de Administração do DNIT, extingue a denominação rodovias estaduais transitórias, passando às rodovias estaduais existentes, coincidentes com rodovias federais planejadas, a serem denominadas rodovias estaduais coincidentes.

TABELA 48
Quantidade de terminais intermodais de cargas, por regiões e UFs – 2006

UF/região	Quantidade
Acre	–
Amapá	–
Amazonas	2
Pará	4
Rondônia	1
Roraima	1
Tocantins	2
Norte	10
Alagoas	4
Bahia	9
Ceará	4
Maranhão	11
Paraíba	6
Pernambuco	12
Piauí	1
Rio Grande do Norte	3
Sergipe	2
Nordeste	52
Espírito Santo	21
Minas Gerais	41
Rio de Janeiro	15
São Paulo	67
Sudeste	144
Paraná	36
Rio Grande do Sul	29
Santa Catarina	8
Sul	73
Distrito Federal	1
Goiás	6
Mato Grosso	7
Mato Grosso do Sul	17
Centro-Oeste	31
Brasil	310

Fonte: Ministério dos Transportes.

TABELA 49
Postos de pesagem para o transporte de carga e passageiros, por regiões e UFs – 2006

UF/região	Quantidade
Acre	–
Amapá	–
Amazonas	–
Pará	5
Rondônia	1
Roraima	–
Tocantins	6
Norte	12
Alagoas	–
Bahia	2
Ceará	–
Maranhão	8
Paraíba	1
Pernambuco	11
Piauí	4
Rio Grande do Norte	–
Sergipe	–
Nordeste	26
Espírito Santo	4
Minas Gerais	21
Rio de Janeiro	6
São Paulo	6
Sudeste	37
Paraná	12
Rio Grande do Sul	19
Santa Catarina	4
Sul	35
Distrito Federal	–
Goiás	3
Mato Grosso	3
Mato Grosso do Sul	3
Centro-Oeste	9
Brasil	119

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)/Ministério dos Transportes.

TABELA 50
Localização dos postos rodoviários fronteiriços e movimentação de veículos e carga, por posto – 2006

Posto	UF	País fronteiriço	Movimentação		
			Número de caminhões	Número de ônibus de turismo	Carga (10 ³ t)
Aceguá	RS	Uruguai	–	–	–
Assis Brasil	AC	Peru	–	–	–
Barra do Quaraí	RS	Uruguai	423	50	–
Brasiléia	AC	Bolívia	–	–	–
Cáceres	MT	Bolívia	–	–	–
Chuí	RS	Uruguai	24.164	–	–
Corumbá	MS	Bolívia	–	–	–
Dionísio Cerqueira	SC	Argentina	16.255	–	–
Foz do Iguaçu	PR	Paraguai e Argentina	120.941	–	–
Guairá	PR	Paraguai	16.390	–	–
Guajará-Mirim	RO	Bolívia	–	–	–
Itaqui	RS	Argentina	6.782	–	–
Jaguarão	RS	Uruguai	18.246	–	363
Mundo Novo	MS	Paraguai	–	–	–
Pacaraima	RR	Venezuela	–	–	–
Ponta Porã	MS	Paraguai	–	–	–
Porto Xavier	RS	Argentina	14.629	–	194
Quaraí	RS	Uruguai	–	–	–
Santa Helena	PR	Paraguai	–	–	–
Santana do Livramento	RS	Uruguai	11.782	–	–
São Borja	RS	Argentina	53.323	1.330	–
Uruguaiana	RS	Argentina	67.310	1.857	–
Bonfim	RR	Guiana	–	–	–
Capanema	PR	Argentina	–	–	–

Fonte: Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI)/Ministério dos Transportes.

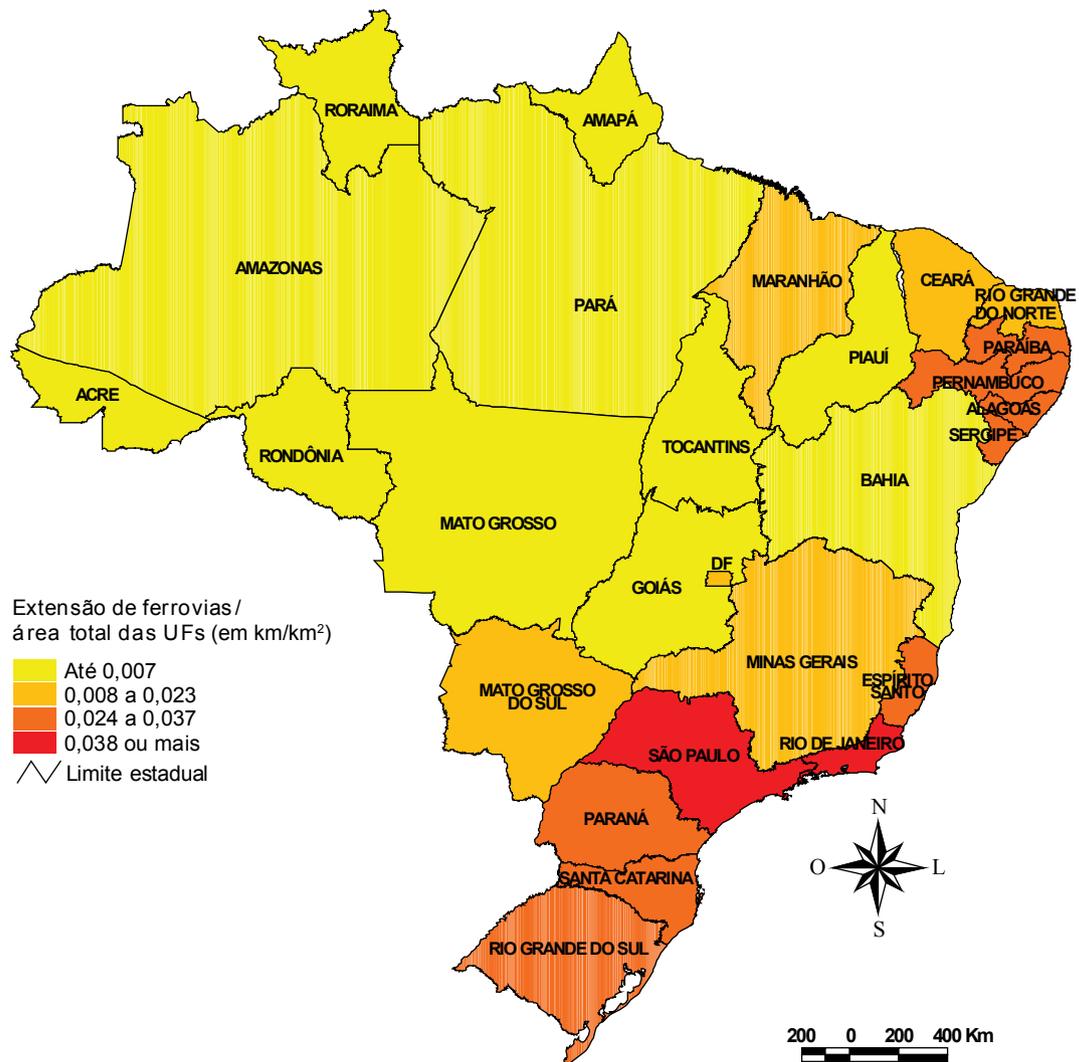
8.3 Transporte ferroviário

TABELA 51
Número de estações ferroviárias, por regiões e UFs – 2006

UF/região	Estação
Amapá	12
Pará	4
Norte	16
Alagoas	17
Bahia	66
Ceará	50
Maranhão	29
Paraíba	21
Pernambuco	50
Piauí	19
Rio Grande do Norte	18
Sergipe	16
Nordeste	286
Espírito Santo	21
Minas Gerais	346
Rio de Janeiro	163
São Paulo	545
Sudeste	1.075
Paraná	110
Rio Grande do Sul	135
Santa Catarina	74
Sul	319
Distrito Federal	2
Goiás	22
Mato Grosso do Sul	55
Mato Grosso	1
Centro-Oeste	80
Brasil	1.776

Fonte: ANTT/Ministério dos Transportes.

MAPA 20
Extensão da rede ferroviária por área total das UFs – 2006



Fonte: ANTT.

TABELA 52
Extensão, em quilômetros, das linhas principais e ramais da rede ferroviária concedida, por regiões e UFs – 2006

UF/região	Km
Pará	224
Tocantins	147
Norte	371
Alagoas	390
Bahia	1.551
Ceará	1.168
Maranhão	1.343
Paraíba	660
Pernambuco	958
Piauí	240
Rio Grande do Norte	364
Sergipe	278
Nordeste	6.950
Espírito Santo	522
Minas Gerais	5.329
Rio de Janeiro	1.199
São Paulo	4.749
Sudeste	11.799
Paraná	2.287
Rio Grande do Sul	3.110
Santa Catarina	1.365
Sul	6.762
Distrito Federal	45
Goiás	637
Mato Grosso	108
Mato Grosso do Sul	1.604
Centro-Oeste	2.394
Brasil	28.276

Fonte: ANTT/Ministério dos Transportes.

8.4 Transporte marítimo

TABELA 53

Movimentação de granel sólido e granel líquido nos portos organizados e terminais de uso privativo e distribuição espacial por natureza regiões e UFs – 2007

UF/região	Porto	Regime administrativo	Granel sólido	Porcentagem	Granel líquido	Porcentagem
Norte			41.304.061	9,03	12.086.457	6,21
Amapá	Santana	Delegação à Prefeitura Municipal de Santana	1.120.547	0,24	238.905	0,12
Amazonas	Manaus	Delegação ao Governo do Estado do Amazonas	4.149.889	0,91	6.571.724	3,38
Pará	Belém	Companhia Docas do Pará (CDP)	17.942.547	3,92	1.953.034	1
Pará	Vila do Conde	Companhia Docas do Pará (CDP)	13.893.333	3,04	2.457.591	1,26
Pará	Santarém	Companhia Docas do Pará (CDP)	1.774.739	0,39	75.613	0,04
Rondônia	Porto Velho	Delegação ao Governo do Estado de Rondônia	2.423.006	0,53	789.590	0,41
Nordeste			106.987.844	23,39	46.770.782	24,04
Alagoas	Maceió	Companhia das Docas do Rio Grande do Norte (CODERN)	1.789.635	0,39	1.965.033	1,01
Bahia	Aratu	Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	3.664.675	0,8	26.693.912	13,72
Bahia	Salvador	Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	435.791	0,1	–	–
Bahia	Ilhéus	Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	660.963	0,14	–	–
Ceará	Fortaleza	Companhia Docas do Ceará (CDC)	958.579	0,21	1.633.462	0,84
Ceará	Pecém	Terminal Privativo de Uso Misto	–	–	865.452	0,44
Maranhão	Itaqui	Delegação ao Governo do Estado do Maranhão	92.167.064	20,15	6.334.693	3,26
Paraíba	Cabedelo	Delegação ao Governo do Estado da Paraíba	276.193	0,06	548.897	0,28
Pernambuco	Suape	Autorização ao Governo do Estado de Pernambuco	452.313	0,1	3.099.559	1,59
Pernambuco	Recife	Delegação ao Governo do Estado de Pernambuco	1.954.033	0,43	74.127	0,04
Rio Grande do Norte	Areia Branca	Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN)	3.433.256	0,75	–	–
Rio Grande do Norte	Natal	Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN)	100.851	0,02	2.761.392	1,42
Sergipe	Barra dos Coqueiros	Terminal privativo de uso exclusivo	1.094.491	0,24	2.794.255	1,44
Centro-Oeste			2.593.448	0,57	–	–
Mato Grosso	Cáceres	Delegação ao Governo do Estado do Mato Grosso	145.157	0,03	–	–
Mato Grosso do Sul	Corumbá/Ladário	Delegação à Prefeitura Municipal de Corumbá	2.448.291	0,54	–	–
Sudeste			257.196.970	56,23	106.210.336	54,58

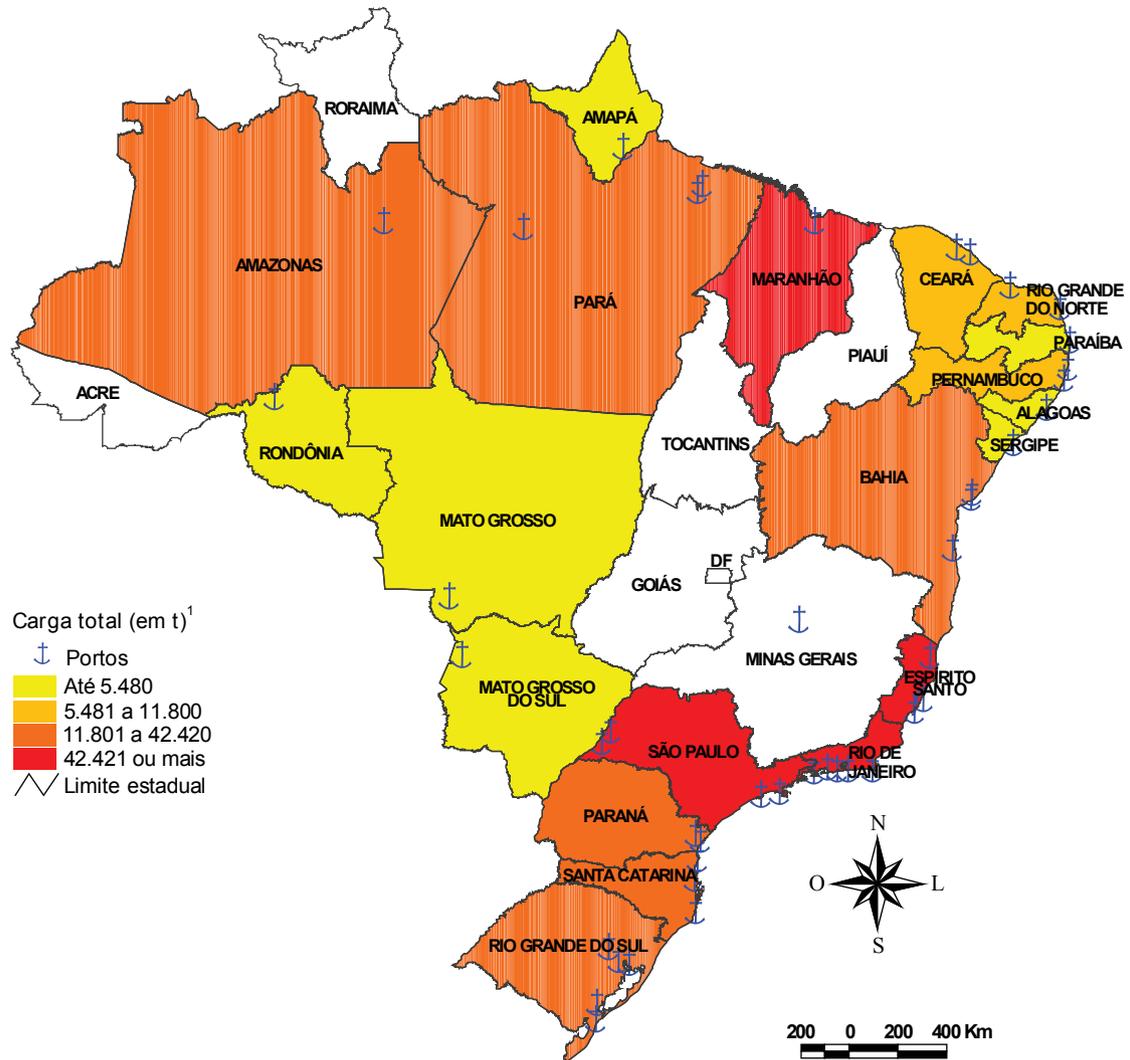
(Continua)

(Continuação)

UF/região	Porto	Regime administrativo	Granel sólido	Porcentagem	Granel líquido	Porcentagem
Espírito Santo	Tubarão	Terminal privativo de uso misto	103.458.387	22,62	1.214.280	0,62
Espírito Santo	Praia Mole	Terminal privativo de uso misto	11.572.670	2,53	–	–
Espírito Santo	Ponta Ubu	Terminal privativo de uso misto	16.686.749	3,65	–	–
Espírito Santo	Vitória	Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)	2.370.895	0,52	219.820	0,11
Espírito Santo	Barra do Riacho	Terminal privativo de uso misto	96.495	0,02	–	–
Espírito Santo	Norte Capixaba		–	–	979.850	0,5
Minas Gerais	Pirapora	Administração da Hidrovia do São Francisco (AHSFRAN), vinculada à Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	–	–	–	–
Rio de Janeiro	Itaguaí	Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	84.094.331	18,38	–	–
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	–	–	29.343.125	15,08
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	1.933.438	0,42	9.409.111	4,84
Rio de Janeiro	Forno	Delegação à Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo – RJ	121.377	0,03	–	–
Rio de Janeiro	Niterói	Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	–	–	–	–
São Paulo	Santos	Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP)	33.191.252	7,26	15.195.554	7,81
São Paulo	São Sebastião	Dersa, empresa ligada à Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo	462.121	0,1	49.848.596	25,62
São Paulo	Panorama	Concessão ao consórcio privado Ferrovias Bandeirantes S.A.	1.664.596	0,36	–	–
São Paulo	Presidente Epitácio	Concessão ao consórcio privado Ferrovias Bandeirantes S.A.	1.544.659	0,34	–	–
Sul			49.353.050	10,8	29.531.001	15,17
Paraná	Paranaguá	Delegação ao Governo do Estado do Paraná	25.154.430	5,5	3.895.090	2
Paraná	Antonina	Delegação ao Governo do Estado do Paraná	203.058	0,04	–	–
Rio Grande do Sul	Rio Grande	Terminal privativo de uso exclusivo	15.783.566	3,45	4.255.649	2,19
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Delegação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul	1.770.908	0,39	12.269.261	6,3
Rio Grande do Sul	Pelotas	Delegação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul	354.019	0,08	–	–
Rio Grande do Sul	Estrela	Administração do Porto de Estrela, vinculada à CODESP	393.225	0,09	19.275	0,01
Rio Grande do Sul	Charqueadas	Administração das Hidrovias do Sul (AHSUL), vinculada à CODESP	169.730	0,04	–	–
Santa Catarina	São Francisco do Sul	Concessão ao Governo do Estado de Santa Catarina	4.629.771	1,01	8.914.584	4,58
Santa Catarina	Itajaí	Delegação à Prefeitura Municipal de Itajaí	–	–	66.736	0,03
Santa Catarina	Imbituba	Companhia Docas de Imbituba (CDI)	894.343	0,2	110.406	0,06
Brasil			457.435.373	100	194.598.576	100

Fonte: Ministério dos Transportes.

MAPA 21
Movimentação total de carga nos portos organizados e terminais privados, por UF – 2007
 (Em t)



Fonte: Anuário Estatístico Portuário – Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a partir das administrações portuárias.
 Nota: ¹ Soma do granel sólido, granel líquido e da carga geral.

TABELA 54
Carga geral e movimentação total nos portos organizados e terminais de uso privativo e distribuição espacial, por natureza, regiões e UFs – 2007

UF/região	Portos	Regime administrativo	Carga geral	Porcentagem	Total	Porcentagem
Norte			4.446.332	4,34	57.836.850	7,67
Amapá	Santana	Delegação à Prefeitura Municipal de Santana	8.597	0,01	1.368.049	0,18
Amazonas	Manaus	Delegação ao Governo do Estado do Amazonas	1.079.312	1,05	11.800.925	1,56
Pará	Belém	Companhia Docas do Pará	1.278.741	1,25	21.174.322	2,81
Pará	Vila do Conde	Companhia Docas do Pará	1.291.082	1,26	17.642.006	2,34
Pará	Santarém	Companhia Docas do Pará	389.780	0,38	2.240.132	0,3
Rondônia	Porto Velho	Delegação ao Governo do Estado de Rondônia	398.820	0,39	3.611.416	0,48
Nordeste			9.098.902	8,86	162.857.528	21,57
Alagoas	Maceió	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	365.607	0,36	4.120.275	0,55
Bahia	Aratu	Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	–	–	30.358.587	4,02
Bahia	Salvador	Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	2.654.516	2,59	3.090.307	0,41
Bahia	Ilhéus	Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	95.283	0,09	756.246	0,1
Ceará	Fortaleza	Companhia Docas do Ceará	686.257	0,67	3.278.298	0,43
Ceará	Pecém	Terminal privativo de uso misto	1.339.909	1,3	2.205.361	0,29
Maranhão	Itaqui	Delegação ao Governo do Estado do Maranhão	306.767	0,3	98.808.524	13,09
Paraíba	Cabedelo	Delegação ao Governo do Estado da Paraíba	117.752	0,11	942.842	0,12
Pernambuco	Suape	Autorização ao Governo do Estado de Pernambuco	2.936.351	2,86	6.488.223	0,86
Pernambuco	Recife	Delegação ao Governo do Estado de Pernambuco	357.583	0,35	2.385.743	0,32
Rio Grande do Norte	Areia Branca	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	–	–	3.433.256	0,45
Rio Grande do Norte	Natal	Companhia Docas do Rio Grande do Norte	238.877	0,23	3.101.120	0,41
Sergipe	Barra dos Coqueiros	Terminal privativo de uso exclusivo	–	–	3.888.746	0,52
Centro-Oeste			7.371	0,01	2.600.819	0,35
Mato Grosso	Cáceres	Delegação ao governo do Estado do Mato Grosso	–	–	145.157	0,02
Mato Grosso Do Sul	Corumbá/Ladário	Delegação à Prefeitura Municipal de Corumbá	7.371	0,01	2.455.662	0,33
Sudeste			61.492.498	59,88	424.899.804	56,3
Espírito Santo	Tubarão	Terminal privativo de uso misto	–	–	104.672.667	13,87
Espírito Santo	Praia Mole	Terminal privativo de uso misto	5.995.995	5,84	17.568.665	2,33
Espírito Santo	Ponta Ubu	Terminal privativo de uso misto	–	–	16.686.749	2,21
Espírito Santo	Vitória	Companhia Docas do Espírito Santo	5.514.904	5,37	8.105.619	1,07
Espírito Santo	Barra do Riacho	Terminal privativo de uso misto	7.067.217	6,88	7.163.712	0,95

(Continua)

(Continuação)

UF/região	Portos	Regime administrativo	Carga geral	Porcentagem	Total	Porcentagem
Espírito Santo	Norte Capixaba		–	–	979.850	0,13
Minas Gerais	Pirapora	AHSFRAN, vinculada à Codeba	–	–	–	–
Rio de Janeiro	Itaguaí	Companhia Docas do Rio de Janeiro	3.625.581	3,53	87.719.912	11,62
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Companhia Docas do Rio de Janeiro	163.271	0,16	29.506.396	3,91
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Companhia Docas do Rio de Janeiro	6.585.387	6,41	17.927.936	2,38
Rio de Janeiro	Forno	Delegação à Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo – RJ	–	–	121.377	0,02
Rio de Janeiro	Niterói	Companhia Docas do Rio de Janeiro	29.142	0,03	29.142	–
São Paulo	Santos	Companhia Docas do Estado de São Paulo	32.389.061	31,54	80.775.867	10,7
São Paulo	São Sebastião	Dersa, empresa ligada a Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo	26.661	0,03	50.337.378	6,67
São Paulo	Panorama	Concessão ao consórcio privado Ferrovias Bandeirantes S.A	–	–	1.664.596	0,22
São Paulo	Presidente Epitácio	Concessão ao consórcio privado Ferrovias Bandeirantes S.A	95.279	0,09	1.639.938	0,22
Sul			27.637.603	26,91	106.521.654	14,11
Paraná	Paranaguá	Delegação ao Governo do Estado do Paraná	8.549.644	8,33	37.599.164	4,98
Paraná	Antonina	Delegação ao Governo do Estado do Paraná	423.239	0,41	626.297	0,08
Rio Grande do Sul	Rio Grande	Terminal privativo de uso exclusivo	6.641.130	6,47	26.680.345	3,54
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Delegação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul	440.532	0,43	14.480.701	1,92
Rio Grande do Sul	Pelotas	Delegação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul	322.505	0,31	676.524	0,09
Rio Grande do Sul	Estrela	Administração do Porto de Estrela, vinculada à CODESP	–	–	412.500	0,05
Rio Grande do Sul	Charqueadas	Administração das Hidrovias do Sul (AHSUL), vinculada à CODESP	–	–	169.730	0,02
Santa Catarina	São Francisco do Sul	Concessão ao Governo do Estado de Santa Catarina	3.554.869	3,46	17.099.224	2,27
Santa Catarina	Itajaí	Delegação à Prefeitura Municipal de Itajaí	7.243.148	7,05	7.309.884	0,97
Santa Catarina	Imbituba	Companhia Docas de Imbituba	462.536	0,45	1.467.285	0,19
Brasil			102.682.706	100	754.716.655	100

Fonte: Ministério dos Transportes.

9 SEGURANÇA PÚBLICA

A política pública que será tratada neste item, a segurança pública, é um dever do Estado brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988 nos Artigos 5º e 144 e incisos I a IV. Como rol de direitos e garantias dos cidadãos, a segurança pública é exercida para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e na defesa de valores sociais e atividades econômicas, como no caso do trabalho e do patrimônio público e privado.

A responsabilidade dos entes públicos para atuar na segurança pública também está definida na Constituição, Artigo 144, §§ 1º ao 8º. Neste mandamento constitucional, está definida a situação em que o governo federal deve agir por meio das Polícias Federal e Rodoviária Federal e, nos parágrafos seguintes, definidas as responsabilidades e instituições dos estados da Federação. É demonstrado que todos os entes públicos dos três níveis da Federação possuem responsabilidades e obrigações institucionais para agirem no tema da segurança pública.

Os órgãos responsáveis para tratar da segurança pública são os seguintes: *i)* Polícia Federal; *ii)* Polícia Rodoviária Federal; *iii)* Polícia Ferroviária Federal; *iv)* Polícias Cíveis; *v)* Polícias Militares e corpos de bombeiros; e *vi)* guardas civis metropolitanos.

A sociedade brasileira, principalmente a parcela residente nas grandes regiões metropolitanas, vem elegendo a problemática da segurança pública como um dos cinco principais fatores dos anseios na melhoria da prestação do serviço público.

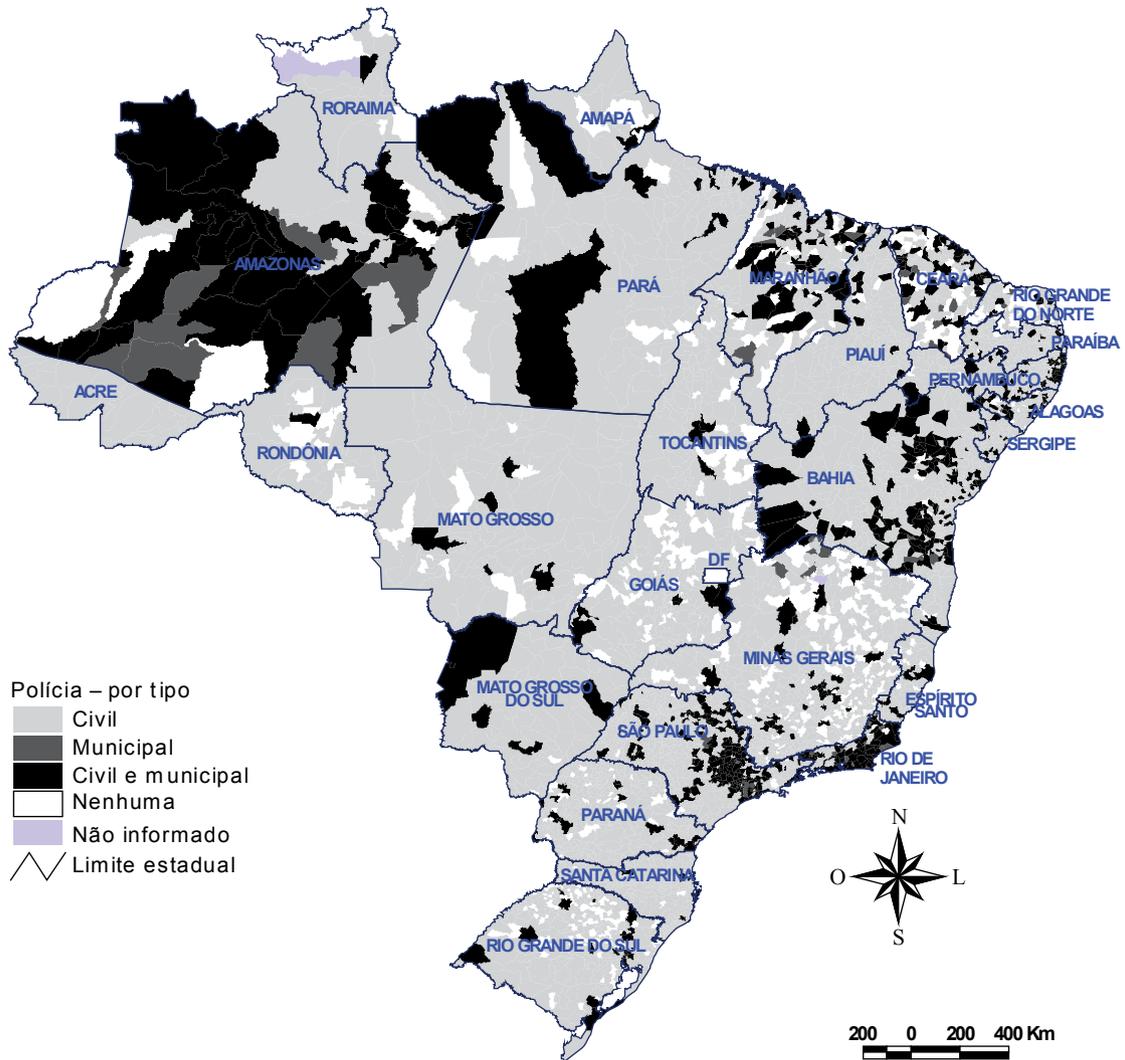
A problemática da segurança pública deve ser encarada de forma multidisciplinar, se desejamos atenuar os efeitos negativos da insegurança no meio da sociedade.

Consoante o exposto, descrevemos os dados físicos disponíveis das organizações responsáveis pela segurança pública. O que demonstra que, nos últimos anos, apesar do grande esforço realizado pelos governos estaduais e pelo governo federal, a questão da segurança pública é tema de grande interesse da sociedade; logo, merece maior atenção dos governantes.

O presente capítulo oferece um retrato à sociedade de onde vem e de como está sendo gasto o recurso financeiro arrecadado pelos tributos cobrados e pagos pela sociedade brasileira na área da segurança pública.

Alguns dos dados chamam atenção; por exemplo, a quantidade de delegacias especializadas da Polícia Civil. São mais delegacias especializadas para atender, investigar e proteger os crimes contra o patrimônio do que os crimes contra a vida. Esta é uma amostra do privilégio que recebem os proprietários por parte dos governos e como os sem propriedades, ou seja, os pobres que, muitas vezes, só possuem sua vida, dispõem de menor quantidade de delegacias especializadas para atendê-los, protegê-los e investigar os crimes contra a vida humana.

MAPA 22
 Presença de efetivos de segurança por tipo¹ e município – 2008



Fonte: Dados do IBGE.

Nota: ¹ A informação relacionada ao serviço militar de segurança não é disponibilizada para este nível geográfico.

TABELA 55
Segurança pública – número de unidades operacionais das Polícias Militares – 2007

UF/região	Unidade
Acre	12
Amapá	12
Amazonas	39
Pará	–
Rondônia	21
Roraima	15
Tocantins	14
Norte	113
Alagoas	23
Bahia	98
Ceará	20
Maranhão	31
Paraíba	30
Pernambuco	–
Piauí	34
Rio Grande do Norte	–
Sergipe	50
Nordeste	286
Espírito Santo	47
Minas Gerais	315
Rio de Janeiro	50
São Paulo	–
Sudeste	412
Paraná	36
Rio Grande do Sul	250
Santa Catarina	92
Sul	378
Distrito Federal	26
Goiás	62
Mato Grosso	72
Mato Grosso do Sul	23
Centro-Oeste	183
Brasil	1.372

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/Ministério da Justiça (MJ).

TABELA 56
Segurança pública – número de unidades operacionais das Polícias Cíveis – 2007

UF/região	Unidade
Acre	35
Amapá	37
Amazonas	103
Pará	200
Rondônia	74
Roraima	–
Tocantins	189
Norte	638
Alagoas	37
Bahia	–
Ceará	245
Maranhão	518
Paraíba	80
Pernambuco	280
Piauí	–
Rio Grande do Norte	218
Sergipe	101
Nordeste	1.479
Espírito Santo	65
Minas Gerais	126
Rio de Janeiro	202
São Paulo	–
Sudeste	393
Paraná	–
Rio Grande do Sul	600
Santa Catarina	410
Sul	1.010
Distrito Federal	–
Goiás	248
Mato Grosso	150
Mato Grosso do Sul	36
Centro-Oeste	434
Brasil	3.954

Fonte: SENASP/MJ.

TABELA 57
Total do efetivo existente das Polícias Cíveis – 2007

UF/região	Efetivo	
	Número absoluto	Porcentagem
Acre	1.158	1,47
Amapá	774	0,98
Amazonas	1.945	2,47
Pará	3.179	4,04
Rondônia	1.661	2,11
Roraima	–	–
Tocantins	2.548	3,24
Norte	11.265	14,31
Alagoas	2.104	2,68
Bahia	6.385	8,12
Ceará	2.683	3,41
Maranhão	1.449	1,84
Paraíba	2.313	2,94
Pernambuco	5.306	6,75
Piauí	–	–
Rio Grande do Norte	1.385	1,76
Sergipe	1.070	1,36
Nordeste	22.695	28,86
Distrito Federal	5.725	7,28
Goiás	3.804	4,84
Mato Grosso	2.365	3,01
Mato Grosso do Sul	1.772	2,25
Centro-Oeste	13.666	17,38
Espírito Santo	1.933	2,46
Minas Gerais	9.506	12,09
Rio de Janeiro	10.146	12,9
São Paulo	–	–
Sudeste	21.585	27,45
Paraná	–	–
Rio Grande do Sul	5.458	6,94
Santa Catarina	3.972	5,05
Sul	9.430	11,99
Brasil	78.641	100

Fonte: SENASP/MJ.

10 CULTURA

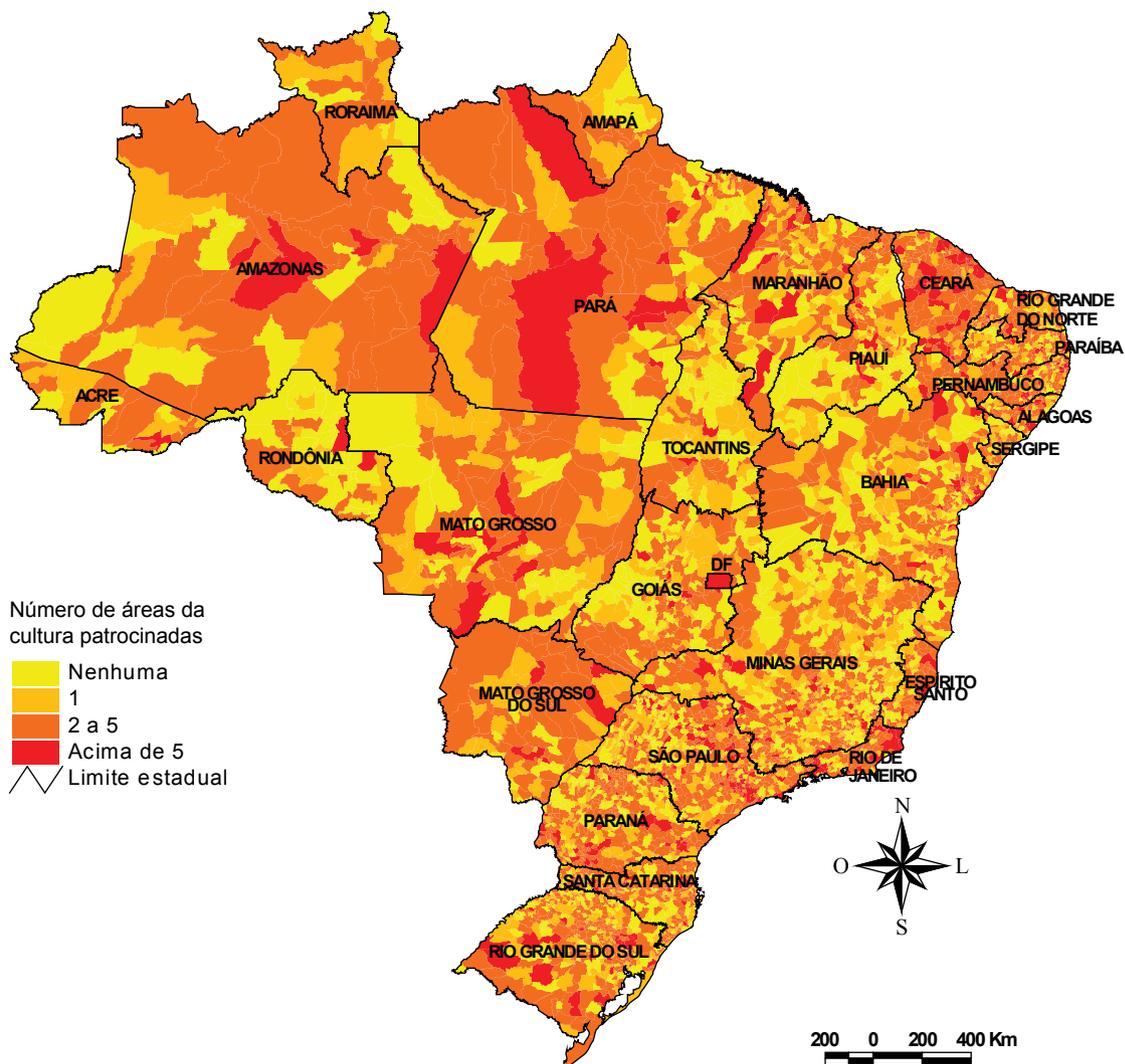
Ao analisar indicadores básicos de cultura do país, é preciso levar em consideração as diversas formas como a cultura apresenta-se nos estados e municípios. Muitas vezes, manifestações da cultura popular desenvolvem-se e acontecem nas ruas e na zona rural, de modo informal e espontâneo. Os indicadores apresentados neste estudo mostram dados relativos a locais formais de prática cultural – teatros, museus, casas de cultura etc. – e ao financiamento público de atividades culturais – grupos folclóricos, grupos de teatro etc.

No âmbito federal, é o Ministério da Cultura (MinC) (BRASIL, 2009) o órgão responsável por determinar políticas na área de cultura. Atuando na área dos bens culturais materiais – museus, locais de importância histórica e artística, bibliotecas etc. – e imateriais – manifestações culturais, danças, festas populares etc. –, o ministério possui subdivisões que tratam de temas específicos. É a Secretaria de Políticas Culturais a área responsável por coordenar e subsidiar formulação, implementação, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas do MinC, de pesquisas e estudos relativos ao desenvolvimento das atividades econômicas da cultura, de informações, pesquisas e estatísticas das políticas culturais, bem como propor medidas de regulamentação da legislação cultural.

As políticas públicas federais na área da cultura são variadas e abrangem diversas áreas. Como ocorre com relação à legislação, como as leis de incentivo à cultura. A denominada Lei Rouanet de incentivo à cultura é, entre outros fatores, uma política de incentivos fiscais que possibilita às pessoas jurídicas e físicas aplicarem parte de seu imposto de renda devido em ações culturais.

Uma das principais diretrizes em políticas públicas na área de cultura, o Plano Nacional de Cultura (PNC), tem como objetivos maiores os deveres de fomentar o pluralismo, coibir efeitos das atividades econômicas que debilitam e ameaçam valores e expressões dos grupos de identidade e, sobretudo, investir na promoção da equidade e na universalização do acesso à produção e ao usufruto dos bens e serviços culturais. O PNC é um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas dedicadas à cultura. Toma como ponto de partida um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais e propõe orientações para a atuação do Estado na próxima década.

MAPA 23
Patrocínio a cultura por diversidade de áreas¹ – 2006



Fonte: Dados do perfil de municípios brasileiros/IBGE.
Nota: ¹ Cineclubes, bibliotecas, museus, teatros.

TABELA 58 A
Indicadores básicos de cultura – 2006

UF/região	Número de fundações municipais de cultura	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam cineclubes	Número de bibliotecas públicas	Número de municípios que mantêm museus	Número de municípios que mantêm teatros ou salas de espetáculos	Número de municípios que mantêm centros culturais	Número de municípios que mantêm estádios ou ginásios poliesportivos
Acre	4	2	36	2	6	8	14
Amapá	1	1	48	4	1	26	48
Amazonas	–	1	41	–	–	6	10
Pará	6	3	236	9	19	26	91
Rondônia	4	1	46	4	3	9	22
Roraima	2	–	11	–	3	3	10
Tocantins	1	–	241	4	5	17	63
Norte	18	8	659	23	37	95	258
Alagoas	5	1	115	10	9	13	60
Bahia	8	8	441	31	72	89	283
Ceará	12	5	237	37	55	57	148
Maranhão	7	–	200	8	14	30	123
Paraíba	8	2	244	26	16	23	162
Pernambuco	11	3	229	29	32	45	141
Piauí	3	1	292	16	9	20	96
Rio Grande do Norte	9	1	203	15	14	20	146
Sergipe	2	1	79	6	4	12	49
Nordeste	65	22	2.040	178	225	309	1.208
Espírito Santo	–	4	115	19	15	19	69
Minas Gerais	37	10	1.029	112	101	142	695
Rio de Janeiro	23	26	285	183	208	221	598
São Paulo	13	13	976	28	45	51	69
Sudeste	73	53	2.405	342	369	433	1.431
Paraná	29	9	616	77	122	149	378
Rio Grande do Sul	15	8	509	205	78	121	359
Santa Catarina	36	3	316	91	26	53	246
Sul	80	20	1.441	373	226	323	983
Distrito Federal	–	–	23	1	1	1	1
Goiás	3	3	258	26	20	40	227
Mato Grosso	12	–	88	14	15	12	77
Mato Grosso do Sul	1	–	134	10	12	24	128
Centro-Oeste	16	3	503	51	48	77	433
Brasil	252	106	7.048	967	905	1.237	4.313

Fonte: IBGE.

TABELA 58 B
Indicadores básicos de cultura – 2006

UF/região	Número de municípios que possuem escola, oficina ou curso regular de formação em atividades típicas da cultura	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam grupos de teatro	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam grupos de manifestação tradicional popular	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam grupos de dança	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam grupos musicais	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam bandas
Acre	12	7	5	5	5	10
Amazonas	26	4	28	26	22	25
Amapá	3	2	8	3	3	5
Pará	54	32	69	56	49	52
Rondônia	9	5	6	5	6	9
Roraima	9	1	4	3	2	5
Tocantins	49	12	32	22	11	30
Norte	162	63	152	120	98	136
Alagoas	35	20	56	31	23	47
Bahia	160	81	157	90	81	108
Ceará	116	83	97	95	61	135
Maranhão	52	33	96	93	40	64
Paraíba	83	41	56	93	25	105
Pernambuco	108	54	65	96	61	94
Piauí	51	21	64	59	18	41
Rio Grande do Norte	56	48	80	71	22	82
Sergipe	23	4	28	10	9	24
Nordeste	684	385	699	638	340	700
Distrito Federal	1	1	–	1	1	1
Goiás	88	25	64	39	35	76
Mato Grosso do Sul	42	13	19	33	18	42
Mato Grosso	54	28	25	39	26	57
Centro-Oeste	185	67	108	112	80	176
Espírito Santo	48	23	34	28	19	39
Minas Gerais	337	113	241	134	134	311
Rio de Janeiro	396	139	149	220	193	309
São Paulo	73	34	35	36	30	54
Sudeste	854	309	459	418	376	713
Paraná	250	109	86	142	115	133
Rio Grande do Sul	261	93	83	204	104	202
Santa Catarina	213	46	64	153	99	98
Sul	724	248	233	499	318	433
Brasil	2.609	1.072	1.651	1.787	1.212	2.158

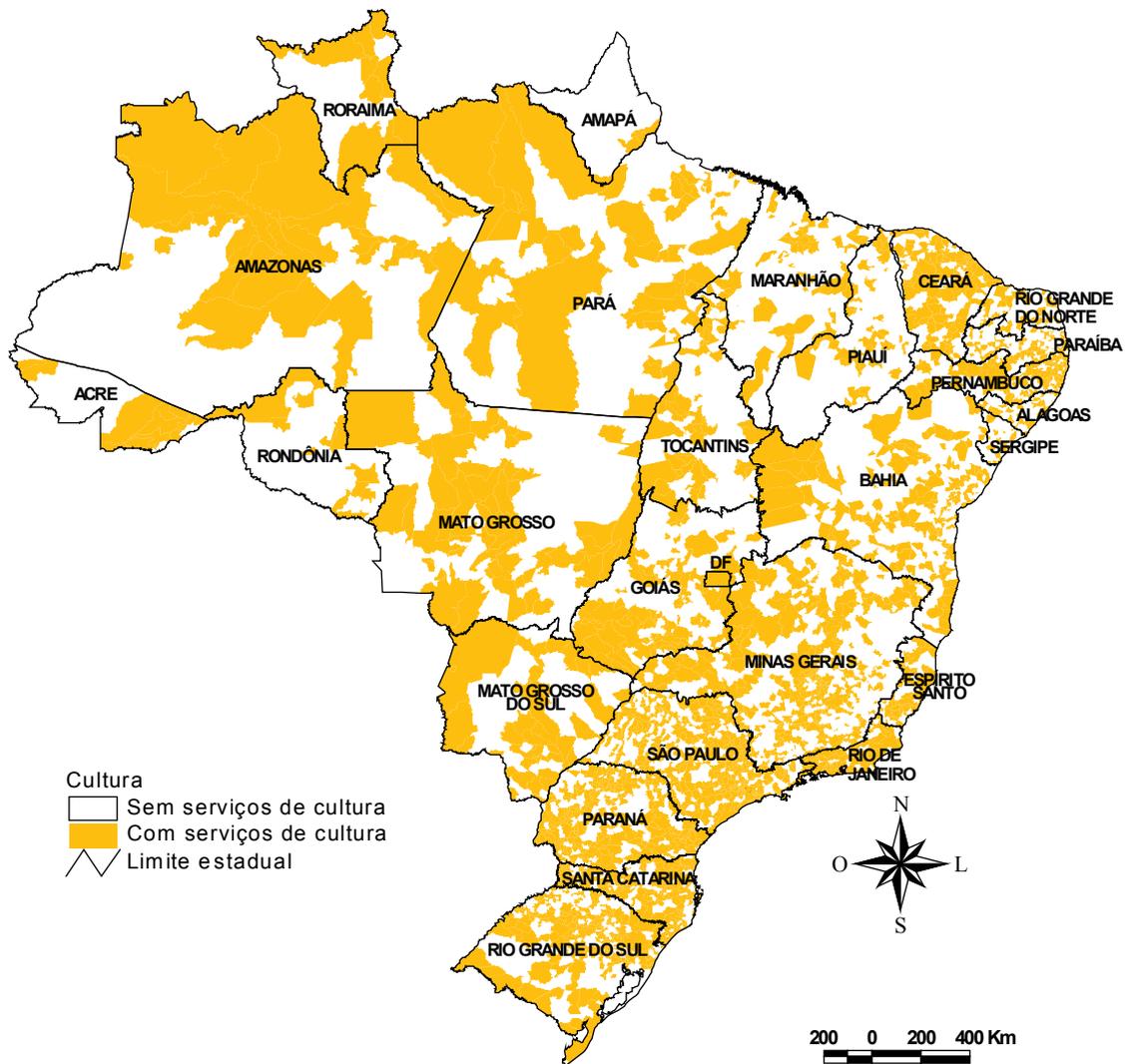
Fonte: IBGE.

TABELA 58 C
Indicadores básicos de cultura – 2006

UF/região	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam corais	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam associações literárias	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam grupos de capoeira	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam grupos de circo	Número de municípios que mantêm, patrocinam ou financiam escolas de samba	Total de funcionários públicos ocupados no setor cultural em 2006
Acre	2	–	8	1	–	685
Amazonas	10	–	21	–	3	779
Amapá	2	–	3	–	–	222
Pará	35	3	28	–	8	1.288
Rondônia	2	1	8	–	1	204
Roraima	4	–	1	–	–	245
Tocantins	11	3	25	–	–	4.559
Norte	66	7	94	1	12	7.982
Alagoas	19	4	30	–	4	702
Bahia	57	15	128	3	3	2.371
Ceará	72	11	81	6	5	2.411
Maranhão	34	7	56	1	16	2.081
Paraíba	22	2	56	2	5	1.371
Pernambuco	39	8	56	–	8	2.199
Piauí	24	1	66	–	1	1.005
Rio Grande do Norte	24	2	39	1	2	842
Sergipe	13	2	16	–	1	615
Nordeste	304	52	528	13	45	13.597
Distrito Federal	1	1	1	–	1	657
Goiás	30	3	56	2	2	1.648
Mato Grosso do Sul	21	1	22	1	2	519
Mato Grosso	26	3	41	–	1	1.935
Centro-Oeste	78	8	120	3	6	4.759
Espírito Santo	26	3	23	–	5	828
Minas Gerais	145	25	126	10	72	6.762
Rio de Janeiro	231	16	168	14	84	2.871
São Paulo	53	9	27	6	23	12.286
Sudeste	455	53	344	30	184	22.747
Paraná	133	11	80	16	9	3.234
Rio Grande do Sul	214	20	52	–	26	3.284
Santa Catarina	131	5	48	–	6	2.008
Sul	478	36	180	16	41	8.526
Brasil	1.381	156	1.266	63	288	57.611

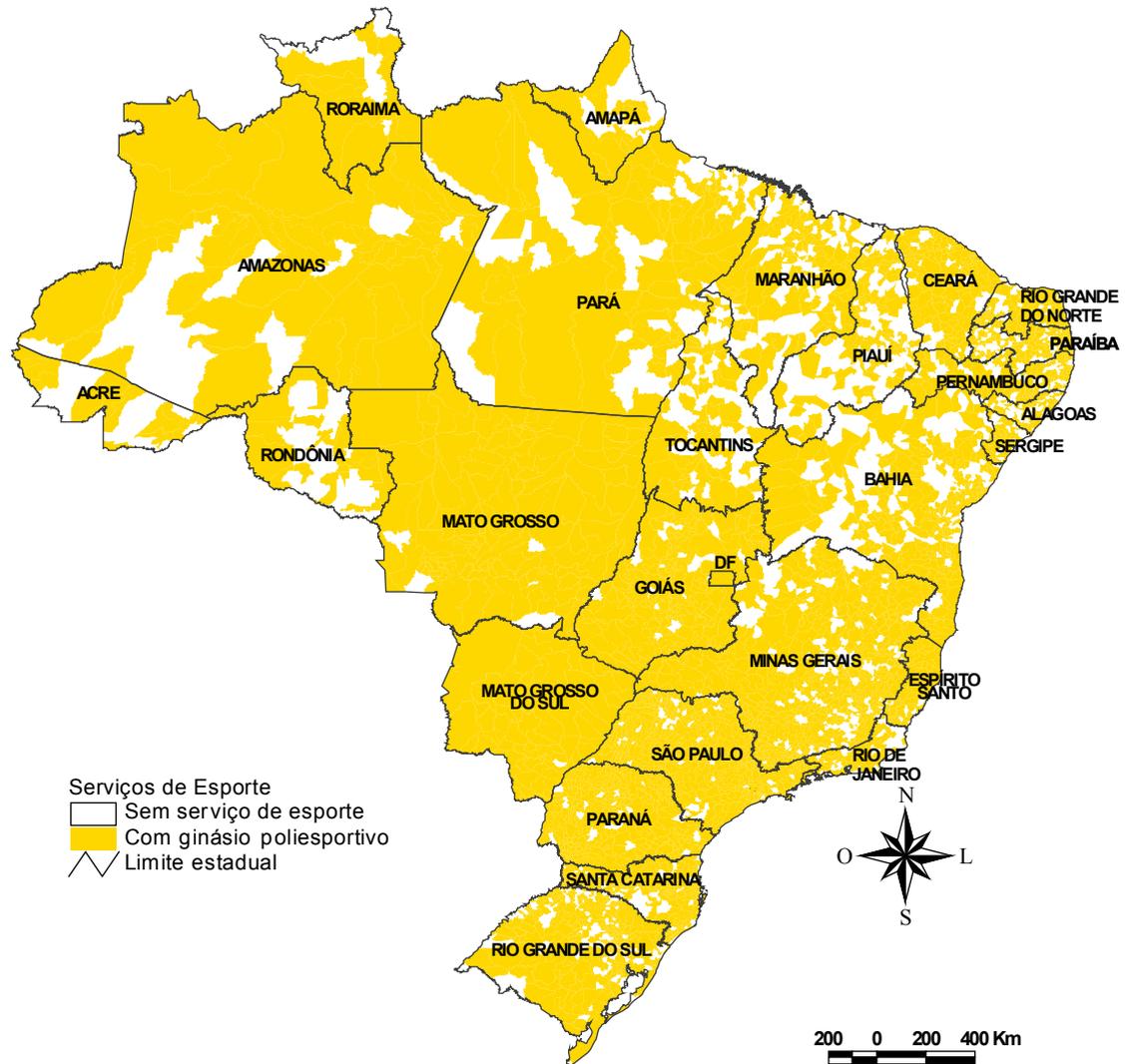
Fonte: IBGE.

MAPA 24
Existência de serviços de cultura por município – 2006



Fonte: Dados do perfil de municípios brasileiros/IBGE.

MAPA 25
Existência de serviços de esporte por município – 2006



Fonte: Dados do perfil de municípios brasileiros/IBGE.

REFERÊNCIAS

- BANCO DO BRASIL (BB). Disponível em: <<http://www.bb.com.br/>>. Acesso em: 1º out. 2009.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 1º out. 2009.
- BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 1º out. 2009.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/>>. Acesso em: 1º out. 2009.
- FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- _____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- GLYN, A. *Capitalism unleashed: finance, globalization and welfare*. New York: Oxford University Press, 2006.
- GOUREVITCH, P. *Politics in hard times: comparative responses to international economic crises*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.
- GRAY, J. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- HELLEINER, E. *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.
- HOBBSBAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Intervista sul nuovo secolo: a cura di Antonio Polito*. Roma, Bari: Editori Laterza, 1999.
- KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1936] (Série Os Economistas).
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MOLLO, M. L. R. Globalização da economia: exclusão social e instabilidade monetário-financeira. Política Comparada. *Revista Brasiliense de Políticas Comparadas*, Brasília, v. 1, n. 2, 1997.
- SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza
Fábio Oki
Jane Fagundes

Revisão

Ângela de Oliveira
Cindy Nagel Moura de Souza
Clícia Silveira Rodrigues
Cristiana de Sousa da Silva
Lizandra Deusdará Felipe
Luanna Ferreira da Silva
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar

Editoração

Anderson Reis
Daniela Rodrigues
Danilo Tavares
Marília Assis
Patrícia Dantas
Rafael Keoui

Capa

Fábio Oki

Projeto gráfico

Fábio Oki

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3315 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Presença do Estado no Brasil: federação, suas unidades e municipalidades

- *Previdência social*
- *Assistência social*
- *Saúde*
- *Educação*
- *Trabalho*
- *Bancos públicos*
- *Infraestrutura – transportes*
- *Segurança pública*
- *Cultura*

Todas as áreas de políticas públicas abordadas apresentarão: indicadores básicos; bens e serviços; e funcionários públicos.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

